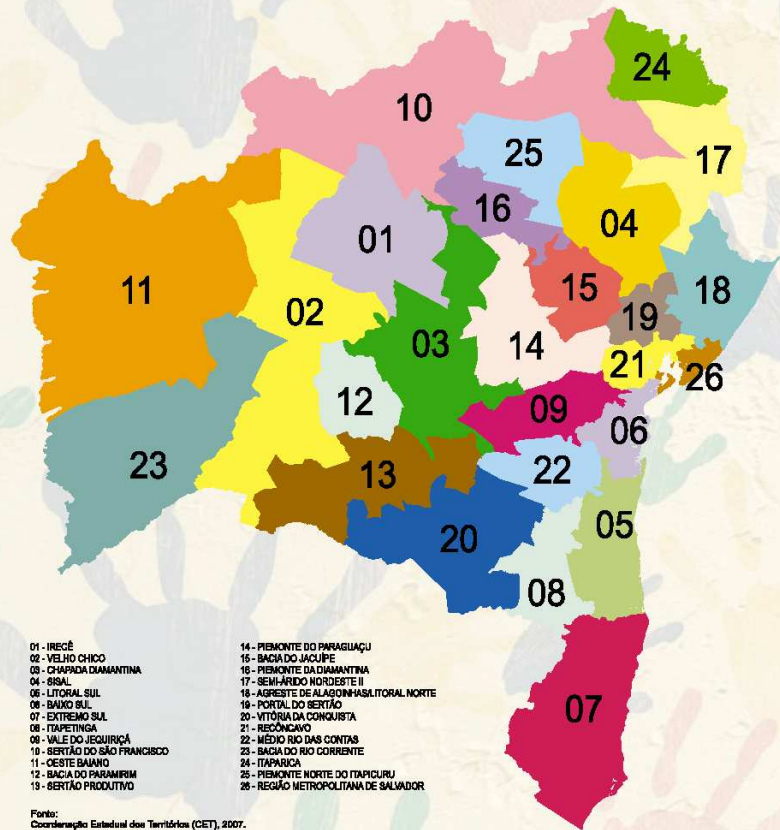


BAHIA • TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE



Fonte:
Coordenação Estadual dos Territórios (CET), 2007.

Cultura é o quê?

Resultados da II Conferência Estadual de Cultura



Apresentação

Este Caderno de Cultura nº 2, assim como o Caderno nº 1, registra o resultado de um processo coletivo de construção de políticas públicas de cultura para o Estado da Bahia. Podemos afirmar que este trabalho agrega a contribuição direta de mais de duas mil pessoas, que participaram ativamente dos Encontros Territoriais e da II Conferência Estadual de Cultura, e o envolvimento de quarenta mil pessoas em todo o território baiano, considerando os 390 encontros municipais.

No encerramento da II Conferência, a percepção de gestores, mobilizadores e técnicos da Secretaria de Cultura, foi a de termos estimulado a criação de instâncias permanentes de diálogo sobre as políticas culturais entre artistas, técnicos, pesquisadores, mestres das culturas populares, produtores e gestores culturais, em cada município que passamos. O sentimento maior é o da responsabilidade de sermos agentes capazes de transformar em ações as propostas apontadas e priorizadas em cada Território de Identidade. De fato, ficou claro nesse processo que a diversidade cultural da Bahia só será valorizada em todas as suas dimensões e potencialidades, se houver um compartilhamento de responsabilidades entre todos, poderes públicos e sociedade civil organizada.

Encerramos uma primeira etapa de planejamento, que irá subsidiar a elaboração de 26 Planos de Desenvolvimento Territoriais e do Plano Estadual de Cultura. A etapa que começamos, envolve ainda uma fase de detalhamento do planejamento das ações, mas sobretudo inaugura um novo momento de implementação de ações estruturantes, que devem surgir do diálogo entre todos os municípios de cada território.

Com o objetivo de apoiar a continuidade do desenvolvimento deste processo, a Superintendência de Cultura da SECULT está se reorganizando, de forma a poder oferecer consultoria a cada município para a institucionalização do seu sistema de cultura, criar um sistema de formação e capacitação em cultura e ao mesmo tempo colaborar com a definição de diretrizes gerais para a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Territorial da Cultura.

Este é um momento especial e único de diálogo democrático, que possibilita efetivamente um processo compartilhado, entre governo e sociedade, de formulação, execução e avaliação de políticas públicas de cultura, contribuindo para qualificar o desenvolvimento político, econômico, social e ambiental de cada canto do Estado da Bahia.

Coordenação Executiva da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia

Equipe da Superintendência de Cultura
Secretaria de Cultura da Bahia

Sumário

1. PRONUNCIAMENTOS.....	01
1.1. Fazemos cultura e arte na parceria e no diálogo social – Governador, Jaques Wagner	
1.2. O mundo quer que a Bahia marque sua diferença - Ministro da Cultura, Gilberto Gil	
1.3. Troquemos o medo de mudar pela esperança da mudança - Secretário de Cultura, Márcio Meirelles	
2. CONFERÊNCIAS.....	06
2.1. Cultura e Ética – Marília Muricy	
2.2. Imagens da Cultura Infantil através dos Tempos, Paralelos com o Brasil Contemporâneo – Lydia Hortélio	
2.3. O Brasil e a Terra: Reconstrução do Pomar de Canudos – Zé Celso Martinez	
2.4. A Bahia e a sua História – Ubiratan Castro de Araújo	
3. CARTA DE FEIRA DE SANTANA.....	17
4. II CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA: REFERÊNCIA PARA UMA NOVA CONCEPÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS NA BAHIA.....	18
5. PROPOSTAS DA ETAPA ESTADUAL.....	32
5.1. Políticas Setoriais	
5.2. Políticas Transversais	
6. PROPOSTAS DA ETAPA TERRITORIAL POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE.....	40
6.1. Prioridades Temáticas	
6.2. Políticas Setoriais	
7. AGRADECIMENTOS.....	109

1. Pronunciamentos

1.1 FAZEMOS CULTURA E ARTE NA PARCERIA E NO DIÁLOGO SOCIAL

Governador Jaques Wagner

Gostaria de falar da minha alegria de estar aqui como Governador do Estado, presenciando o que é possível acontecer numa sociedade, quando aqueles que são responsáveis pela gestão do governo têm a clara consciência de que o ato de governar é o ato de compartilhar com o conjunto da sociedade, o poder e as suas decisões. Através de Márcio e Ângela quero parabenizar toda a equipe da Secretaria de Cultura, uma equipe ainda pequena numa Secretaria no seu primeiro ano de existência, que teve a capacidade, junto com os 30 animadores culturais, de fazer, em menos de dez meses, na verdade de fazer em cinco meses, aquilo que era o nosso sonho: fazer uma Conferência de Cultura que mergulhasse em todo estado da Bahia, particularmente no interior. Uma conferência que despertasse cada manifestação cultural do nosso estado: dos índios, dos quilombolas, do teatro, do cinema, da música, da fanfarra, do terno de reis, de tudo que a gente produz nos quatro cantos da Bahia e que estava tão escondido por um governo anterior, que era pai e padrasto. Era pai porque achava que era ele que tinha que dizer as trilhas por onde a cultura baiana tinha que seguir e, ao mesmo tempo, era padrasto porque elegia oito, nove ou dez da trupe da cultura, para dizer quem merecia subir ao palco.

Agora, diferente do que acontecia, diferente do que eles faziam, nós estamos fazendo cultura e arte na parceria e no diálogo social.

Abrimos o espaço para as manifestações porque a nossa sociedade vive e é rica pela nossa diversidade de religião, de gênero, de raça, de cultura. O que a gente está fazendo aqui não é favor nem generosidade. O que a gente está fazendo aqui é a obrigação de devolver à sociedade aquilo que lhe pertence: o destino da nossa sociedade. Não foi por acaso, Márcio, não foi porque você trabalhou mais do que o Secretário anterior, que nós saltamos de 21 para 400 municípios participando. Não foi por acaso que nós saímos de um pouquinho de gente que participou da Conferência anterior para 40 mil participantes. Essa conquista não é só do trabalho de garimpagem que foi feita pela equipe. Esse trabalho é porque a sociedade baiana decidiu, no ano passado, que queria outro caminho. Ela está percebendo, não na sua plenitude, porque nem nos quatro anos nós atingiremos a plenitude, mas está percebendo que há um oxigênio diferente, que há um jeito de governar diferente, que há um jeito de respeitar a nossa gente. É por isso que as portas abertas foram invadidas pelos 40 mil que sabiam que, aqui, na dificuldade do orçamento pequeno, na falta de gente para trabalhar, há uma sinceridade da proposta de querer fazer a cultura de todos nós e não a cultura de meia dúzia. É essa sinceridade que transpira na sua equipe. Como você já disse, aqui, nós não fomos eleitos para fazer mais do mesmo. Nós fomos eleitos para fazer muito diferente. E, aos poucos, seremos diferentes em tudo. E foi isso que a equipe disse para todos que fazem cultura na Bahia. É por isso que todos estão aqui, todo mundo, querendo pensar culturas, escrever a cultura, produzir a cultura, fazer a cultura trilhar novos caminhos da Bahia.

O que a gente quer na Bahia de todos nós, na Bahia de todos os credos, na Bahia de todos os gêneros, na Bahia de todas as raças, na Bahia de todos os cantos que você foi despertar, trazendo para Feira de Santana a cultura. O que nós queremos nessa Bahia é abrir oportunidade para todos. E é por isso, como a missão é grande, que a gente, primeiro, tem que fazer aquilo que estava mais descuidado. A cultura estava muito descuidada na Bahia. E é por isso que estamos fazendo todo esse trabalho.

Eu quero dizer para todos os delegados dessa conferência, que eu espero que o debate aqui não seja necessariamente ameno, porque, aqueles que têm convicção de suas idéias, têm que disputá-las com garra e com gana; aqueles que têm convicção do que querem propor para a cultura, têm que disputar o caminho. Mas eu quero pedir que, na legítima defesa das suas convicções, tenhamos sempre o ponto, por mais distante que seja. O ponto da nossa unidade é exatamente trazer a cultura para todos nós. Por isso eu quero cumprimentar Fátima, minha querida companheira, que é tão apaixonada pelas manifestações culturais do nosso povo, cumprimentar Antônio Carlos, Vice-prefeito de Feira, cumprimentar o Reitor da Universidade Estadual, Professor José Carlos, cumprimentar Ângela e Márcio, cumprimentar o Gildésio, que está aqui representando Fórum de Dirigentes Municipais. Quero cumprimentar, parabenizar e desejar um ótimo trabalho, para ajudar nos caminhos que iremos trilhar na cultura, aos conselheiros do Conselho Estadual de Cultura que acabam de tomar posse, na pessoa de Antonio Gody, que está aqui conosco à mesa. E por fim, depois de cumprimentar os índios Pataxós que, com a sua dança, vieram abençoar esse encontro, o coral do IRDEB que, com sua força, nos pediram para que nós

mostrássemos a nossa cara, eu quero cumprimentar esse querido amigo, esse gigante em corpo tão magro, que é o nosso querido baiano, o nosso querido Ministro da Cultura, Gilberto Gil.

Eu sempre digo a Márcio, quando algumas medidas que nós tomamos para quebrar paradigmas são mal entendidas, que alguns, às vezes, até na boa fé, são usados por aqueles que querem manter os privilégios e até legitimamente acreditam, eu digo para ele: olha Márcio, com Gil, que é um ícone da cultura brasileira e da cultura mundial, não foi diferente!

Quando a gente começou a trabalhar com a Petrobrás, no Ministério da Cultura, não mais com um cartãozinho, mas com os Editais – para que todos pudessem inscrever os seus projetos, programas e disputar as verbas do Banco do Brasil, da Petrobrás, da Lei Rouanet ou do Ministério da Cultura – quem andava pelos escaninhos e pelos corredores do Ministério, sem passar pela tela do computador, pelos Editais, evidentemente não gostou. E aí, acusaram Gil e Juca de serem autoritários, de quererem impor a censura à produção cultural, quando Gil só dizia que, se o dinheiro é público, é legítimo que o poder público, em nome da sociedade, queira retorno daquele dinheiro investido para a maioria da população que estava e continua fora da cultura. Daqueles números que você mostrou, quando você lançou o *Mais Cultura*, eu não me lembro, mas é zero vírgula alguma coisa por cento quem chega a uma sala de cinema, é zero vírgula alguma coisa por cento quem tem acesso a uma biblioteca, é zero vírgula alguma coisa quem chega a uma sala para assistir a alguma coisa no teatro, um espetáculo melhor. Foi por isso que implantamos o espetáculo a R\$ 1,00 (um real), no Teatro Castro Alves, aos domingos. Para que possamos trazer quem não pode pagar, mas tem o direito, no cromo alemão ou na sandália havaiana, de adentrar o Castro Alves e sentar-se na cadeira para assistir ao espetáculo.

Pouca gente conhece, porque estávamos amordaçados, sem poder falar, pois estávamos sem propaganda, porque preferimos ficar nove meses calados a prorrogar contratos picaretas que existiam nesse estado da Bahia. Mas o povo não sabe que, semana passada, 100 jovens, provavelmente jovens excluídos até aquele momento, deram um espetáculo, Gil, com a orquestra sinfônica de crianças e jovens, num projeto desse nosso governo, dessa Secretaria de Cultura. Cem jovens que saíram da exclusão para o palco do Teatro Castro Alves, para receber aplausos da sociedade baiana. Essa gente foi à Venezuela para aprender o projeto de Orquestra Sinfônica da Juventude. E você chora quando vê um guri de seis ou sete anos, negro, provavelmente de uma periferia de Salvador, que tinha dentro de si o potencial, mas não tinha alguém pra lhe oferecer a possibilidade de desenvolvê-lo. É por isso que digo ao Márcio: o Gil sofreu muito; não pense que vocês vão sofrer pouco.

Toda a quebra de paradigma é um problema. Está aí o Presidente Lula, que eles tentaram derrubar. Está aí o Presidente Lula colhendo os frutos de um projeto que a gente ajudou a construir. E eu quero dizer, Gil, orgulho-me muito de ter estado ao teu lado, resistindo para que a gente pudesse, hoje, colher o *Mais Cultura* com 4 bilhões e 700 milhões de reais. Orgulha-me muito estar brindado por ser o primeiro Estado a assinar o primeiro convênio de parceria cultural com o *Programa Mais Cultura*. E nós, aqui na Bahia, também, temos projetos da sociedade. Nós, aqui, temos um projeto que se assemelha ao projeto que ajudamos a construir: o projeto da Bahia de todos nós, o projeto da inclusão social, da força da democracia, da força da economia, mas, principalmente, da justiça social.

E queria desejar a todos vocês da II Conferência todo sucesso! E eu espero que vocês, daqui, mandem as orientações para que a nossa Secretaria possa, efetivamente, fazer da Bahia a cultura de todos nós. Eu quero cumprimentar, pois tinha esquecido, os Deputados Estaduais e Federais, os Secretários e a todos vocês.

Obrigado! Bom trabalho! Viva a Bahia! Viva a cultura baiana!

1.2 O MUNDO QUER QUE A BAHIA MARQUE SUA DIFERENÇA

Ministro da Cultura Gilberto Gil

É com muita alegria que participo desta II Conferência Estadual de Cultura, aqui em Feira de Santana, onde o Recôncavo e o Sertão da Bahia se encontram; essas duas caras tão marcantes dessa nossa Bahia tão diversa. Minha alegria tem muito a ver com as notícias que recebi sobre a inédita mobilização alcançada na construção desta conferência de cultura, especialmente quando a gente vê que este é o primeiro ano da Secretaria Estadual de Cultura criada neste governo Jaques Wagner.

A criação da Secretaria Estadual de Cultura é uma demonstração inequívoca da decisão de dar à cultura o protagonismo que ela tem que ter na construção de um processo de desenvolvimento com qualidade de vida, com promoção da felicidade pública, com a valorização das identidades, da imensa diversidade cultural que existe aqui

nessa nossa terra. Meu caro Secretário Márcio Meirelles, eu quero parabenizá-lo, estendendo os meus cumprimentos para toda sua equipe, por essa mobilização, por esse processo de criação e realização dessa II Conferência, que culmina, agora, aqui, nesse fim de semana e vai, com certeza, contribuir para fortalecer a formulação e a gestão da cultura na Bahia, assegurando a necessária participação da sociedade.

Temos aqui representantes das mais diversas áreas da cultura e das comunidades de todo território baiano. Temos aqui representantes de grupos culturais das várias comunidades que compõem, que dão vida, força e substância a esse Estado tão caro e importante para o país. Afinal de contas, trata-se da Bahia, terra mãe, lugar de iniciação desse exercício do que é fazer o Brasil para hoje e, quem sabe, se assim quiser a humanidade, se assim decidir a humanidade, para todo o tempo em que a humanidade for habitante deste planeta Terra.

Tratar a cultura com prioridade, como vetor essencial ao desenvolvimento e como uma necessidade básica, exige deslocamentos conceituais de prioridades e foco. Quando iniciamos nossa gestão a frente do Ministério da Cultura, em 2003, tivemos que ser ousados e serenos. Ousados para compreender e enfrentar o desafio que estava colocado para toda a equipe. E serenos para compreender que a mudança gera críticas, desconfianças, enfim, estimula até movimentos traiçoeiros. Em muitos casos, gera também o descontentamento dos segmentos que estavam satisfeitos com as coisas como estavam antes e reagem ao sentimento e à idéia de fazer as coisas de forma diferente.

É gratificante ver que essa II Conferência, precedida de encontros locais e regionais, lança as bases para constituição de Planos Territoriais de Cultura que expressam as peculiaridades, as necessidades e os potenciais de cada região da Bahia, Estado-País, imenso pela sua extensão territorial e pela sua riqueza cultural e que tanto precisa desse novo olhar, desse novo trato com a sua cultura.

Tive notícias também, do protagonismo inédito que as comunidades indígenas e quilombolas vêm alcançando no processo de debate e planejamento das políticas culturais. O que também me deixa muito empolgado, porque é um sinal das mudanças que a gente quer fazer da integração, no palco do novo protagonismo, de comunidades, estratos sociais, segmentos da vida baiana, da população baiana que, antes, já estavam aí, já esboçavam esse protagonismo, mas que, agora, tem o acolhimento pleno por parte do Estado que diz: "Venham sim, venham fazer parte da nossa gestão. Venham fazer parte do nosso modo de pensar a vida social baiana. Venham fazer parte dos nossos projetos, da confecção dos nossos programas".

Gostaria de aproveitar a presença de tanta gente aqui reunida, vinda de todos os cantos da Bahia, para fazer o que eu designaria de um chamado: levem para suas cidades, seus distritos, para suas regiões a necessidade de envolver todas as comunidades na construção de instâncias municipais específicas para a gestão da cultura.

Esse número que a gente tem aqui precisa repercutir. Na primeira Conferência, quando foram convocados os municípios brasileiros, em todos os Estados, a mobilização de que foi capaz o Estado da Bahia, só deu conta de algumas dezenas, menos de uma centena de municípios. Nós estamos dando conta agora de quase 400. Portanto, o esforço de re-engenharia institucional, o esforço de reciclagem da maneira de governar também já se faz presente. A Secretaria de Cultura ganhou um outro plano, uma outra capacidade de mobilização, uma outra vontade política, uma outra capacidade de exercer e exercitar essa vontade, em conjunto com os municípios da Bahia. E está aí! Vocês vieram em massa, vieram mais de 90% dos municípios baianos. E isso tem que continuar. Vocês têm que levar isso para dentro dos processos educacionais, das estruturas escolares dos seus municípios, das estruturas de saúde, enfim, dos programas sociais que estão sendo cada vez mais fartamente distribuídos, para que vocês também tenham essa ferramenta de inclusão. O cruzamento da cultura com todas essas dimensões é importante. E isso só pode ser feito a partir de vocês, da mobilização de vocês, do comprometimento de vocês e de suas comunidades.

Tenham, também, nesse retorno a suas bases, a suas terras, o cuidado com os seus planos municipais de cultura, ajudando a consolidar, dar corpo e consistência a essa engenharia nova que se faz, construindo os conselhos municipais de cultura. Os conselhos que vão ser as instâncias fiscalizadoras, instâncias estimuladoras, instâncias que vão propor, também, a condução da política cultural feita em navegação conjunta com a sociedade. O conselho, portanto, é um instrumento fundamental, que deve ser acompanhado dos fundos de cultura, que trarão recursos materiais, financeiros, humanos, institucionais, capacidade de articulação, para ajudar nesta construção comum. São coisas que vocês têm que defender, que nós defendemos há três anos em nossa peregrinação pela criação do Sistema Nacional de Cultura.

Recentemente, um estudo realizado em parceria do nosso Ministério com o IBGE revelou carências extraordinárias existentes na maioria dos municípios brasileiros, de equipamentos culturais, de instituições voltadas

para a formulação e implementação de políticas públicas para a cultura. Toda essa carência que existe no setor foi claramente identificada por essa pesquisa que o IBGE vai ampliar agora. Ela vai poder nos dar, de forma muito mais apurada, a identificação de lacunas e carências nesse país, para que a gente trabalhe, também, ao lado dessa emoção que nos move o tempo todo a produzir cultura, essa racionalidade que vai nos dar capacidade de gerir a cultura, de compatibilizar os interesses individuais, os interesses coletivos, os interesses empresariais, os interesses de toda ordem que estão no nosso meio, e que nós temos que chamar para um processo conjunto de participação.

Recentemente, com a presença honrosa do nosso querido Governador ao lado de vários outros, diversos Ministros, Secretários de Cultura – o nosso Secretário da Bahia estava presente –, representantes da Academia Brasileira, da vida universitária, das comunidades, enfim, com presença marcante do setor cultural brasileiro, o presidente Lula lançou, em Brasília, o Programa “Mais Cultura”. O programa estabelece uma resposta à necessidade de criar mais transversalidade no governo brasileiro, fazendo com que a educação assuma suas responsabilidades com a cultura, com que a saúde assuma suas responsabilidades com a cultura, com que o meio-ambiente, a justiça, as ciências e as tecnologias, a gestão das comunicações, entre outros, assumam suas responsabilidades com a vida cultural brasileira.

Na segunda-feira o Presidente Lula estará, na Bahia para assinar com o Governador o primeiro protocolo no qual o Estado, o primeiro Estado brasileiro, se compromete a gerir, junto com o Ministério da Cultura e o Governo Federal, os recursos, os programas, os projetos, a implementação e a fiscalização dos recursos destinados ao “Mais Cultura”. Serão 4 bilhões e 700 milhões de reais em programas espalhados em todos os Ministérios pelos estados brasileiros, pelas Secretarias dos Municípios, com as ONGs, com as associações, com toda essa capacidade de associativismo, de cooperativismo e de empreendedorismo que a sociedade brasileira vem demonstrando ter e tem disponibilizado como instrumento para construção de um Brasil novo, um Brasil mais avançado, um Brasil mais moderno, com cidades mais bonitas, cidades mais participativas, cidades mais acolhedoras.

A dimensão do turismo é uma dimensão importantíssima. A Bahia tem que se qualificar com seu diferencial, com um turismo diferenciado, porque é assim que o mundo quer. O mundo quer que a Bahia marque sua diferença. Lutar pela igualdade quando a diferença nos oprime, mas lutar pela diferença quando a igualdade nos descaracteriza. Queremos igualdade com diferença. Queremos mais distribuição de riqueza, mais distribuição de renda. Mas também queremos mais distribuição de diversidade simbólica, de diversidade cultural. É assim que é o mundo hoje. Foi por isso que a UNESCO criou uma convenção internacional da diversidade cultural, que vai dar condições a cada estado nacional, a cada país e cada governo de estado, a cada governo municipal, de dizer que nós somos diferentes e queremos continuar diferentes, porque somos espelho do outro, e é isso que o outro que ver em nós, ver em nós o que é diferente dele, para que a gente continue tendo essa biodiversidade e essa sócio-diversidade que vão fazer desse planeta, quem sabe, no futuro – se a gente lutar para isso –, um planeta saudável, um planeta onde valha a pena viver.

Eu queria, portanto, agradecer a todos que fizeram esse trabalho. Queria dizer que a II Conferência de Cultura Brasileira já começa a ser preparada para ter o seu momento culminante como esse que a II Conferência Estadual está tendo aqui. Vocês já estão convidados. Aliás, vocês já estão fazendo o trabalho. Tudo isso que vocês fizeram é para que a gente tenha uma segunda conferência, ainda mais importante, com contribuições novas e com o governo brasileiro podendo, já, no ano que vem, daqui a um ano, prestar conta de mais outra etapa do incremento da atividade institucional da cultura no Brasil, ajudando a atividade social da cultura do Brasil, que é onde ela se dá, ela se faz, onde todos estão.

Naquela revista tem estampado um dístico que pergunta, na verdade, é uma pergunta que está estampada nas faixas: **Cultura, o que é? O que é cultura?** Há várias repostas possíveis. Um sentimento uma compreensão unânime nos últimos anos de todo pensamento criado pela racionalidade – e também pela emoção – dão conta de que a cultura é tudo aquilo que, depois de tudo que nós necessitamos vender e comprar, comprar e vender, tudo que resta depois disso é Cultura. Portanto, toda nossa vida, toda nossa capacidade de conviver, de amar, de compartilhar. Isso é Cultura.

Viva a Bahia! Viva o Brasil!

1.3 TROQUEMOS O MEDO DE MUDAR PELA ESPERANÇA DA MUDANÇA

Secretário de Cultura, Márcio Meirelles

Estamos aqui para um rito de passagem. É como uma iniciação, onde mudaremos a pele. Temos agora que nos rever, novos. Como uma árvore em nova estação, com novas folhas, vamos também produzir nossos frutos.

Temos aqui muitos Xamãs, muitos sacerdotes, que nos mostram os caminhos com sua sabedoria, construída em troncos ancestrais, ou com suas revoluções. Temos os mestres das culturas populares, temos os fazedores, artistas, brincantes; temos professores, reitores, vereadores, deputados, conselheiros, temos representantes de aldeias indígenas, quilombolas, jornalistas, prefeitos, dirigentes municipais de cultura, mobilizadores, representantes dos territórios, todos, sacerdotes em seus ofícios, em seus lugares, produzindo culturas, identidades... Temos o ministro Gil, que além de artista, é construtor de uma nova cultura da cultura para o Brasil. Temos o governador Jaques Wagner, a primeira dama, Fátima Mendonça e os secretários – proponentes e produtores de uma nova cultura política para o Estado – saúdo a todos. Todos mestres e iniciantes neste novo momento. Neste processo iniciático da Bahia.

Somos uma orquestra com diferentes sonoridades, sotaques, jeitos. Nossa missão é tocar em harmonia. É fazer um novo concerto. Concertar uma nova Bahia. Não é tarefa fácil. O novo sempre é um risco. Nosso papel aqui é civilizatório. O de criar um novo entendimento do papel da cultura. E, se entendermos desenvolvimento como “eliminação das privações de liberdade” – essas privações da liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercerem seu papel de protagonistas na sociedade. Podemos pensar em desenvolvimento como “expansão da liberdade”. E a cultura como seu principal motor.

E isto não deve ser motivo para medo. Pelo contrário: é na mudança que surgem as oportunidades para ousar, para criar.

O medo de perder a estabilidade é paralisante. O apego a estruturas prontas frustra a tentativa, limita a experimentação. A resistência ao novo tem como resultado apenas o que já é conhecido. Não é possível, não é honesto, representar milhares de pessoas que elegeram uma mudança e simplesmente reproduzir o que já foi feito.

Para responder a esta tarefa com dignidade, precisamos descobrir novas formas que atendam às nossas necessidades de cidadãos. E ir além: adivinhar e oferecer a nós mesmos o que queremos, mesmo que ainda não saibamos.

O medo de correr riscos é particularmente funesto para a cultura. Cultura não existe sem o risco. Cultura é o próprio risco. Arriscar faz parte do cotidiano de artistas, produtores e – sem nenhuma dúvida – gestores culturais.

Portanto, quero propor, neste início de caminhada, que troquemos o medo de mudar pela esperança da mudança. Vamos arriscar. Vamos começar a preparar hoje o dia seguinte. Os frutos que surgirão... Aqui, nesta conferência, vamos concluir a construção do “QUÊ”. Vamos ter um plano de trabalho, com propostas e prioridades. Agora vamos começar a construção do “COMO”, os métodos de trabalho, modelagens, para transformar o plano em programas e ações.

Assim continuaremos a construção da tarefa que começamos desde o primeiro minuto do ano – num trabalho de todos os órgãos da Secretaria, liderados pela Superintendência de Cultura, a quem parabeno e agradeço – para que esta II Conferência Estadual de Cultura fosse abrangente e participativa.

Neste sentido, em maio deste ano, incentivamos a criação de um Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura, primeiro passo para o Sistema Estadual de Cultura – que vai qualificar e intensificar as relações entre Estado, municípios e outras organizações da sociedade para o desenvolvimento cultural da Bahia. O que nos motivou também a dar uma atenção especial ao Conselho Estadual de Cultura, ator fundamental desse processo.

Os novos conselheiros, indicados por diversos setores da sociedade civil, que serão empossados nesta conferência – na pessoa de Antonio Gody – são cidadãos comprometidos com a cultura, reconhecidos nas suas áreas e também fora delas. E posso garantir, caro governador Wagner, caro ministro Gil, que a vida deste Conselho será tudo, menos monótona. Ele terá participação ativa não apenas na formulação de políticas, mas também no seu acompanhamento.

Esses novos conselheiros, como representantes da sociedade civil, terão a tarefa de também disseminar essa compreensão abrangente da cultura, pois ela só será efetiva quando povoar o imaginário não apenas daqueles que estão no governo, mas também de toda a sociedade.

Então, nossa Secretaria e todas as organizações relacionadas à cultura têm esse duplo desafio: propagar a nova idéia de cultura e atuar em todas as frentes que essa idéia abriga, o que só é possível a partir de uma ação transversal e cooperativa.

É por isso que estamos trabalhando intensivamente em parceria com os municípios, as outras secretarias do estado da Bahia, o Ministério da Cultura, empresas, ONGs e secretarias de cultura de outros estados do Brasil.

Nesse espírito de cooperação, temos trabalhado com o Ministério da Cultura reforçando o respeito ao federalismo. E assim como o Minc tem compartilhado cada vez mais as decisões com os estados, da mesma forma, queremos ter uma relação harmoniosa e cooperativa com as prefeituras. E esta conferência, o plano a ser construído aqui, o sistema sendo estruturado, o Fórum de Dirigentes, o Conselho de Cultura são o caminho para isso.

E, neste rito de passagem que nestes quatro dias se completa, abrimos o novo ciclo, em busca da construção coletiva da liberdade, que é o papel da cultura.

2. Conferências

2.1 CULTURA E ÉTICA

Marília Muricy

Secretária de Justiça do Estado da Bahia

Boa noite a todos e a todas, saúdo o povo de Feira de Santana e com especial agrado alunos e professores da Universidade Estadual. Saúdo também, com muito afeto, o ilustre secretário da cultura, meu amigo Márcio Meirelles. Passo de imediato à tarefa que o caro Secretário e a coordenação desta conferência me atribuíram: provocar a reflexão em torno das relações entre a ética e o mundo da cultura

A relação que a sociedade brasileira tem com o direito é uma relação extremamente complexa e, mais do que complexa, é uma relação deformada. Boa parte de nós, cidadãos brasileiros, enxergamos o Direito sob a perspectiva de normas formais. Esquecemos de enxergá-lo como uma prática social, política, cultural e ética. Entretanto é nessa perspectiva que devemos ler o texto do Artigo 216 da Constituição Federal que diz: "Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens e de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência identidade, a ação, a memória [...]". Peço, por favor, atenção a essas palavras constitucionais: "[...] a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nos quais se incluem: 1. As formas de expressão; 2. Os modos de criar, fazer e viver". Segue o artigo para disposições, que não me parecem tão importantes para frisar o que, a partir de agora, pretendo frisar, ou seja, o fato de que a cultura é um modo de ser peculiar da condição humana.

Os seres humanos não são seres prontos. Os seres humanos são seres arrojados na vida e incumbidos de traçar seu próprio rumo. Com régua e compasso, criam o próprio mapa de sua existência. Praticamente nada na vida é certo. Só uma coisa é certa: vamos morrer. Melancólico? Mas essa é a nossa única certeza. E porque nós vamos morrer, nós somos obrigados a emprestar à nossa vida, significados. Porque vamos morrer, somos obrigados a tornar nossa vida uma vida expressiva, dotada de sentido, de finalidade, de razão. Somos compelidos a dar razão a tudo que fazemos. E isso é viver. Essa é a condição humana em sua fatalidade ontológica. Isso é cultura.

Essa característica da condição humana demonstra o vínculo entre a cultura e a ética, onde se situam as normas de conduta; o "dever ser" em que a vida consiste. Porque não há forma de traçar o destino, senão criando normas para ele. Às vezes, quando nós perguntamos sobre o que é a ética, nós imaginamos logo o homem bom, aquele que faz o que é certo, aquele que escolhe o bom caminho. Ser ético é amar ao próximo. E amar ao próximo não é uma tarefa fácil, ao contrário, é uma tarefa extremamente difícil. Freud disse um dia, quando escreveu *O Mal-estar da Civilização*, que quando nós amamos o próximo, nós simplesmente procuramos reconhecer nele aquilo que é similar em nós. Portanto, não é o próximo quem nós amamos, nós amamos a nós mesmos. Essa é uma forma negativa, porque sustentada em uma visão do homem como estrutura individual de conflitos, de enxergar a questão ética. Não é assim que eu a enxergo. Enxergo-a sob outro prisma. Eu enxergo questão ética

como responsabilidade moral; responsabilidade moral em vários planos: responsabilidade moral no plano individual, e responsabilidade moral no plano coletivo.

Herdeiros do Iluminismo, insistimos em acreditar que a vida é comandada pela razão. Como parte dessa herança, alimentamos a crença na universalidade da moral e o imperativo categórico: faça ao outro aquilo que sua consciência impõe que você faça a si mesmo. Sua consciência é a medida de sua razão. Esse é o modo de pensar Kant, palavras do Iluminismo, palavras da modernidade. E que nos deu a modernidade? A modernidade nos deu a confiança, a esperança de traçar o nosso próprio destino. E o que é que nos trouxe, o futuro que se seguiu? O sentimento de fracasso da razão iluminadora e o estado regulador e germinoso, que extirpava as ervas daninhas para implantar a felicidade coletiva.

Assim é a Pós-modernidade, e a Pós-modernidade, sob o ângulo ético, sustenta a relatividade de todos os valores que orientam a conduta do homem. Com a perda do sonho de universalidade, terminamos perdendo também o sonho da fraternidade. Não é à toa que vivemos o que vivemos. Não é à toa que, em vez de cultivar o amor, em vez de cultivar a solidariedade, em vez de cultivar a ternura, o acolhimento pelo outro, somos levados, cotidianamente, a alimentar o ódio, a alimentar o sentimento de vingança, a desenvolver atitudes de fracasso, a não acreditar em nós mesmos, a não acreditar no outro.

Permitam mencionar aqui algo que me tem incomodado profundamente. Mais do que isso, algo que me deprimiu fortemente: o filme *Tropa de Elite*. Poucas coisas na vida me provocaram tanta dor quanto esse filme. Poucas coisas na vida me provocaram tanto sofrimento quanto a receptividade calorosa que boa parte da população brasileira deu àquele mar de sangue, crueldade e desrespeito ao outro, que aquele filme revela. E o que há de errado no filme *Tropa de Elite*? O que há de errado nesta produção cultural que marca o mundo das relações sociais no Brasil, hoje, e que faz tanto sucesso aí afora? O que está errado nesse filme é exatamente a falta de qualquer oportunidade para a esperança. É a falta de qualquer oportunidade para a solidariedade. É a falta de qualquer oportunidade para que, um dia, se possa esperar que o bem prevaleça. Não pensem que quero ser aqui a boa missionária. Eu não vou dizer do filme que ele prega a violência, porque esta é uma tarefa bem cumprida pelo noticiário cotidiano que nos amedronta, que nos intimida, que nos põe rachados entre a dor e o sentimento de raiva e impotência. O filme não prega a violência. Mas faz alguma coisa ainda mais cruel: propõe que não há saída para a violência.

Pretende ser um relato neutro em que o autor se abriga no olhar do personagem, buscando neutralizar a força da autoria presente inclusive nos silêncios do texto.

A mensagem que fica é de que o círculo de violência não se rompe. E, olhem bem, a violência que aparece no filme na narrativa do policial aparece conjugada com a dúvida, conjugada com o sofrimento. O policial mau é um sujeito que pensa, um sujeito que reflete, um sujeito que se submete a um processo analítico voltado a trabalhar a sua dor, porque ele também está dividido entre aquilo que faz e aquilo que sente.

Agora, olhem o outro lado: olhem o baiano. Quem é o baiano? O baiano é pura sujeira. O baiano não é sujeito, o baiano não tem fala, o baiano não tem história. Ninguém sabe de onde ele veio nem sequer onde ele nasceu, se filhos tem, se filhos pretende ter. Mas o policial que conta a história, vai ter um filho, tem uma mulher que ele ama, tem uma história. E isso termina sendo uma legitimação insidiosa da violência policial: um anúncio do fracasso inevitável de uma polícia cidadã. Tudo que nós não queremos ser, tudo que a sociedade brasileira não precisa. E o sistema tantas vezes referido não passa de uma entidade abstrata, uma imagem que ninguém é capaz de referir a algo de concreto. E quando a câmera para ele concentra-se na classe média apresentada, ao mesmo tempo, pela menina que usa droga e, portanto, favorece o tráfico, e a menina que trabalha na favela; portanto, é tudo a mesma coisa. Não há nada que anuncie o novo, não há nada que anuncie a esperança. Alguém percebeu no *Tropa de Elite*, qualquer menção ao sistema que se infiltra no parlamento nacional? Alguém ouviu falar, no *Tropa de Elite*, do sistema que não recende à favela, mas aos salões onde circula o luxo e a corrupção? Esse sistema aparece? Não! O sistema é a menina de classe média que fuma maconha; e fumar maconha, favorecer o tráfico e ter amor pelo menino da favela é a mesma coisa. Tudo é sistema. O bem não aparece.

O pecado do *Tropa de Elite* portanto, não é aquilo que ele diz, mas os silêncios que ele deixa, fugindo ao que acredito ser, sem qualquer comprometimento da liberdade de criação, o sentido ético da produção cultural, que revela o modo de inserção no mundo daqueles que por ela se responsabilizam.

Pensem um pouco sobre a natureza do mundo da cultura.

Cultura é o conjunto de tudo que fazemos, de tudo que nós praticamos, de tudo aquilo a que emprestamos sentido. E a cultura se faz, necessariamente, **com** o outro. A cultura não se faz **para** o outro. A cultura não é uma

estratégia. A cultura inclui necessariamente uma relação profundamente ética, que nos leva a olhar no olho do outro e nele nos reconhecer, com ele nos solidarizar. Produzir cultura é permitir a livre circulação das expressões múltiplas e diversas da sociedade. Consentir que o mal apareça, mas, reservar espaço para que o bem se revele. Estou aqui defronte de um querido amigo que é produtor cultural, o Márcio Meirelles, e posso lhe dizer que em seu *Ó pai* os personagens têm vida, tem história, são sujeitos. Enquanto que em *Tropa de Elite* só há um sujeito: o Capitão Nascimento. O resto é cenário que faz crer na violência como a única forma de combater a violência. Trata-se de um filme que a meu ver é perverso, mas que de algum modo reflete uma certa inclinação por parte de cinematografia brasileira em ter como objeto preferencial as cores da tragédia, reservando espaço menor às coisas miúdas e leves da vida cotidiana. Mas a cultura também se faz pela leveza, abre espaço para a alegria. Também é dança, também é riso. A cultura também é solidariedade, parceria, companheirismo, amor. E amor, como todos os caminhos humanos, também se aprende. Por isso, a produção cultural, como produção humana, envolve também o resultado de um processo amoroso de aprendizagem do mundo. Permitam que eu faça o que não costumo fazer e interrompa a minha fala para a leitura de um texto de um autor que, em virtude de interpretações equivocadas em sua obra tornou-se mal afamado, mas vocês haverão de reconhecer a densidade poética de sua obra. Trata-se de Nietzsche, na *Gaia Ciência*, quando afirma que "É preciso aprender a amar. Eis o que sucede conosco na música, na música. Primeiro temos que aprender a ouvir uma melodia, a detectá-la, a distingui-la, isolando-a, demarcando-a como uma vida em si. Então é necessário empenho e boa vontade para suportá-la". Pronto!

A obra de arte ganhou vida. A obra de arte saltou da subjetividade do autor e se tornou, ela própria, uma nova subjetividade, com a qual o autor passa a se relacionar. É o outro no processo da criação: *temos que suportá-la*. Temos que suportá-la, não obstante sua estranheza. Temos que ter paciência com seu olhar e temos que *tratar com brandura aquilo que nela é singular*. Enfim, chega um momento em que estamos habituados a ela, em que passamos a depender dela, em que sentimos que ela começa nos fazer falta, se ela nos faltasse. E ela continua a exercer sua coação e sua magia, incessantemente, até que nos tornamos seus humildes e extasiados amantes, que nada mais querem no mundo senão ela, e novamente ela. Mas eis que isso não sucede apenas na música. E foi exatamente assim que aprendemos a amar todas as coisas que amamos. Afinal, sempre somos recompensados pela nossa boa vontade, pela nossa paciência, equidade e ternura para com o que é estranho, na medida em que a estranheza tira lentamente o véu e se apresenta com uma nova e indizível beleza. É a sua gratidão por nossa hospitalidade. Também quem ama a si mesmo aprendeu por esse caminho. Não há outro caminho. Também o amor há que ser aprendido.

Pensemos agora na relação entre o produtor cultural e sua obra, desde o artista mais notável até o mais anônimo tocador de atabaque. Todos eles, de algum modo, desvelam o mundo e abrem janelas para a esperança. Portanto, sua função traz dentro de si um componente de compromisso ético, um lugar do processo de transmissão de valores e deles exige uma espécie peculiar de conhecimento.

Edgar Morin, num livro magnífico sobre a educação que se chama *Cabeça Bem Feita* afirma que "não adianta uma cabeça cheia"; é necessário uma "cabeça bem feita". Habitamo-nos no mundo da informação a "encher a nossa cabeça" de dados que nos chegam sem que tenhamos tempo para processá-los. Temos o que Morin chama de "uma cabeça cheia". E uma cabeça bem feita na leitura de Morin é a que nos capacita ao conhecimento integral e torna possível enxergar o mundo em sua totalidade, permitindo-nos acolhê-lo, e a tudo que nele há inclusive o que nele nos parece estranho.

Nada pior pode ser praticado contra a condição humana do que evitar que o outro se revele, negar-lhe hospitalidade. E isso é o que, perdido o sonho da modernidade, temos aprendido a fazer no mundo Pós-moderno. A Pós-modernidade está fazendo isso, quando estranha imigrantes, quando nos nega a oportunidade de enxergar no estranho um sujeito, quando recusa, sob o argumento da ausência de universalidade ética, a aceitação incondicional do outro.

Quando, na história de filosofia moderna, começou-se a discutir os problemas éticos, tinha-se como parâmetro o poder da razão universal, oposto à tradição, que significava todo peso obscurantista do preconceito a ser eliminado. A luz que a razão jogava sobre a vida iria assegurar-nos a liberdade, a redenção final da condição humana. Sabemos o que aconteceu depois, quando a razão emancipadora transformou-se na razão instrumental, objeto da crítica dos teóricos de Frankfurt, para os quais a razão libertadora transfigurou-se em instrumento de dominação, deixando de lado o tradicional debate filosófico, não temos qualquer dúvida em afirmar que não é a razão formal a base do mundo ético, mas a razão do coração, do protagonismo, da compreensão, da capacidade de imergir profundamente em tudo que é humano e então voltar à tona, preparados para novas descobertas.

O mundo humano não é um mundo do qual nós sejamos espectadores. O mundo humano é um mundo em que nós somos atores, e não espectadores. Somos todos atores. Anônimos atores, mas somos todos atores. Portanto, só há uma forma de conhecer o mundo e tentar educá-lo para a felicidade, educá-lo para a solidariedade: compreendê-lo. Compreendê-lo com parceria, com solidariedade.

Infelizmente, perdido o legado iluminista, por muito tempo manteve-se na literatura filosófica um ardiloso silêncio em relação às questões da ética, que passou a ser uma questão de segundo grau na hierarquia dos assuntos acadêmicos. Felizmente as coisas mudaram. E mudaram a ponto de que possamos recuperar o conceito aristotélico de virtude, sem medo de parecermos anacrônicos.

Um filósofo contemporâneo Alistair Mac Intyre, retomando o conceito de virtude, afirmou que virtude é a capacidade que desenvolvemos para alcançar a excelência. Porém por excelência não se entenda o privilégio intelectual de uma elite de iluminados, mas uma habilitação maior para penetrar uma prática social e nela desenvolver-se com habilidade, aceitando padrões que embora reconhecidamente provisórios constituem um acervo à mão de conhecimentos éticos dos quais não podemos prescindir. E assim encaminha-se Mac Intyre a nos estimular para a prática da esperança e da solidariedade, de algum modo nelas reconhecendo um processo de aprendizagem, tal como fizera Nietzsche ao falar da relação entre o amor e a obra de arte.

Deixando um pouco de lado a discussão acadêmica, para penetrar no plano político da discussão, ocorre-me contrapor ao que nos chega do *Tropa de Elite*: o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). Ai chegamos. Sem derramamento de sangue deixemos que os mortos descansem. Alguém lhes perguntou se desejam sangue sobre suas sepulturas? Se eles autorizam em seu nome, o exercício da vingança? Os mortos querem paz. E a sociedade quer paz. E a paz que a sociedade quer obtêm-se preparando a esperança. Esta paz só será alcançada, iluminando regiões abandonadas da cidade, que são selecionadas como áreas preferenciais para o tráfico, potencializando as lideranças jovens que estão sendo instrumentalizadas pelo traficante e fazendo com que elas possam explodir em liberdade e criatividade. E quem faz cultura nessa terra sabe que quando se trabalha a juventude, ela mostra o talento, a riqueza, a exuberância e a criatividade de que é capaz. E ela não quer afogar essa exuberância em um mar de sangue. Ela quer fazer com que essa esperança possa, realmente, semear o terreno para um mundo melhor.

Muito obrigada.

2.2 IMAGENS DA CULTURA INFANTIL ATRAVÉS DOS TEMPOS, PARALELOS COM O BRASIL CONTEMPORÂNEO

Lydia Hortélio
Pesquisadora de Cultura da Criança

"A Criança Nova... A Criança Eterna..."

Artigo baseado na Conferência Cultura da Infância

A Criança Nova que habita onde vivo
Dá-me uma mão a mim e a outra a tudo que existe...

A Criança Eterna acompanha-me sempre.
A direção do meu olhar é o seu dedo apontando...
Fernando Pessoa

Evocando o poeta, faço-o como um chamado, como um convite para entrarmos num balão: o balão do Sonho, e viajarmos juntos, alto, longe, fundo, em direção ao *Reino da Infância*...

As imagens que lhes serão apresentadas contam um pouco a história do que brincaram os *Meninos do Mundo*, desde que se tem notícia até os nossos dias. Ao longo dessa história, veremos aflorar as lembranças dos *Brinquedos da Infância* de cada um de nós. Elas virão compor, através de uma sinonímia de todos os tempos e de

todos os lugares, a segunda parte da promessa que fiz para este nosso encontro: os paralelos com o Brasil contemporâneo.

Nesta oportunidade, tenho a satisfação de lhes apresentar frutos de um trabalho de pesquisa que já leva muitos anos, na busca de uma compreensão da Criança através do seu movimento próprio: *o Brinquedo, o Brincar*. E para estendê-la a tempos que ficaram bem mais para trás, nada melhor do que recorrer à Beleza, à Arte dos Povos, onde iremos encontrar, aqui e ali, documentos da *Infância da Humanidade*, como sinais os mais sensíveis de nossa caminhada.

Assim veremos, como ponta do fio de um novelinho que se desenrola há muito, muito tempo, que os *Carrinhos de Lata*, puxados pelos meninos na periferia de nossas cidades, se movem pela mesma vontade que animava os meninos da Pérsia há mais de 1100 anos a.C.

Consideremos agora o *Brinquedo de Cavalinho*, cujo movimento leva a Criança a transportar-se, ser veloz, passar além, voar! Vemos então que ele está presente em várias épocas e lugares, servindo aos cavaleiros do Sonho, os artífices do Novo, arautos do Futuro!

As *Bonecas de Pano*, que encontramos entre nós nas feiras do interior, também estão em Luxor, ao lado das pirâmides...

Cada *Brinquedo de Criança* é um impulso de vida, um gesto da evolução, uma forma de realização e de busca.

Arquétipo e símbolo, necessidade e linguagem, esforço e *Brinquedo*: onde estaria a linha divisória?! Certamente que não encontraríamos. E aí está, justamente, o mistério, a pista para a compreensão da Criança: sua inteireza, a multiplicidade e riqueza de expressão, o essencial, o imprevisível, a obediência ao movimento interno, a espontaneidade, a Alegria!

Que bom seria, se pudéssemos conhecer, um por um, os gestos do *Brincar* de todos os tempos! Talvez assim tivéssemos um retrato mais verdadeiro do Ser Humano: um retrato de corpo inteiro! Mesmo porque é o *Corpo*, com todos os seus talentos, o território de manifestação da *Infância*. E se não nos é dado segui-la de tão perto, nem importa, pois sempre haverá *meninos* no mundo, felizmente, e o milagre da plenitude e liberdade sempre de novo emergirá, indicando o caminho e a meta...

No repertório relativamente pequeno que temos a oportunidade de ver, logo se mostrará a graça e o poder do *Ser-Humano-Ainda-Novo*, tentando inscrever-se na Criação através do conhecido e do inesperado, sonhando e ousando sempre, integrando-se consigo mesmo, com o outro e com o mundo

*O homem só é inteiro quando **brinca**.*

*E é somente quando **brinca** que ele existe*

*Na completa acepção da palavra: **Homem**.*

(Friedrich von Schiller)

Se observarmos as Crianças, e tivermos a sorte de vê-las em verdade, o que quer dizer, brincando, vamos concordar perfeitamente com o mestre alemão, e com tantos outros que vêm fazendo a apologia do Brinquedo ao longo de nossa História.

E quem não se lembra dos Cozinhados debaixo de uma mangueira ou de uma goiabeira, das Rodas e Brinquedos Cantados em noite de lua, do silêncio e carreiras no Esconde-Esconde, sol a pino, para chegar a salvo na picula, sob o fresquinho de uma árvore amiga?

O Pião que dormia em alta velocidade!

As Cinco Pedrinhas, de tantos nomes e lugares, com seixos, sementes, conchinhas do mar, ou cacos de telha aparados com muito esmero, em que trazíamos para a ponta dos dedos toda centração e alinhamento, alçando nossa pedrinha aos céus enquanto colhíamos as que ficavam na terra, e fazendo tilintar uma na outra, tão magnificamente, que bem poderia cindir montanhas e separar mares...

Tudo isto define o que é Ser Criança, sua natureza, sua índole, seu Destino. O Ser Humano é um ser espiritual, e a Infância, o espaço sagrado primordial.

Vivemos um tempo de extrema aceleração e acúmulo de estímulos exteriores. As Crianças se encontram desajudadas em meio a tanto ruído e simulação. É preciso que cada um de nós, responsáveis que somos por nossas Crianças, se pergunte sobre o sentido da Vida. E na questão:

Criança / Brinquedo / Natureza,

se põe a situação da família humana e o desafio que temos pela frente.

A Criança não está sendo vista em sua grandeza, em seu valor, e a Humanidade corre perigo. É necessário que venhamos favorecer aos Meninos do Mundo, incondicionalmente,

o Exercício de Ser Criança...

Para que isto aconteça porém, é necessário voltarmos à Natureza - a Casa da Criança. Brincar tornou-se, antes de mais nada, uma questão ecológica. Urge desenvolvermos uma compreensão renovada do milagre da Vida e do papel do Ser Humano na Criação, com todas as conseqüências que isto significa.

Devemos às nossas Crianças, nada menos que o restabelecimento de seu verdadeiro habitat. Num país como o nosso, de 8.500.000 Km², isto não deveria ser impossível. Tudo depende do grau de consciência que desenvolvermos, e da disposição sincera em assumir uma responsabilidade que é de todos e de cada um.

Há algumas décadas atrás, em Paris, os estudantes foram às ruas e lançaram um grito que varreu o Planeta:

"Sejam realistas, exijam o impossível!"

É bem este o tom de nossa bandeira. De resto, os motivos dos estudantes ainda não cessaram, as Crianças do Mundo esperam sua hora, e a marcha da Humanidade se detém.

É preciso revelar a Vida,

É preciso viver em plenitude e liberdade,

É preciso **BRINCAR!**

2.3 O BRASIL E A TERRA: RECONSTRUÇÃO DO POMAR DE CANUDOS

Zé Celso Martinez

Dramaturgo e Diretor de Teatro

Sabem o que eu queria fazer? É o seguinte: eu queria que isso aqui virasse Canudos. Agora! É assim... Eu estou com idéia fixa. Eu queria que isso aqui virasse Canudos, já! Porque eu estou com uma obsessão. Tudo isso que nós queremos, o DNA de tudo isso, o pai, o avô, o bisavô de tudo isso é uma cidade chamada Canudos, que juntava tudo isso que está aqui, ó! Tudo! Essas culturas todas: a cultura dos índios, a cultura dos africanos, a cultura dos baianos. Todas as culturas numa cidade que era como essa. Era a segunda da Bahia. Canudos era a segunda cidade, como é Feira de Santana. Tinha 25.000 habitantes e exportava couro para a Europa. Couro de bode. Mas, aí, o Brasil inteiro, do Rio Grande do Sul até o Amazonas, mandou forças para massacrar Canudos, porque Canudos tinha uma organização livre, de mutirão, uma organização tipo conselhos.

Antônio Conselheiro não era rei, juiz, mandão. Ele aconselhava. Ele não se ocupava com guerra, não se ocupava com a parte da economia, com a agricultura, não se ocupava com as ferragens. Tudo era organizado numa liberdade muito grande, que não batia. Tanto que, todo mundo que não suportava o regime mercenário da época do latifúndio, dos coronéis, migrava para lá. Aqui, neste momento, eu acho que esse ato é de início de uma época fora do coronelismo que, infelizmente, reinou na Bahia até pouco tempo. Começa-se a sair disso, agora. E essa cidade, que deu três surras no exército, foi, depois, massacrada pelo Brasil inteiro. Tacaram querosene e queimaram gente viva. E o lugar ficou maldito! Depois de muitos anos, as pessoas começaram a voltar para lá. E ali se foi fazendo uma segunda cidade, que durou quase 80 anos. E quando os militares chegaram ao poder; eles inundaram essa cidade, para apagar a memória dessa cidade.

Nós começamos a nos curar, a retomar esse elo perdido. A água toda do açude de Cocorobó não serve à cidade. A cidade depende de carro-pipa. Aí, uma terceira cidade se construiu. E essa terceira cidade teimosa me deu a consciência de que eu devia demais a ela. Eu como brasileiro, como artista que há seis anos trabalha nos

Sertões, nos Canudos, apresentando a peça pelo Brasil. Quero apresentar lá; quero como brasileiro ter o direito de apresentar essa peça na capital do meu trabalho, que é Canudos. Eu devia tanto a ela e via que o Brasil não tinha dado nada para essa cidade. Qualquer cidade mártir, no mundo, Hiroshima, Nagasaki, é reconstruída por humanitarismo; mas não se deu atenção nenhuma a Canudos, até agora. E eu me senti no dever de levar nosso espetáculo até Canudos, mas que ele não passe por lá como se fosse um meteorito que caiu do céu, como se fosse o Bendegó que caiu lá uma vez, e depois tudo volte ao normal. Eu queria que fosse o início de uma reparação nacional e internacional a Canudos, que se reconstruísse a cidade, que se aproveitasse aquela água e que se irrigasse para produzir frutas como em Juazeiro. Produzir uva, melão, maçã, para exportar e fazer de lá um pomar maravilhoso. E para fazer renascer aquela cultura toda.

Espero que esta reunião estadual se transforme numa reunião nacional. Se tropas foram enviadas para matar, agora é o momento de enviar a cultura para fazer renascer esse lugar. É uma partida que não está ganha. Depende dessa ligação que existe aqui, agora!

2.4 A BAHIA E SUA HISTÓRIA

Ubiratan Castro de Araújo

Doutor em história, Diretor da Fundação Pedro Calmon

A II Conferência Estadual de Cultura tem as características de uma verdadeira constituinte cultural da Bahia, porque nunca se celebrou de maneira tão profunda a maior e mais importante marca do nosso Estado, que é a sua diversidade cultural.

A Bahia apresenta no seu grande território esta diversidade de cenários ambientais e de culturas, constituídas por baianos em seus vários recantos, ao longo da história. Isto é o que a identifica e o que faz a sua força. A Bahia tem seus vários cenários: o Recôncavo, o Agreste, os sertões do Conselheiro, os sertões do São Francisco (baixo, médio e alto), a Chapada, o Sul Cacaueiro, o Extremo Sul, o Sertão da Ressaca. Em cada um deles produziram-se e mantiveram-se aspectos culturais que os tornam diversos e complementares.

Por que é importante considerar isso nessa conferência? Por que devemos refletir um pouco mais sobre esta diversidade baiana?

É porque o vento virou! Quem navega no interior da Baía de Todos os Santos sabe que a viração é o momento do dia em que o vento muda de direção. Isto permite a ida e a volta de Salvador a Cachoeira em um mesmo dia. Estes são ventos de ir e voltar. Os ventos que até hoje dominavam a política baiana sopravam na direção da afirmação das centralidades, das polarizações, dos grupos privilegiados que se diziam excelentes, dos detentores dos recursos da cultura, da Bahia metropolitana. Em 2007 este vento virou. Virou com a posse do governador Jaques Wagner. Virou a orientação do planejamento e da ação administrativa do Estado, que parte da diversidade originária e busca estabelecer os caminhos de ir e vir do desenvolvimento econômico e social.

Nós vivemos no mundo do século XXI em que não há mais lugar para pólos, polarizações e capitais. Este é o século da Internet, o século da comunicação à distância, o século das redes. A rede é o estabelecimento de nexos horizontais, de pontos iguais que se conectam. A força da rede está em cada nó. É preciso que cada ponto seja forte o suficiente para não arrombar a rede, e o peixe não passar. Logo, a lógica da rede não é a existência de um ponto mais forte que o outro, de uma cidade mais importante que a outra, ou uma região mais importante que a outra. Todas as cidades, regiões e territórios, cada uma delas deve ser um nó suficientemente forte para manter a coesão da rede da Bahia. Ao mesmo tempo deve deixar espaços suficientemente abertos para que a água passe e os peixes fiquem. Os ventos hoje sopram na direção de espaços em rede e não de impérios.

Para melhor percebermos a construção da diversidade sócio-cultural baiana, identificamos algumas conjunturas de longa duração que marcam vários modelos de interação entre o núcleo metropolitano caracterizado como Salvador e seu Recôncavo e as várias regiões que foram se constituindo no chamado Interior da Bahia.

O núcleo colonial

Este tempo marcou uma forma específica de ocupar espaços, de controlar os grupos humanos e de estabelecer uma primeira relação entre o núcleo central colonial e as vastas áreas do que se chamou, à época, de sertão. Esse tempo começa com a ocupação colonial portuguesa, no século XVI. No começo, antes da ocupação

portuguesa em 1501, tudo era Kyrimurê. Ao invés de ser Bahia, nós devíamos ser Kyrimurê, o grande mar interior dos tupinambás. Na entrada desta grande baía levantou-se uma cidade-forte, São Salvador, porto e centro administrativo de uma vasta área banhada pelas águas deste mar interior, denominada Recôncavo.

No Recôncavo instalou-se uma agroindústria açucareira, plantações de cana, engenhos de açúcar e acondicionamento de caixas de açúcar, a serem exportadas por Salvador. Esta agroindústria nasceu com a vocação centralizadora. Na verdade ela foi o primeiro complexo agroindustrial que o capitalismo criou no mundo, em 1500. Era o pólo petroquímico do século XVI. No centro uma unidade industrial, o engenho, que processava a cana e a transformava em produto mercantil, o açúcar. A cana, o produto agrícola, não tinha valor se não fosse processada em açúcar. Este complexo compunha-se de várias unidades articuladas necessariamente ao núcleo dinâmico: o engenho. O engenho centralizava tudo. Ele devorava a cana que virava açúcar; ele precisava de bois para alimentar os trabalhadores que moviam o engenho, para mover os banguês e para puxar todos os carros de cana; ele precisava de homens para trabalhar na plantação, no engenho e no transporte. Foi no entorno desse complexo que se construiu o primeiro núcleo colonial chamado Bahia de Todos os Santos, com a cidade do Salvador, centro político, porto, forte militar e protetor da Bahia e com a agroindústria açucareira do Recôncavo. Tudo mais que existia, para o interior, trabalhava para alimentar esse núcleo.

E o Sertão, como entra nisso? O nome que se deu para os interiores foi Sertão. Vocês sabem o que significa? Sertão é uma diminuição da palavra deserto. Para os portugueses era o Saara da América. O deserto, a terra deserta e perigosa, é a terra vazia na qual não se deve ficar. A primeira penetração pelo sertão foi exatamente para atender às necessidades da agroindústria açucareira. Tomé de Souza, o primeiro governador, concedeu o maior latifúndio para o seu afilhado e servidor, Garcia D'Avila. Deu a ele apenas o seguinte: uma sesmaria cuja testada ia da Praia do Forte até a boca do São Francisco. Daí para o interior "até onde justo for". Esta é a expressão ainda encontrada em várias escrituras de terras, cujo significado no século XVI era até onde o beneficiário conseguir chegar, expulsando e matando os índios. Foi assim que Garcia D'Avila chegou até o Piauí. Estabeleceu uma rede de currais e de fazendas de gado que abasteciam o Recôncavo açucareiro. Esse foi o primeiro caminho de expansão para o interior.

Esta centralização açucareira constituiu a base de um projeto político e territorial que se materializou inicialmente em capitania colonial, depois em província imperial e finalmente em estado federado republicano. Por isso, afirmou-se, ao longo do tempo, a denominação Bahia de Todos os Santos. Esta permanência constituiu uma identidade referenciada no núcleo colonial originário. Na capitania colonial, a cidade era uma só: Salvador. Todos os senhores de engenho e proprietários de escravos tinham assento na Câmara de Salvador. Esta era a Câmara da Bahia. É daí que vem essa expressão "A cidade da Bahia", "eu vou pra a Bahia". E era na Bahia que se decidia tudo, lá se decidia tudo.

O primeiro choque de diversificação neste núcleo colonial foi a descoberta do ouro nos longínquos sertões de Minas Gerais. O ouro era um grande atrativo para todos: os aventureiros, os bandeirantes e os boiadeiros. Todos procuravam ouro e prata. Eles só criavam gado e só botavam lavoura, porque ainda não tinham descoberto os metais preciosos. Na Bahia, onde primeiro se descobriu ouro foi em Santo Antônio da Jacobina. Na ocasião, a Câmara da Bahia tomou a decisão de proibir a mineração. E por que proibir? Porque este mundo do açúcar e da escravidão não podia tolerar que os recursos financeiros e humanos pudessem ser divididos com outra atividade que fosse mais rentável. Mas a história do mundo demonstra que a ambição pelo ouro sempre foi mais forte. E depois veio Rio de Contas e depois a grande descoberta em Minas Gerais. A corrida para o ouro para Minas Gerais foi mais forte do que o poder da Câmara da Bahia. Foi a primeira grande cisão entre o núcleo colonial originário e os sertões que se abrem. Quais sertões que abrem? Os sertões da direção do Sul, ou seja, o caminho que vai de Cachoeira, margeando Paraguaçu, passa por Rio de Contas e Caetité, daí até as Minas Gerais. Ou seja, a Cidade do Salvador passou a ser porto de entrada de todos os aventureiros portugueses que vinham na direção do ouro de Minas Gerais, para ariscar fortuna. E, atrás deles, vieram os comerciantes, para fornecer os alimentos e as ferramentas para garimpagem do ouro. Junto com eles, vieram também novos e muitos traficantes de escravos, que venderam os escravos não só para os senhores de engenho, mas também para as Minas Gerais. Nesse momento, Salvador tornou-se maior que o Recôncavo. Os senhores de engenho que perderam o poder em Salvador vão constituir as câmaras municipais nas vilas recém levantadas no Recôncavo. A partir de 1695 surgem as Vilas de Cachoeira, Santo Amaro, São Francisco do Conde e Nazaré. De lá, os senhores de engenho recuam para o Recôncavo e, podem fazer pressão sobre o Rei e sobre a cabeça da colônia.

O ouro de Minas Gerais alterou os caminhos do gado. O gado de Garcia D'Avila, que vinha do Piauí para Bahia, para abastecer o Recôncavo do açúcar, começa a descer pelo São Francisco e cria outra rota pelo interior

para Minas Gerais. Pela primeira vez, o ouro criou uma ocupação do interior, fora do controle da cidade do Salvador, do núcleo açucareiro e do Recôncavo, fazendo levantar as várias novas vilas sertanejas. Esta foi a expansão do século XVIII.

A província imperial

O sertão mudou. Todas as vilas buscavam ser auto-sustentáveis. Ao mesmo tempo, todas elas estavam conectadas com os caminhos do gado e do ouro, que iam e vinham de longe. O florescimento destas vilas era, no entanto, incompatível com uma lei não escrita da escravidão, que vigorou durante todo o século XVIII, até a Independência, pela qual o sertão não deveria ser objeto de melhoramentos. Ele deveria ser o mais violento possível, o mais inóspito, o mais perigoso dos lugares. Na lógica da escravidão, para confinar em espaços de fazenda e engenho os trabalhadores escravizados, e para desestimular as fugas, era preciso que nos espaços abertos do interior a vida fosse pior do que dentro da escravidão.

Por trás da escravidão, depois do Recôncavo, vinha a Feira de Santana e daí todos os caminhos estavam abertos para que um escravo fugido pudesse “cair no mato” e embrenhar-se por caatingas e cerrados até onde as pernas agüentassem. O grande medo era que a fronteira aberta estimulasse as fugas. No Brasil, por causa da escravidão, constitui uma história perversa de fronteira fechada. Toda a fronteira deveria ser fechada. E para ela ser fechada tinha que ser ruim. Por isso, o governo provincial não podia investir em estradas no sertão. Em todo o século XVIII e XIX, os governos da Bahia jamais investiram na melhoria dos caminhos no sertão, para que estes caminhos continuassem difíceis, povoados por bandidos, os chamados facinorosos. Era preciso ter medo das cobras venenosas, dos animais ferozes e das muitas doenças. A liberdade era perigosa e o sertão podia ser a liberdade. Manter a população concentrada no Recôncavo era uma forma de manter uma sobrevida para a escravidão.

Subproduto do complexo agroindustrial açucareiro, a fronteira fechada começou a apresentar brechas importantes, à medida em que o próprio sistema do Recôncavo entrou em crise. A primeira grande brecha resultou da descoberta, em 1842, do diamante na serra do Sincorá, no centro da província da Bahia. A partir daí, das chamadas Lavras Diamantinas, passou a ser extraído o diamante que vai ser exportado por Salvador. Neste período, a partir de 1850, a prosperidade do centro da Província foi tal que, Lençóis disputa a condição de capital com Salvador. Lá instalou-se até um consulado francês para organizar a importação de diamantes para a Europa.

Além das Lavras Diamantinas, outras atividades no interior foram ganhando valores de exportação que compensavam as perdas progressivas com a exportação de açúcar. No próprio Recôncavo, expande-se a lavoura fumageira e instala-se uma próspera manufatura de charutos em Cachoeira, São Felix e Maragogipe. Ainda no Recôncavo Sul expande-se a cultura de café, pelas Matas de Nazaré que, passando por Jaguaquara, vai até a Chapada Diamantina. Este café baiano alcançou bons preços no mercado internacional graças a sua qualidade, merecendo mesmo uma denominação especial de Café Maragogipe, encontrável até hoje em Paris, proveniente da Costa Rica.

Outro processo que resultou da crise terminal da antiga agro-indústria açucareira foi a progressiva liberação da mão-de-obra escrava, seja pelas fugas, seja pelas alforrias, seja pela emigração para o centro-sul cafeeiro. Neste processo, a base da acumulação de riquezas deslocou-se da propriedade de escravos para a propriedade da terra, o que consolidou-se com a lei de terras de 1850. Assim, as fortunas deslocaram-se do Recôncavo açucareiro para as fazendas do interior da província.

O estado federado republicano

Com a abolição da escravidão em fins do século XIX, diversificou-se a pauta de exportação da Bahia em função da abertura de novas áreas produtivas no Estado. Essa diversificação da economia exportadora desestabiliza a agroindústria açucareira de tal forma que o advento da abolição da escravidão traz consigo a decadência da “aristocracia sacarina”, que passa a viver de aparência, de prestígio e de amizades. Diferentemente de Pernambuco, este segmento não conseguiu operar a transição do engenho escravista para a usina moderna. Na Bahia, os antigos senhores de engenho afundaram na miséria e passaram a cultivar a saudade do passado glorioso! É como diziam: “A Bahia é a terra do já teve”. Quem melhor demonstra esta mentalidade é Xavier em seu livro *As Voltas da Estrada*. Esse romance narra uma história da cidade de Santo Amaro da Purificação, na qual os antigos senhores, a quem ele chamava a “elite sacarina”, empobrecem.

Após este grande fracasso econômico, os descendentes desta elite fizeram valer o imenso capital cultural, acumulado em mais de trezentos anos de escravidão. Afinal, eles eram os únicos que falavam francês, que tocavam piano, que faziam discursos, que se formavam nas faculdades e que se empregavam no governo. Percebe-se aqui que o controle da burocracia estadual e da representação política foram os caminhos de sobrevivência e de reconversão econômica de um grupo derrotado. As grandes fortunas se formam no interior, na exploração dos diamantes, do cacau, do café, do fumo e de outros catados. Os novos ricos são vistos como os que têm o dinheiro mas não tem o saber. São os "tabaréus". A estes resta casar as suas filhas com os sabidos da cidade, porque isso é o que lhes vai assegurar o poder político.

Com a República Velha instaurou-se um novo período da economia agrário-exportadora sob a hegemonia da praça comercial e do porto de Salvador. De fato, o porto de Salvador é o ponto de passagem obrigatório de todos os produtos que vêm do interior e de todos os manufaturados que vêm dos países industrializados. Neste ponto estratégico instala-se uma classe comercial, altamente especializada, que cria e mantém um mercado exclusivo estadual, caracterizado pelo que se chama, à época, de Viagem Redonda. A partir das matrizes de casas comerciais brasileiras e de filiais de grandes firmas importadoras estrangeiras, expedições permanentes de caixeiros viajantes percorrem todos os interiores, fechando negócios, catando tudo que podem vender e comprar. Para efetivar a circulação física das mercadorias, seguem, no rastro dos "caixeiros", as chamadas tropas de mulas comandadas por outra figura central neste novo sistema, o "tropeiro". Este era o grande circuito do mercado da Bahia. Saía-se de Salvador. Pegava-se o Vapor de Cachoeira. De lá seguia-se para o sul, na direção de Caetité e de lá para Minas. De Pirapora, navegava-se pelo Rio São Francisco até Juazeiro, de onde descia-se de novo comerciando pela linha de trem até Salvador. Esse era o grande espaço comercial capturado pela Praça Comercial de Salvador. Este mercado regional dava suporte às alianças e acordos que constituíam social e politicamente o próprio Estado Federado da Bahia.

Então, o que foi a República Velha na Bahia senão o grande pacto entre senhores dos vários interiores de onde saíam os catados com os comerciantes e bacharéis de Salvador? Esta era a base sócio-econômica da oligarquia. Ou seja, a Bahia era uma espécie de condomínio de bacharéis e comerciantes espertos e coronéis poderosos. Cada coronel tinha seu próprio exército armado, movia suas guerras e comandava o seu território. Enquanto isso, o povo urbano, os trabalhadores rurais ficavam lá embaixo, esmagados, subordinados ao poder dos coronéis, dando lucro aos comerciantes.

A dinâmica deste sistema republicano na Bahia, fundado em uma diversidade de regiões que se equilibravam em riqueza e poder, caracterizava-se pela instabilidade das alianças, o que fazia o senador catarinense Lauro Müller afirmar que na política baiana eram todos "unanimemente discordantes". Daí resultou a sucessão de coalizões que deram lugar aos sucessivos "ismos": marcelinismo, severinismo, seabrismo, monizismo, juracisismo.

Esse era o quadro até 1950 na Bahia, com o advento da estrada Rio-Bahia, da criação da Petrobras e da proliferação dos bancos mineiros. Esse é um tempo em que a própria diversidade dessa cultura baiana encontrou nos novos caminhos abertos para a circulação de pessoas, em uma economia nacional, a oportunidade para a quebra da Viagem Redonda. A estrada que corta a Bahia de norte a sul, é o novo eixo que permite a circulação de todas as mercadorias e pessoas, por dentro da Bahia e em qualquer parte da Bahia, para São Paulo ou para Paraíba.

Agora, o que se vê é uma circulação de mercadorias e uma imigração maciça de mão-de-obra baiana para trabalhar na indústria de São Paulo, indo, voltando e criando mercado pra novos produtos. Caminhos diretos de Salvador para São Paulo. O algodão do sertão desce direto de Petrolina, Juazeiro ou Guanambi lá para a indústria paulista, por dentro, sem precisar passar pelos navios e pelo porto de Salvador. Portanto, essa quebra criou uma desarticulação do sistema antigo. Esta nova centralização em São Paulo traz consigo o desenvolvimento?

A destruição do mercado regional da Viagem Redonda e a emergência do mercado nacional colocam no centro das preocupações da elite baiana a questão do desenvolvimento regional. Se nada fosse feito, repetir-se-ia algo semelhante aos Estados Unidos, após a Guerra Civil: o esgotamento das forças produtivas da região mais pobre e vencida, o Sul, em detrimento do centro dinâmico, o Norte vencedor. Sobrava para uma elite dirigente da Bahia, através do governo do Estado, através da política, criar um sistema intermediador e administrador de recursos, capaz de planejar, coordenar parcerias e gerenciar projetos de desenvolvimento. Para estas novas tarefas, os antigos bacharéis e coronéis reciclaram-se, modernizaram-se, e continuaram a controlar o aparelho de estado. São os mesmos e os filhos dos mesmos.

Superposto a esse processo de redefinição do poder regional, adveio a ditadura militar em 1964, com sua terrível determinação de centralização e concentração do poder. A velha elite modernizada, investida no poder por uma ditadura nacional, passa a operar os mecanismos de desenvolvimento em favor da área metropolitana de Salvador e seu Recôncavo, do mesmo modo que São Paulo faria com a Bahia como um todo. Petróleo, petroquímica, industrialização, turismo, urbanização, tudo se concentra na área metropolitana. A macrocefalia de Salvador é evidente pelo extremo desequilíbrio no crescimento demográfico das cidades da Bahia. Enquanto Salvador explode em seus quase três milhões de habitantes, a maioria das grandes cidades baianas mal ultrapassam os 200 mil habitantes. Pior que isso, cidades outrora prósperas e prestigiadas são hoje dormitórios de pessoas idosas, pensionistas e aposentadas pelo INSS.

O Carlismo marcou este último sistema de centralização econômica e concentrador de poder. A diversidade econômica e cultural tinha que ser sufocada de alguma forma, porque a Bahia precisava ser unida. E aí construiu-se o mito da Bahia unida. Unida na subordinação ao centro-sul dominante e ao capital estrangeiro. Ao mesmo tempo, esta Bahia unida tinha que cultivar a imagem de um passado glorioso, legitimador desta elite descendente e herdeira dos antigos barões da escravidão, e dos bacharéis e coronéis da Velha República. A Bahia unida tinha que ter uma cultura baiana unificadora em torno de referências centralizadas regionalmente e nacionalmente.

Neste novo tempo de centralização surgem os "sãopauleiros", que era o cabra que ia para São Paulo trabalhar e depois voltava cheio de badulaques, rádio portátil, telefone celular, bota de vaqueiro, etc. Ele não virava paulista, ele virava "sãopauleiro". Uma nova centralidade em São Paulo, fez com que a própria redefinição de uma cultura baiana contemporânea tenha igualmente migrado, na década de 1960, para afirmar-se perante todo o Brasil. Estes também são "saopauleiros"! Estou falando do tropicalismo, criado por gente que fugiu da Bahia, que se legitimou em São Paulo como neo-modernistas, em busca da redefinição da cultura nacional brasileira. A partir daí criou-se um produto cultural de origem baiana, com marca e patente nacionais, que passou a ser a nova referência centralizadora da diversidade baiana. Este é o espaço ocupado hoje pelo Axé, vivido e reproduzido em todos os carnavais e micaretas da Bahia e do Brasil.

Ao lado deste produto nacional criado por baianos, outros produtos nacionais, igualmente "sãopauleiros", invadem e ocupam o cotidiano em todas as regiões da Bahia. Estou falando da nova cultura sertaneja, um mix de Barretos com Texas, montada em Neloires e alimentada pelo sucesso da soja. Tudo igualzinho, desde os tempos do velho Bob Nelson.

Hoje, qual a grande questão que se impõe? Aquela viração de que eu falei no começo desta conferência. Mas qual é a saída, hoje? O que é virada? A viração de Wagner é a viração da cultura. No momento da reconfiguração da nova Bahia, não se pode buscar uma outra centralidade, uma outra ditadura, uma outra cultura destruidora da diversidade baiana. Acima de tudo, deveremos estabelecer um sistema democrático de convívio de todas as diferenças, tal como elas são. Isso quer dizer que nós temos que ouvir os vaqueiros como eles são. Nós temos que entender o sertão do São Francisco como é, e criar as relações de cooperação horizontal entre todas essas Bahias, entre todos esses territórios que realizaram as dezenas de conferências, entre as centenas de municípios que realizaram seus encontros. Nesta Conferência estamos criando uma nova política cultural, resultante de um processo de "concertação".

Assim, a nova orientação do nosso governo é a orientação de que a Bahia de todos nós não é apenas um apelo publicitário. É possível sim, em um Estado diversificado como o nosso, desenvolver políticas de cultura baseadas em negociações e acordos, e não em imposições unilaterais de quem quer que seja.

Por fim, o que é que nós estamos fazendo aqui? Creio que esta conferência é um ponto de partida para que a nova política cultural seja a expressão da democracia, capaz de viabilizar a diversidade e criar uma nova solidariedade da Bahia. Não haverá mais um baiano mais baiano do que o outro. Todos nós somos baianos porque somos solidários e nos reconhecemos como tal. É preciso uma nova cultura, é preciso uma nova história.

Nós estamos cultivando um sonho, aqui nesta II Conferência Estadual de Cultura. Mas estamos também, botando o pé no campo para fazer, executar, para tornar realidade tudo aquilo que for indicado nesta conferência.

3 Carta de Feira de Santana

Nós, representantes dos 26 Territórios de Identidade da Bahia, reunidos na II Conferência Estadual de Cultura, entre 25 e 28 de outubro de 2007, na Universidade Estadual de Feira de Santana, declaramos que:

- A II Conferência Estadual de Cultura inaugura um diálogo necessário entre os poderes públicos, municipais, estadual e federal, e a sociedade baiana, visando o desenvolvimento cultural da Bahia.
- A ampla participação implicou no respeito aos conhecimentos e papéis de cada sujeito social, bem como em compartilhamento e divisão de responsabilidades. Governo e sociedade aprendendo a formular propostas, debater projetos e negociar sem perder a autonomia e a capacidade de crítica.
- Só é possível formular e executar políticas públicas à altura da riqueza cultural da Bahia e de suas enormes necessidades através de uma relação cooperativa, transparente e sincera entre os poderes públicos e a sociedade.
- Para qualificar e intensificar esta participação e diálogo devem ser consolidadas as estruturas propostas, a saber: reformulação do Conselho Estadual de Cultura, fortalecimento do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura, realização periódica de encontros territoriais de cultura e realização da bienal da Conferência Estadual de Cultura.
- Tais instâncias de participação – e outras que poderão vir a ser criadas – devem contemplar a diversidade cultural da Bahia, nosso maior patrimônio. Uma diversidade territorial, mas também de expressões culturais, étnicas, de credo, gênero, geração dentre tantas outras diferenças que constituem nossas múltiplas identidades. Atenção especial deve ser dada às comunidades indígenas e quilombolas, historicamente marginalizadas pelas políticas públicas, que se fizeram presentes nesta conferência e cuja resistência nos motiva e inspira.
- A presença de delegados de todos os territórios e grupos artísticos das diversas regiões do Estado reafirmaram a sua capacidade de resistência e a diversidade que enriquece a Bahia e deve ser valorizada, evidenciada e difundida, promovendo processos de troca tão valiosos à dinâmica cultural.
- A Bahia, na sua totalidade, dá um passo histórico para a maturidade do ver-se e reconstruir-se, baseada em conceitos mais abrangentes para a cultura.
- Estão lançadas as condições para a Bahia assumir o desafio de trabalhar a cultura de forma transversal. Para tanto, todos devem assumir o compromisso de propagar esta nova idéia. Todas as áreas – educação, cidades, campo, meio ambiente, tecnologia, turismo, juventude, gênero, desenvolvimento territorial, economia solidária, entre outras – precisam valorizar a qualificação que a dimensão cultural imprime em suas vertentes. Precisam perceber-se na resposta à pergunta “cultura é o quê?”. Uma compreensão abrangente da cultura só será efetiva quando povoar o imaginário de toda a sociedade.
- A percepção da transversalidade da cultura, aliada à mobilização social, busca a ampliação expressiva e a garantia de percentuais orçamentários mínimos para a cultura. Nesse sentido, a plenária da II Conferência Estadual de Cultura declara seu apoio à aprovação da PEC 150, que estabelece a destinação dos percentuais mínimos de 2%, 1,5% e 1% dos orçamentos federal, estadual e municipal para as respectivas pastas da cultura.
- Tão importante quanto a ampliação dos recursos é a estruturação institucional da cultura. Os municípios, a exemplo do que já foi feito nas instâncias federal e estadual, devem criar órgãos e orçamentos específicos para a cultura; mecanismos próprios de fomento e conselhos municipais, além de planos municipais de cultura.
- Também foi assumido o compromisso de criar planos e outros mecanismos de incentivo à cultura para os territórios. A própria concepção de territórios de identidade é fortemente ancorada na cultura e a mobilização de seus integrantes por objetivos comuns tem alto potencial transformador.
- Por fim, com vistas a consolidar as demandas culturais e nortear as políticas públicas de cultura do estado da Bahia, esta conferência formulou propostas transversais e setoriais. Legitimam essas propostas os 1465 participantes de 269 municípios que estiveram presentes, além de 577 artistas. O processo que culminou na conferência durou três meses e se consistiu num esforço coletivo inédito de realização de encontros municipais e territoriais de cultura, percorrendo todos os 26 territórios de identidade da Bahia e mobilizando mais de 36 mil pessoas, em 390 municípios (92% do total dos municípios baianos).

A diversidade cultural baiana fez da II Conferência Estadual de Cultura um palco vivo da colaboração e da cultura de redes, um jogo de montar políticas de cultura democráticas e inclusivas, enchendo de esperança a Bahia para uma relação mais igualitária de acesso aos bens culturais do Estado.

28 de outubro de 2007, Feira de Santana, Bahia.

4. II Conferência Estadual de Cultura

REFERÊNCIA PARA UMA NOVA CONCEPÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS NA BAHIA

Tornou-se lugar comum dizer que sociedades, economia e estados estão sob o signo de intensas mudanças. Também se discute muito a necessidade de novas políticas públicas, tanto sobre como formulá-las, implementá-las e monitorá-las quanto sobre os novos instrumentos e metodologias para que as políticas mostrem-se ajustadas aos novos requisitos das sociedades e de seus cidadãos, à nova economia e aos novos estados.

No Brasil, em particular, após mais de duas décadas desde a promulgação da Constituição de 1988, experiências relativas às novas configurações institucionais das políticas públicas permitem que sejam observadas as seguintes tendências:

- Busca de compatibilidade e de integração das políticas intra e inter-governos;
- Promoção da democratização, participação, descentralização, controle social e transparência dos procedimentos decisórios em todo o ciclo de políticas públicas;
- Introdução de novas temáticas, metodologias e instrumentos de políticas.

Mas, apesar da intensificação dos debates e do pioneirismo de certas práticas, tanto no Brasil, como no mundo, ainda são escassas as experiências formuladas, implementadas e monitoradas que atendam a essas orientações, além de haver poucos instrumentos e metodologias que transformem o discurso atualizado das políticas públicas em uma prática viável.

Especificamente no campo das políticas culturais, as ações de proteção e de dinamização de uso do patrimônio edificado são, talvez, as mais antigas e difundidas. Implantadas no Brasil em meados da década de 1930, ações governamentais de proteção ao patrimônio têm sido dirigidas tradicionalmente para o patrimônio tangível, envolvendo identificação, documentação, conservação e valorização de edificações, espaços, objetos, áreas naturais e documentos em suportes variados. Ações de promoção do campo cultural, estruturadas em torno de suas linguagens clássicas – música, teatro, dança, artes plásticas, etc. – também se encontram muito difundidas internacionalmente, e no Brasil e na Bahia têm sido objeto de intervenção de sucessivos governos.

Mais recentemente, políticas culturais vêm reconhecendo muitas novas dimensões para intervenção. O Plano Nacional de Cultura – Diretrizes Gerais (PNC), de 2007, é um dos exemplos de planejamento de governo que ilustra algumas das novas tendências teórico-metodológicas, de conteúdos e de instrumentos em políticas públicas.

O PNC é um plano de estratégias e diretrizes para a execução de políticas públicas dedicadas à cultura que se ancora em três dimensões:

- Simbólica, que se refere à perspectiva ampliada do “fazer cultural”, propondo-se “a ‘cultivar’ as infinitas possibilidades de criação simbólicas expressas em modos de vida, motivações, crenças religiosas, valores, práticas, rituais e identidades”¹.
- Cidadã, que se expressa na promoção do acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, à democratização das condições de produção, à oferta de formação, à expansão dos meios de difusão, à ampliação das possibilidades de fruição, à intensificação das capacidades de preservação do patrimônio e ao estabelecimento da livre circulação de valores culturais².
- Econômica, que propugna a visão da cultura também como fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, o que torna imperativa a regulação das “economias da cultura” para evitar monopólios comerciais, exclusão e impactos destrutivos da exploração predatória do meio ambiente e dos valores simbólicos correlacionados³.

A SECULT, tomando como referência o panorama sobre as tendências de políticas no campo cultural e tendo como meta recolher subsídios para o planejamento cultural em todo o estado, realizou a II Conferência Estadual de Cultura, a qual foi precedida por Encontros Municipais e Territoriais. O relato dessa experiência vem a seguir.

A CONSTRUÇÃO DA II CONFERÊNCIA: PROCESSO E RESULTADOS

A I Conferência Estadual de Cultura foi realizada em 2005. Participaram cerca de 2000 pessoas de 21 municípios, representando 5% do total da Bahia. Em 2007, a II Conferência foi resultante de um processo em que 390 municípios foram envolvidos, 93,5% do total do Estado, mobilizando mais de 42.429 pessoas. O que isso significa?

Em primeiro lugar, entre uma e outra Conferência há uma nova concepção de governo e um efetivo compromisso para o desenvolvimento da cultura. Na II Conferência não está em jogo realizar apenas um “evento”, incentivado pelo Governo Federal, para não deixar a Bahia “de fora” do

¹ Caderno “Diretrizes gerais para o Plano Nacional de Cultura”, Brasília, 2007, p. 11-12.

² Caderno “Diretrizes gerais para o Plano Nacional de Cultura”, Brasília, 2007, p. 12.

³ Caderno “Diretrizes gerais para o Plano Nacional de Cultura”, Brasília, 2007, p. 13.

panorama nacional. Trata-se de reforçar movimentos para democratizar as políticas públicas de cultura desde a fase de formulação, o que se mostra alinhado com as tendências atuais no campo das políticas públicas e com reivindicações históricas dos segmentos culturais do Estado.

Em segundo lugar, optou-se por privilegiar o processo de construção de políticas públicas e não apenas os seus resultados. Daí a cuidadosa montagem de uma estratégia que incentivou cada município a realizar encontros locais de cultura, a se engajarem posteriormente nos encontros territoriais (26 territórios de Identidade reunindo todos os municípios que constituem cada território), para enfim se fazerem representar na II Conferência Estadual de Cultura. Sem dúvida, este movimento orquestrou um novo patamar de relacionamento entre o Governo Estadual e gestores municipais, artistas, produtores, mestres do saber, historiadores, professores, lideranças quilombolas e indígenas, ambientalistas, cidadãos, motivados que estavam pelo propósito comum de traçar novos caminhos para a cultura na Bahia.

A II Conferência Estadual de Cultura realizada de 25 a 28 de outubro de 2007, na cidade de Feira de Santana, contou com a representação de 64,5% dos municípios baianos e de 577 representantes de grupos artísticos de diferentes territórios do Estado em um total de 1.465 inscritos, culminando um processo que mobilizou 42.429 pessoas na discussão de políticas culturais para a Bahia.

OBJETIVOS E PROCESSO

Tendo como objetivos consolidar as demandas culturais e formular propostas para nortear políticas públicas de cultura do Estado da Bahia, a II Conferência Estadual de Cultura foi planejada em três etapas.

Os *Encontros Municipais* objetivaram incentivar a criação e implantação de órgãos municipais específicos para a gestão da cultura e a criação de planos, conselhos e fundos de cultura dos municípios, capazes de receber os recursos dos Governos Federal e Estadual e garantir sua alocação na área da cultura em cada canto da Bahia. Os 390 eventos envolveram 30 Mobilizadores Culturais, contratados em processo público de seleção para fazerem a articulação em todos os municípios, e conseguiram o engajamento de 36.554 cidadãos baianos. Igualmente fundamental foi o apoio das Prefeituras, algumas delas convocando diretamente suas próprias Conferências, nas quais o Governo Estadual foi parceiro no provimento de recursos metodológicos.

A questão-chave nos eventos de cada município "Qual o lugar da cultura no município?" e a campanha "Cultura é o quê?" foram formas de questionamento e de reflexão sobre o papel da cultura e a amplitude desse conceito, levando em conta seus aspectos antropológicos e econômicos.

Em 19 de setembro de 2007, duas caravanas partiram de Feira de Santana. Uma, em direção ao norte e outra, em direção ao sul e, assim, foram realizados 26 *Encontros Territoriais de Cultura* que tiveram como objetivo coletar propostas para a elaboração dos planos territoriais. Apostou-se, então, na importância de estimular a organização de arranjos institucionais entre os municípios de um mesmo território, para conhecer e valorizar talentos e intercâmbios, fazendo impulsionar a cultura de uma forma inovadora e compartilhada.

No total, 3.833 pessoas estiveram presentes nas reuniões temáticas, além de artistas que participaram das celebrações culturais. Em seis territórios, 100% dos municípios foram envolvidos no processo: Bacia do Paramirim, Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru, Recôncavo, Médio Rio de Contas e Região Metropolitana de Salvador.

Para a construção dos planos territoriais de cultura foram identificados sete temas: expressões culturais, patrimônio imaterial, política e gestão cultural, patrimônio material, audiovisual e radiodifusão, pensamento e memória, e culturas digitais. Os temas, que englobam as Políticas Setoriais, foram desdobrados em sub-temas para facilitar as discussões.

Na *etapa estadual* a II Conferência também inovou na medida em que, além das reflexões sobre Políticas Setoriais favoreceu a inclusão, para a construção do Plano Estadual de Cultura, de debates sobre Políticas Transversais. Inaugurou-se, então, um importante diálogo com as demais Secretarias ao se discutir as relações da Cultura com Educação, Meio Ambiente, Tecnologia, Juventude, Cidade, Campo, Gênero, Desenvolvimento Territorial e Economia Solidária, Política e Turismo.

Em três meses, um ambiente verdadeiramente democrático foi criado, através de um amplo diálogo e de participação social, com o objetivo de descentralizar o planejamento e a execução de programas e ações culturais e também de democratizar o processo de formulação de políticas públicas para o desenvolvimento da cultura.

DIÁLOGO COM A SOCIEDADE CIVIL

A II Conferência de Cultura da Bahia contou, na sua etapa estadual, com 1.295 participantes de 269 municípios (65% dos municípios do Estado) e mais de 700 artistas (Tabela 1).

Tabela 1

II CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA
MUNICÍPIOS E PARTICIPANTES NAS ETAPAS MUNICIPAL, TERRITORIAL E ESTADUAL

Especificação	Encontros Municipais	Encontros Territoriais	Conferência Estadual de Cultura
Municípios*	390	354	269
Participantes	36.554	3.833	2042**

* 417 é o total de municípios do Estado da Bahia

** 1.465 de Participantes por Território mais 577 integrantes de grupos artísticos

Fonte: Sisultura

Dos 26 Territórios de Identidade 19 (73%) participaram com mais da metade dos municípios que os integram. Uma análise mais detalhada dos níveis de participação por território ressalta que:

- dois territórios estiveram presentes com 100% de seus municípios: Portal do Sertão (17), sede do encontro, e Piemonte Norte do Itapicuru (9);
- em seguida vieram Sertão Produtivo com 94% dos 19 municípios que o integram, Sisal com 90% de seus 20 municípios, Metropolitana de Salvador também com 90% de seus 10 municípios, e Bacia do Jacuípe com 86% dos 14 municípios;
- a menor participação de municípios ocorreu no Território de Itaparica, onde apenas 33% dos 6 municípios que o integram estiveram representados, Vale do Jiquiriçá com, igualmente, 33% dos 21 municípios que o integram, e Semi-árido Nordeste II com 39% dos 18 municípios que o compõem.

A distância geográfica do local do evento estadual e as dificuldades financeiras para o deslocamento e hospedagem dos representantes da sociedade civil e do poder público municipal foram algumas das justificativas mais frequentes para as ausências.

Do conjunto de participantes, estiveram presentes 534 (52%) dos 1.024 representantes esperados; 63% não eram delegados; 20% representavam a sociedade civil; 12 % o poder público; 4% eram convidados da sociedade civil; 1% pertencia ao legislativo municipal; e menos de 1 % ao legislativo estadual. O Portal do Sertão, sede da Conferência, levou acima dos 44 representantes esperados.

RESULTADOS: SUGESTÕES DE POLÍTICAS E PRIORIDADES

Intensos diálogos e trocas de experiências se estabeleceram entre os participantes, favorecidos não só pela metodologia de trabalho adotada pela SECULT, mas também pela relativa identidade cultural de cada Território de Identidade. Desses diálogos e trocas de experiências emergiram sugestões de prioridades de políticas, definidas em torno de temas e sub-temas, assim como de eixos temáticos transversais. Na etapa estadual foram formuladas 394 propostas em sete áreas temáticas, que contaram com 1.114 adesões.

A Tabela II reúne as informações dos participantes da II Conferência Estadual por temas setoriais e sub-temas. Registra-se que o tema Patrimônio Imaterial contou com o maior número de participantes e o tema culturas digitais com o menor número.

Tabela II

II CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA
PARTICIPANTES POR TEMA, SUB-TEMA E PROPOSTAS ELABORADAS

Tema	Sub Tema	Número de Participantes	Número de Propostas
Patrimônio Imaterial	Culturas Populares	188	
	Afro-descendentes	66	
	Festas e Ritos	50	
	Culturas Indígenas	43	
Sub-Total		347	47
Expressões Artísticas	Teatro	118	
	Música	84	
	Artes Visuais	37	
	Dança	36	
	Literatura	20	
	Circo	13	
Sub-Total		308	109

Tema	Sub Tema	Número de Participantes	Número de Propostas
	Sistemas culturais	88	
	Planos Culturais	62	
Políticas e Gestão Cultural	Formação cultural	39	
	Cooperação e Intercâmbio Cultural	23	
	Redes culturais	15	
Sub-Total		227	160
Audiovisual e Radiodifusão	Cinema	29	
	Rádio Pública/Comunitárias	28	
	TV Pública/Comunitárias	18	
	Audiovisual	16	
Sub-Total		91	19
	Bens culturais	33	
Patrimônio Material	Museus	14	
	Educação Patrimonial	14	
Sub-Total		61	21
Pensamento e Memória	Leitura	23	
	Bibliotecas	12	
	Livro	11	
	Arquivos	8	
Sub-Total		54	27
Culturas Digitais		26	11
Total (1)		1.114	394
Participantes sem temas		351	-
Total (2)		1.465	394

Fonte: Sisultura

A Tabela III apresenta as prioridades indicadas pelos participantes nos Encontros Territoriais por temas e sub-temas. O ranking de prioridades foi estabelecido com base no que se segue: as freqüências relativas de cada sub-tema foram multiplicadas por 3 para o caso de prioridade um, por 2 para o caso de segunda prioridade e por 1 para o caso de terceira prioridade. As prioridades em termos de freqüência relativa por sub-tema encontram-se no gráfico 1.

A análise dos dados da Tabela III evidencia uma relativa coerência com tendências em termos de políticas na área cultural no mundo e no Brasil. Com 181 indicações, ações em relação ao patrimônio imaterial aparecem ocupando o primeiro lugar em termos de prioridade. Nessa área temática, destacam-se as subáreas de culturas populares, com a maior parte de pontos (162) sub-tema classificado no âmbito dos conhecimentos de comunidades tradicionais.

A segunda prioridade, ainda de acordo com a Tabela III, corresponde à área temática de expressões artísticas (146 pontos), principalmente em teatro (114 pontos) e música (32 pontos). A

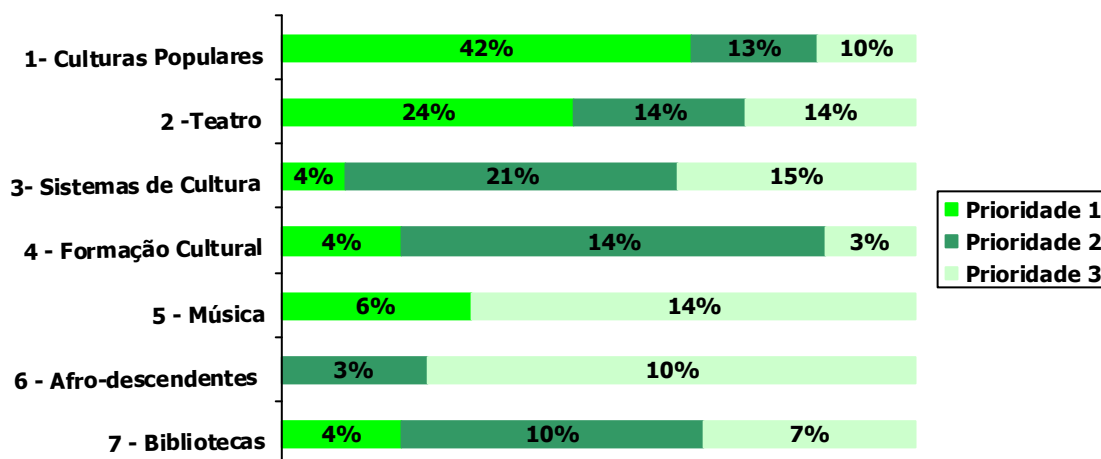
terceira prioridade foi a da área temática política e gestão da cultura, que obteve 112 pontos, distribuídos entre os 69 pontos para sistema de cultura e 43 pontos para formação cultural. Tais resultados também se mostram afinados com as tendências mencionadas antes, que sobrelevam iniciativas de formação e de consolidação de sistemas de coordenação e de informação em cultura e, especialmente, a formação de quadros para o setor cultural. A quarta prioridade foi para a área de pensamento e memória com as indicações de ações concentradas quase que exclusivamente em bibliotecas. As outras áreas temáticas e subáreas receberam pontuações muito abaixo das áreas aqui sugeridas como prioridades para ação.

Tabela III
II CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA
PRIORIDADES POR TEMAS E SUBTEMAS NOS ENCONTROS TERRITORIAIS

Prioridades temáticas	Prioridades de Sub temas	Subtotal	Total
Patrimônio Imaterial	Culturas populares	162	181
	Afro-descendentes	19	
Expressões artísticas	Teatro	114	146
	Música	32	
Política e Gestão da Cultura	Sistemas de Cultura	69	112
	Formação Cultural	43	
Pensamento e Memória	Bibliotecas	39	39

Fonte: Sisicultura

Gráfico 1
 II CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA
 PRIORIDADES POR SUBTEMAS NOS ENCONTROS TERRITORIAIS (%)



Fonte: Sisicultura

ANÁLISE POR CATEGORIA DE AÇÃO PROPOSTA

Tomando-se com referência o objetivo de subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Cultura, considerou-se importante apresentar informações desagregadas de cada subárea, assim como uma análise dos impactos transversais potenciais associados às ações por sub-temas. As especificações das ações sugeridas por sub-temas se encontram nos Quadros I, II, III, IV, V, VI e VII, enquanto uma análise de participação nas mesas de políticas transversais está registrada na tabela IV.

Como pode ser observado nos Quadros de registro das ações, esforço adicional foi empreendido no sentido de agrupar ações em categorias mais abrangentes:

- foram identificadas sete categorias gerais que se mantiveram relativamente constantes em todas as áreas temáticas: salvaguarda da memória, suporte à gestão, escola, promoção da cultura, apoio à produção cultural, capacitação de pessoas e sistemas de regulamentação;

- em algumas áreas temáticas houve necessidade de ajustes de categorias, dadas as suas especificidades. Nas áreas temáticas de pensamento e memória, por exemplo, foram encontradas três categorias – suporte à gestão, promoção à cultura e capacitação – e em cultura digital, quatro categorias – suporte à gestão, escola, promoção da cultura e capacitação;
- em todas as áreas temáticas apareceram as categorias de suporte à gestão, capacitação e de promoção da cultura, enquanto as ações na escola e de apoio à produção foram contempladas em seis das sete áreas temáticas prioritárias;
- as ações de apoio à produção foram sugeridas em cinco das sete áreas temáticas e ações de salvaguarda em somente duas das sete áreas.

Quadro I

CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS TERRITORIAIS SELECIONADAS EM CATEGORIAS PATRIMÔNIO IMATERIAL

Ações de salvaguarda da memória

- Mapeamento de manifestações culturais.
- Formação de agentes de arqueologia.
- Catalogação de áreas habitadas por comunidades tradicionais.
- Reconhecimento de comunidades quilombolas.
- Criação de associações de identidade e de manutenção dos direitos e da cultura das comunidades tradicionais.
- Criação de fóruns de identificação e acompanhamento do processo de reconhecimento dos direitos de comunidades tradicionais.
- Identificação e apoio de movimentos de resistência de comunidades tradicionais.

Ações de suporte à gestão:

- Construção dos centros culturais.
- Dotação orçamentária específica para comunidades tradicionais.
- Formação de agentes sociais para o gerenciamento de recursos para a cultura (que também envolve capacitação).

Ações na escola:

- Inclusão de conhecimentos e saberes de comunidades tradicionais nos currículos.
- Utilização de artefatos e material bibliográfico das comunidades tradicionais.
- Criação de cursos de capacitação de educadores (que também envolve capacitação).
- Criação de eventos para promoção das culturas das comunidades tradicionais.
- Criação de material audiovisual e literário sobre conhecimentos e saberes das comunidades tradicionais.

Ações de promoção da cultura:

- Criação de calendário cultural regional e posterior divulgação em meio digital.
 - Promoção de intercâmbios artísticos e culturais.
 - Promoção da diversidade cultural.
 - Dinamização dos centros de cultura como área de criação e de apoio a agentes de mobilização e produtores culturais.
 - Revitalização de manifestações culturais de comunidades tradicionais.
-

Ações de apoio à produção de comunidades tradicionais:

- Divulgação e qualificação de produtos culturais das comunidades tradicionais.
- Apoio à comercialização de produtos de comunidades tradicionais.
- Valorização e capacitação de mestres produtores e agentes.
- Apoio à constituição de arranjos organizacionais da economia solidária.
- Apoio do desenvolvimento do etnoturismo.
- Criação e realização de oficinas de capacitação de agentes e produtores das comunidades tradicionais.

Ações de sistemas de regulamentação

- Discussão e institucionalização de sistemas de regulação da produção, do uso e da difusão de conhecimentos e saberes das comunidades tradicionais.
- Priorização das instituições que trabalham com conhecimentos saberes das comunidades tradicionais nos programas governamentais e nas redes de incentivos.
- Criação de lei instituindo a obrigatoriedade do ensino da história e cultura das comunidades tradicionais.

Quadro II**CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS TERRITORIAIS SELECIONADAS EM CATEGORIAS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS**

Ações de suporte à gestão:

- Criação de centros culturais.
- Realização de censo de produtores culturais.
- Financiamento para aquisição de instrumentos.

Ações na escola:

- Aproximação entre escolas e artistas locais.
- Inclusão na grade curricular de disciplinas de música, teatro e cultura popular territorial.
- Resgate, incentivo e estruturação das bandas marciais e musicais.

Ações de promoção da cultura:

- Promoção de mostras de expressões artísticas por etapas: municipal, territorial e estadual.
 - Criação e apoio permanente de filarmônicas e fanfarras.
 - Intercâmbio cultural, identificação de novos talentos e de mapeamento da produção musical dos territórios.
 - Criação e divulgação de editais de teatro específicos para os territórios que contemplem a montagem e circulação.
-

Ações de apoio à produção:

- Criação de espaços veículos de comunicação da rede pública para os artistas dos territórios.
- Criação de portal cultural por territórios de identidade.
- Contratação prioritária de músicos locais nos eventos municipais, estadual e da federal que ocorrem no território.
- Apoio à produção e distribuição de discos independentes.
- Viabilização de recursos para projetos de autores, compositores, músicos e intérpretes para a gravação e distribuição de CDs.

Ações de capacitação:

- Promoção de oficinas de capacitação continuadas em parceria com as unidades de ensino superior e o sistema S.
- Institucionalização de programa de capacitação nas artes cênicas.
- Implantação de curso de formação musical.
- Criação de cursos profissionalizantes na área de percussão e de instrumentos alternativos.
- Oficinas de elaboração de projetos e produção cultural.

Ações de regulamentação:

- Apoio à obtenção de registros em ordens profissionais.
- Apoio na área de propriedade intelectual.
- Incentivo a formação e ou consolidação de entidades profissionais.

Quadro III**CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS TERRITORIAIS SELECIONADAS EM CATEGORIAS POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL**

Ações de suporte à gestão:

- Criação de Secretaria Municipal de Cultura em cada município do território.
 - Valorização do CODES como instância de gestão fortalecendo a parceria entre Estado e território.
 - Estímulo à criação de cooperativas para a realização de oficinas de arte e cultura.
 - Implantação e manutenção de centros culturais nos municípios.
 - Incentivo à criação de fundos municipais de cultura.
 - Criação e recuperação de centros culturais.
 - Fortalecimento do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura em cada território.
 - Promoção de reuniões regulares de gestores de cultura nos territórios.
 - Assegurar recursos financeiros para a formação artística e cultural.
-

Ações na escola:

- Ampliação do ensino de diversas linguagens artísticas oferecidas na educação básica conforme parâmetros curriculares nacionais.
- Contratação de mestres populares como educadores de arte.

Ações de promoção da cultura:

- Contratação de agentes multiplicadores pertencentes aos territórios.
- Apoio à difusão de saberes dos mestres em diferentes segmentos culturais.
- Criação pelos territórios de Prêmio de cultura.

Ações de apoio à produção:

- Aproximação entre os segmentos cultural e empresarial.
- Criação e veiculação de campanha institucional sobre o significado da cultura e especificidades culturais de cada município.

Ações de capacitação:

- Realização de cursos técnicos em artes cênicas, produção de moda, saberes e fazeres populares, programação visual e produção cultural.
- Criação de cursos de graduação em Belas artes e gestão cultural nas universidades públicas e federais de cada território.
- Criação de oficinas para capacitação profissional em teatro, dança, circo, música, artes plásticas e audiovisual.
- Formação de gestores, produtores culturais e guias culturais dos territórios.
- Formação em elaboração de projetos e captação de recursos e gerenciamento de atividades culturais.
- Preparação de Conselheiros, mobilizadores e delegados culturais.

Quadro IV**CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS TERRITORIAIS SELECIONADAS EM CATEGORIAS AUDIOVISUAL**

Ações de suporte à gestão:

- Construção de centro territorial de comunicação de rádio, TV, internet e cinema.
 - Criação nos municípios de rádio e TV comunitárias.
 - Criação de fundo de recursos para viabilizar a formação de agentes em produção audiovisual.
 - Formação de núcleo de comunicação para discussão da legislação, programação e conteúdos na área audiovisual.
 - Reestruturação dos núcleos da TV estadual tomando como referência os territórios de identidade.
 - Apoio da Secretaria Estadual as ações junto ao Ministério das Comunicações dos municípios.
 - Incentivo fiscal, criação de fundos e financiamento para compra de equipamentos audiovisuais e radiodifusão comunitária.
-

-
- Lançamento de editais do Fundo da Cultura para aquisição de equipamentos para rádios comunitárias e para capacitação de pessoas.
 - Assessoria da Secretaria da Cultura para a criação de rádios comunitárias.
 - Criação de fundo municipal de apoio á produção e exibição local de cinema e vídeo
 - Definição de parcela específica do Fundo de Cultura para a manutenção das áreas comunitárias dos territórios.

Ações na escola:

- Aquisições e produção de acervo de mídias audiovisuais para fins educativos.
- Cinema na escola.
- Parcerias com as escolas públicas para estimular a produção audiovisual e a formação de públicos.

Ações de promoção da cultura:

- Criação de portal territorial.
- Implantação de retransmissão da TV Pública Educativa em todos os municípios dos territórios.
- Cinema para todos, nos municípios e territórios para a formação de público para o cinema.
- Revitalização dos cinemas existentes, criação de novas salas, cineclubes e cinemas itinerantes.
- Criação de programas de incentivo e fomento á implantação de rádios comunitárias.
- Regionalização da programação da TV Pública Estadual.
- Financiamento a vídeos documentários, culturais e históricos sobre os territórios.
- Descentralização dos festivais de vídeo e cinema da capital para o interior.
- Difusão de informações sobre criação de rádios comunitárias
- Intercâmbio cultural para divulgar a produção local.
- Criação de mostra permanente de cinema regional.

Ações de apoio à produção:

- Criação de produtora de audiovisual.

Ações de capacitação:

- Formação para utilização das novas tecnologias.
 - Formação e qualificação para profissionais de rádios comunitárias.
 - Formação de profissionais na produção de roteiros e na realização de documentários sobre a cultura regional.
 - Formação de locutores e técnicos da área radiofônica.
 - Formação de quadros na área de audiovisual.
-

Ações de regulamentação:

- Revisar e desburocratizar a sistemática de concessões públicas de rádio comunitárias e rádios e TVs comerciais.
 - Mudança na lei 9612/98 para permitir transmissão em rede das rádios comunitárias
 - Elaboração de projeto de lei para aumento de potência das rádios comunitárias.
-

Quadro V**CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS TERRITORIAIS SELECIONADAS EM CATEGORIAS PATRIMÔNIO MATERIAL**

Ações de salvaguarda da memória

- Mapeamento e tombamento do patrimônio histórico dos municípios
 - Reconhecimento pelo IPAC e IPHAM dos sítios arqueológicos dos territórios.
 - Restauração de templos católicos construídos pelos jesuítas.
 - Criação de memorial afro-baiano da Chapada.
 - Elaboração de projeto para reconhecimento pela UNESCO do Raso da Catarina como patrimônio natural da humanidade.
 - Criação do Memorial do Rio São Francisco.
 - Resgate do acervo literário popular.
-

Ações de suporte à gestão:

- Construção e recuperação de prédios das sedes das filarmônicas dos territórios.
 - Apoio técnico aos municípios dos territórios para cadastramento de sítios, monumentos históricos e arqueológicos.
 - Disponibilização de recursos para levantar, adquirir e restaurar acervos museológicos dos municípios.
-

Ações na escola:

- Inclusão da disciplina de educação patrimonial nas escolas municipais dos territórios.
 - Inclusão de conteúdos nos currículos escolares sobre a história do território.
 - Projetos educacionais voltados para o resgate da cultura local.
 - Criação de facilitadores para implementação da lei 10639 que obriga a inclusão na grade curricular das escolas públicas de temas afro-brasileiros e diversidade cultural.
-

Ações de promoção da cultura:

- Criação de arquivos e museus territoriais.
 - Fortalecimento de políticas de revitalização do patrimônio cultural.
 - Revitalização de riachos, rios e açudes, resgatando a cultura local.
 - Desenvolvimento de programação de educação patrimonial.
 - Implantação de equipamentos culturais em aldeias e quilombos.
 - Utilização de prédios históricos como espaços culturais.
-

-
- Incentivo á pesquisa para o resgate de peças para os museus.
 - Criação de museu itinerante por território.

Ações de apoio à produção:

- Realização de censo de talentos artísticos e arquitetônicos.

Ações de capacitação:

- Formação de mão de obra qualificada para atendimento das demandas de conservação do patrimônio arquitetônico e artístico, valorizando as técnicas tradicionais.
- Formação de educadores e líderes comunitários em educação patrimonial.
- Criação de cursos de restauradores.
- Formação de jovens para serem guias culturais nos territórios.
- Formação de mão de obra para atuar nos museus.

Quadro VI**CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS TERRITORIAIS SELECIONADAS EM CATEGORIAS PENSAMENTO E MEMÓRIA**

Ações de suporte à gestão:

- Reforma, construção, ampliação e modernização de bibliotecas públicas e arquivos.
- Informatização de bibliotecas.
- Financiamento de bibliotecas públicas e comunitárias.
- Implantação de infra-estrutura de acesso a bancos de dados digitalizados e acervos nos municípios.
- Atualização e preservação do acervo das bibliotecas.

Ações de promoção da cultura:

- Divulgação e incentivo à utilização de bibliotecas.
 - Criação de bibliotecas itinerantes que atendam preferencialmente às escolas rurais.
 - Criação de sistema de transporte para usuários de bibliotecas moradores em comunidades distantes e carentes.
 - Aquisição e implantação de bancos de dados virtuais e acervos nas bibliotecas públicas.
 - Constituição da rede de bibliotecas do estado da Bahia.
 - Realização de campanhas para aumentar o acervo das bibliotecas nos municípios.
 - Instituição de programas de incentivo à leitura.
 - Divulgação da literatura por meio das bibliotecas itinerantes.
 - Criação de salas de leitura em associações da sociedade civil.
 - Dotação de acervos digitais: CDs, vídeos e mapas.
-

Ações de capacitação:

- Formação de Bibliotecários.
-

Quadro VII

CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS TERRITORIAIS SELECIONADAS EM CATEGORIAS CULTURAS DIGITAIS

Ações de suporte à gestão:

- Implantação de centro de cidadania digital (antigos Infocentros) em todos os municípios dos territórios e comunidades rurais acima de 300 habitantes.
 - Criação de pontos de cultura.
-

Ações na escola:

- Programa de inclusão digital nas escolas da rede pública.
 - Implantação de internet banda larga nas escolas, nos centros de cultura e de inclusão digital.
 - Implantação de laboratórios de computadores para desenvolver o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas.
-

Ações de promoção da cultura:

- Incentivo a criação do portal cultural colaborativo e interativo para divulgação da cultura dos territórios com servidor de internet e radio web próprios.
 - Ampliação e disseminação do uso do *software* livre.
-

Ações de capacitação:

- Qualificação dos professores da rede pública em mídias digitais.
 - Qualificação em projetos culturais para editais da SECULT.
 - Qualificação de multiplicadores em inclusão digital.
-

PROPOSTAS TRANSVERSAIS

A II Conferência também procurou pensar a transversalidade da cultura. Neste sentido houve a proposição de 10 mesas: política, cidades, campo, meio ambiente, educação, juventude, desenvolvimento territorial e economia solidária, tecnologia, turismo e gênero. Os participantes dos grupos com temática transversal dialogaram com titulares de algumas secretarias, organizações da sociedade civil, professores universitários e também com especialistas dos Ministérios de Desenvolvimento Agrário e da Cultura, sobre os temas alvos de propostas nos trabalhos de grupos que subsidiariam a elaboração de políticas transversais. Os temas que mais geraram adesão foram: educação, meio ambiente, política, juventude, turismo, cidade e campo, enquanto os que mais geraram propostas foram os de: educação, meio ambiente, turismo, cidades, juventude, campo e tecnologia (Tabela IV).

Tabela IV

**II CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA
PARTICIPANTES E PROPOSTAS POR TEMA TRANSVERSAL**

Tema	Total	Propostas
Educação	386	64
Meio ambiente	168	20
Política	146	6
Juventude	106	14
Turismo	90	15
Cidades	66	14
Campo	63	13
Tecnologia	56	11
Gênero	37	8
Economia	33	4
Sub-total	1151	169
Participantes não alocados por temas	314	-
Total	1465	169

Fonte: Sisicultura

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciou-se este relato chamando a atenção para as mudanças no campo das políticas públicas, tanto em relação a seus processos de formulá-las, implementá-las e monitorá-las quanto aos instrumentos e metodologias usados, em resposta, em parte, aos anseios sociais por serviços públicos universais e de qualidade.

A criação da Secretaria da Cultura é considerada um marco no esforço para dar espaço e voz aos agentes sociais e produtores de cultura na condução de processos e ações relacionadas.

Os encontros Municipais, Territoriais e a realização bem sucedida da II Conferência Estadual de Cultura representam avanços expressivos não só para a política de integração dos municípios em torno de um tema de grande impacto social e interesse local, como também projeta a imagem da Bahia no cenário nacional.

As estratégias metodológicas adotadas no esforço de mobilizar todos os municípios baianos em torno da discussão e participação na elaboração de políticas públicas na área de cultura para a Bahia sinalizam em duas direções:

- a primeira, a de que é possível democratizar a formulação de políticas públicas em estados de grande porte em que estão em jogo muitos e diversificados interesses locais;
- a segunda, que a criação de espaços organizados de discussão e debate envolvendo a sociedade civil é uma forma privilegiada de fazer emergir a diversidade e a inevitável busca de convergência.

As ações da SECULT seguem estas duas direções. Ao organizar espaços e instâncias decisórias municipais e territoriais, a SECULT conseguiu estruturar um modelo democrático de fazer políticas públicas que efetivamente representa os interesses globais. E o resultado é um conjunto de ações que, dada a sua representativa e abrangência, permite traçar um panorama para as políticas para a área da cultura no estado da Bahia para os próximos anos.

O desafio a ser enfrentado a partir da II Conferência é o da implementação e do monitoramento das políticas públicas para a cultura do estado, dada a riqueza do processo de geração de propostas resultado também dos encontros municipais e territoriais. Eventos desta envergadura findam por criar grandes expectativas de ações imediatas, e a falta de respostas pode por em risco todo o processo de mobilização e de comprometimento alcançados; na ausência de respostas, sob pena de no futuro não se conseguir o mesmo eco social.

Este é um momento singular na história do fazer políticas públicas na Bahia. Momento em que se ousa pensar que a cultura interage com todos os grandes temas que tradicionalmente ocuparam a pauta de prioridades dos governantes. Cultura gera riqueza, atraindo turistas e formando públicos. Cultura está no fundamento da educação e da formação de jovens. Cultura diz respeito aos centros urbanos, mas também ao campo e à zona rural. Cultura promove o bem-estar subjetivo e social. Cultura está na base da construção de uma visão de mundo menos discriminatória e mais solidária. Enfim, cultura é patrimônio social e, portanto, indissociável da condição de ser no mundo.

5. Propostas da Etapa Estadual

5.1 POLÍTICAS SETORIAIS

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Audiovisual

Realizar e apoiar iniciativas de festivais e mostras dos produtos audiovisuais nos centros territoriais que promovam o intercâmbio destas produções, incentivando ações de formação de platéia, valorizando os diversos segmentos do audiovisual e garantindo espaços destas produções na TV pública;

Criar centros territoriais equipados com recursos humanos e tecnológicos itinerantes e de convergência para formação profissional em audiovisual, com objetivo de estimular a produção e difusão em parceria com escolas, empresas, associações, ONGs e universidades, contemplando toda a comunidade;

Criar editais de incentivo à: formação, produção, difusão, memória e documentação audiovisual com cotas proporcionais a população territorial.

Cinema

Garantir recursos do Fundo de Cultura para produção cinematográfica garantindo a proporcionalidade e igualdade de divisão entre os territórios;

Criar centros territoriais equipados com recursos humanos e tecnológicos itinerantes e de convergência cinematográfica com objetivo de estimular a produção e difusão em ONGs e universidades, contemplando toda a comunidade, de forma que esta produção se torne auto sustentável;

Criar e disponibilizar um catálogo anual das produções cinematográficas baianas direcionadas a escolas, associações, cineclubes e universidades garantindo a exibição destes filmes de forma popular.

Rádio pública/comunitária

Incentivar a criação de um setor/assessoria técnica para a orientação e criação de Rádios Comunitárias através do IRDEB ou da AGECOM ou Secretaria de Cultura e acompanhamento junto ao Ministério das Comunicações sobre os processos de licitação em curso;

Capacitar profissionais e gestores em rádios comunitárias e educativas através do auxílio do IRDEB;

Criar mecanismos de cobrança da efetivação da primeira diretriz valorizada na I Conferência de Cultura sobre modificação das leis que regem a Comunicação no Brasil – Leis n. 4.117 e 9.618/98 junto com a norma 001/4.

TV Pública / Comunitárias

Ampliar e garantir espaço de representatividade do interior e dos produtores em audiovisual nas comissões de seleção de editais da Fundação Cultural e no Conselho Estadual de cultura;

Criar fundos de recursos para capacitar agentes comunicadores territoriais e manutenção de TVs comunitárias no interior do Estado;

Incentivar a produção de documentários e programação independente para TVs Públicas e TVs comunitárias, com garantia de espaço para a veiculação da produção do Interior na TVE Bahia;

CULTURAS DIGITAIS

Criar portais colaborativos territoriais e estadual de cultura;

“Bandalargar” a Bahia com atenção especial para a zona rural, quilombos e terras Indígenas;

Apoiar novos projetos de pontos de cultura do Governo Federal em todos os Municípios da Bahia, com especial atenção às comunidades mais carentes.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Artes visuais

Criar cursos de licenciatura em artes nas universidades, com abrangência em todos os territórios;

Apoiar de forma irrestrita a criação de leis de incentivo a cultura nos municípios para subsidiar o artista na construção de espaços culturais e sua manutenção;

Criar um festival de arte anual, que se iniciará nos territórios e culminará num grande encontro estadual.

Circo

Garantir formas de financiamento as artes circenses, como por exemplo a realização de editais, envolvendo propostas de formação, circulação, montagem, aquisição de equipamentos, registros e memória e manutenção de grupos de circo, envolvendo três focos de atuação: realização de oficinas para crianças e jovens em comunidades e zonas rurais; intercâmbio e residência artística de artistas em âmbito local e internacional; realização de *workshops* para circenses, para elaboração de projetos e gestão da cultura;

Mapear circos, trupes e artistas independentes em atividade no Estado, envolvendo ação de registro e campanha de sensibilização de Prefeituras, comunidades, secretarias, e outros órgãos envolvidos no processo de circulação das artes circenses.

Dança

Implantar nos territórios de identidade cursos profissionalizantes e licenciaturas em dança;

Realizar mostras de dança, conferências e intercâmbios entre artistas e grupos de dança, nos municípios e territórios de identidades, com articulação entre as esferas Municipais e Estadual;

Mapear e registrar as manifestações artísticas e culturais, nas variadas vertentes, em todos os municípios do Estado, difundindo seus resultados em meios eletrônicos, audiovisuais e impressos.

Literatura

Promover um edital para a seleção de escritores, para distribuição de bolsas de produção literária, pois através da aprovação de proventos, os artistas terão direito a uma bolsa até a produção final da obra que será publicada por editora do Governo;

Realizar fóruns e congressos para escritores regionais;

Incentivar a produção e divulgação de obras literárias, subsidiando a produção na gráfica do Estado e possibilitando maior participação/acesso dos autores do interior nos diversos programas de patrocínio à literatura existente.

Música

Inserir a música no currículo das escolas da rede pública – municipais e estaduais –, bem como a inclusão do curso de música nas instituições de nível superior – licenciatura/bacharelado –, estadual e federal, além da criação de um programa de profissionalização e apoio aos artistas e produtores culturais;

Distribuir, de forma justa, os recursos destinados a programas e editais em alíquotas proporcionalmente iguais à demanda da categoria, fixado através de mapeamento realizado com participação de entidades organizadas e sociedade civil. Entende-se por categorias, estilos musicais que se identificam com a denominação, exemplo: categoria alternativa (*rock, reggae, hip hop*, etc.), categoria regional (samba, samba de roda, afoxé, etc.), categoria tradicional (fanfarras, filarmônicas, etc.);

Criar comissões por territórios de identidade que participem da avaliação de projetos e propostas de políticas públicas para a música, garantindo a representatividade de todo o Estado.

Teatro

Construir espaços físicos, com infra-estrutura adequada em cada município, para teatro, dança, música e espetáculos e reaparelhamento e manutenção dos já existentes para a realização de cursos de formação continuada em parceria com unidades de ensino superior, instituições públicas ou privadas e os poderes públicos municipal, estadual e federal;

Criar e implementar cursos de formação continuada na área de teatro (cursos de direção, interpretação) e técnicos (iluminação, cenografia, etc.), formando multiplicadores nos territórios que darão continuidade ao trabalho;

Fomentar a montagem e circulação de espetáculos teatrais nos municípios e a realização de festivais itinerantes nos territórios de identidade com intercâmbio entre os territórios, através de um programa estadual de fomento ao teatro garantido por leis e editais específicos.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Criar e garantir centro de referência afro-descendente que incentive a valorização, a divulgação e o apoio pedagógico, financeiro e de infra-estrutura à cultura afro-descendente;

Promover, em nível estadual, a igualdade e respeito à diversidade cultural e religiosa Afro-descendente;

Identificar, valorizar e dar suporte aos grupos artísticos e artistas individuais afro-descendentes, tais como *hip hop, rap, reggae*, samba de roda e outros do gênero negro, como formas de expressão artística e patrimônio imaterial.

Culturas indígenas

Repassar recursos oriundos dos fundos de cultura dos governos federal, estadual e municipal diretamente para as associações das comunidades indígenas;

Criar lei objetivando a implantação da história e cultura dos povos indígenas da Bahia com obrigatoriedade nas instituições de ensino municipais;

Proceder, em caráter de urgência, a demarcação das terras indígenas e garantir o território tradicional das tribos ressurgidas como única forma de sustentar suas culturas.

Culturas populares

Criar um projeto de lei que garanta: a introdução dos conhecimentos, saberes e fazeres tradicionais e populares no currículo escolar; apoio técnico e financeiro a comunidades e instituições que realizem trabalhos de cultura popular; mapeamento e registro cultural sendo realizado por ONGs, grupos e sociedade civil com recursos públicos;

Criar e/ou revitalizar centros e casas de cultura em todos os municípios do Estado que abriguem todo patrimônio imaterial através de espaços para apresentações e acervo da memória local;

Criar um calendário cultural dos eventos e manifestações dos territórios, incluindo-os na agenda cultural do Estado, com o objetivo de divulgar, inclusive nas escolas, os produtos culturais.

Festas e ritos

Criar um calendário estadual anual de festas e ritos, a exemplo das festas populares, tradicionais e religiosas, manifestações folclóricas, musicais e artísticas, no qual se enfatize aquelas existentes em cada território e seus respectivos municípios;

Prover incentivo financeiro concreto para filarmônicas, fanfarras, bandas marciais, charangas, festivais de músicas, cultura e arte, teatro, manifestações folclóricas, manifestações afro e indígenas, festas populares, tradicionais e religiosas, como forma de garantir espaços culturais visíveis nos territórios para manifestação e expressão dos artistas formadores culturais e geração de emprego, desenvolvimento e renda, a partir da cultura;

Prover incentivo político, programático e financeiro para a prática e a perpetuação da cultura popular nos aspectos: a) Inserção nos currículos escolares de disciplinas artísticas e de estudo e vivência dos valores e manifestações de acordo com cada território e local; b) Criação de centros de cultura em cada município para proteção do patrimônio imaterial regional e municipal, com estúdio público para gravação e filmagem, com o intuito de criar um acervo audiovisual com registro das manifestações locais, com espaço de apresentação de atividades culturais, inclusive de filarmônica, e com alojamento para artistas e participantes.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Contemplar cada município do Estado da Bahia com uma Casa da Cultura que contenha teatro, cinema, museu, arquivos e bibliotecas;

Restaurar patrimônios históricos, artísticos, arqueológicos e culturais para preservação/ salvaguarda da memória da nossa identidade;

Fomentar e dar apoio técnico aos municípios para a realização do cadastramento, manutenção e restauração de seus sítios e monumentos históricos, naturais e arqueológicos.

Educação patrimonial

Difundir as manifestações culturais, saberes e fazeres do território por meio dos veículos de comunicação da rede pública (IDERB e TVE) e rádios comunitárias;

Construir projetos educacionais voltados para o resgate da cultura local com a produção de documentários sobre a cultura dos territórios para educar toda a comunidade.

Desenvolver um programa de educação patrimonial para o Estado, com a capacitação de multiplicadores em cada município e desenvolvimento de projetos específicos de revitalização cultural em parceria com as secretarias de educação municipal e estadual.

Museus

Implantar o sistema estadual de museus (rede de intercâmbio) e promover capacitação de pessoal para gerir museus;

Apoiar criação de museus e centros culturais nos municípios;

Incentivar o custeio e manutenção dos acervos e prédios.

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Arquivos

Criar e reestruturar arquivos públicos municipais, assegurando a capacitação dos funcionários;

Criar um fundo específico para arquivos públicos e privados de interesse público a ser acessado através de editais públicos;

Criar programa para o mapeamento, registro (áudio e vídeo) e arquivamento dos acervos orais dos municípios, para sua divulgação e releitura nas escolas, visando à preservação das identidades locais, territoriais e estadual.

Bibliotecas

Reestruturar as bibliotecas já existentes no que se refere à: acervo, estrutura física, modernização, informatização, digitalização e treinamento contínuo dos profissionais que atuam nas bibliotecas;

Criar um fundo que disponibilize recursos diretamente para as bibliotecas públicas e comunitárias, a fim de que estas, como gestoras próprias de seus recursos, tenham condições de se manter e se reestruturarem permanentemente;

Implantar bibliotecas públicas em todos os municípios da Bahia que ainda não possuem bibliotecas.

Leitura

Criar projetos de estímulo à leitura, formação de leitores e capacitação de agentes comunitários para dinamização e fortalecimento do hábito de leitura em espaços de convívio como: associações urbanas, rurais, fábricas, presídios, casas de idosos, comunidades quilombolas e indígenas nos territórios de identidade;

Realizar concursos literários para alunos das redes públicas de ensino com oficinas de produção literárias, premiação de estudantes/escritores, publicação de livros com as produções e distribuição nas bibliotecas públicas, escolares e comunitárias;

Criar um fundo para a implantação de centros de memória nos municípios, com Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOCs), com bolsas de incentivo à pesquisa sobre identidade local e oficinas de leitura, reunindo histórias escritas e orais, editando e promovendo a circulação do material catalogado.

Livro

Criar feiras de livros e festivais literários locais e territoriais, como também promover a bienal estadual itinerante nos territórios, com acesso livre;

Estimular a produção de obras literárias que resgatem a memória da história da cultura local e regional, principalmente as que estão na oralidade, buscando a sua utilização em atividades pedagógicas;

Elaborar políticas de incentivo à publicação, divulgação e distribuição de obras de autores locais, regionais e territoriais, constituindo o fundo específico de financiamento.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Realizar anualmente encontros territoriais, em sistema de rodízio entre os municípios, visando à integração entre agentes, gestores, artistas e sociedade civil e a apresentação/divulgação na comunidade das produções culturais de cada município (com feiras culturais e artísticas, formação cultural, etc.), com a culminância em um encontro estadual, também anual e em sistema de rodízio territorial;

Realizar o censo cultural dos territórios e municípios, com atualização *on-line* pela Secretaria de Cultura e seja disponibilizado via Internet.

Criar um calendário fixo de intercâmbios entre multiplicadores e agentes culturais dos territórios, com programas de difusão cultural, capacitação cultural e valorização da transmissão da oralidade.

Formação cultural

Articular junto a secretaria estadual de educação uma proposta de lei para educação formal, visando à formação cultural, fomento das diversas linguagens artísticas e culturais, além da elaboração técnica, captação de recursos, produção e gestão cultural, incluindo o tema cultura no currículo obrigatório de instituições de ensino;

Criar e incentivar cursos, presenciais ou à distancia, de formação nas expressões artístico-culturais, de nível técnico, graduação e especialização, utilizando recursos e metodologias participativas e inovadoras;

Garantir o financiamento para a formação artística e cultural, capacitação, intercâmbio e cooperação técnica, como também, assegurar percentuais nas leis e programas de incentivo governamental.

Planos culturais

Criar políticas e programas de formação, valorização e capacitação de agentes culturais em todas as suas vertentes;

Garantir 5% do orçamento para a implantação das políticas públicas de cultura, criando Leis Orçamentárias;

Mudar a Lei que regulamenta o Conselho Estadual de Cultura, distribuindo as vagas pelos territórios para que o Conselho tenha representação proporcional por todo o Estado.

Redes culturais

Viabilizar recursos para implementação e/ou ampliação das diversas redes culturais, através de editais para fomento e articulação das suas ações, dentro de cada território de identidade;

Reconhecer efetivamente as redes culturais como instâncias de representação da sociedade civil;

Criar e fortalecer uma rede virtual de comunicação e informação cultural, mantida pelo Estado e alimentada pelos municípios, possibilitando o fortalecimento e sua atualização constante.

Sistemas culturais

Implementar incentivos pelo Estado, para criação e manutenção de secretarias, conselhos e fundos municipais de cultura;

Modificar a lei que institui o Conselho Estadual de Cultura, garantindo a representação de todos os territórios de identidade;

Destinar 5% dos recursos do orçamento do Estado para a promoção da cultura e estimular a criação de fontes alternativas (loterias, reformulação das Parcerias Público – Privadas PPP's, fundos de instituições financeiras, etc.) para captação de recursos que ampliem a receita.

5.2 POLÍTICAS TRANSVERSAIS

CULTURA e CAMPO

Criar e manter feiras da cultura popular rurais, a serem realizadas nos municípios culminando com uma feira anual de âmbito estadual e itinerante, a ocorrer sempre no dia 25 de julho, dia do lavrador, em homenagem às pessoas do campo, com a realização de oficinas de capacitação e qualificação da mão-de-obra artesanal de manufaturados e culinária rural;

Criar a disciplina "cultura regional, estadual e brasileira" na grade curricular no ensino estadual e municipal, com a realização de oficinas que incentivem a criação de grupos culturais e a perpetuação pelos jovens. Essas aulas serão ministradas pelos Mestres da cultura popular em parceria com professores de áreas afins;

Estar atentos aos critérios de apoio aos projetos culturais definidos pelo Conselho Estadual de Cultura, para que sejam justos e igualitários independentemente de sua localidade, sendo na capital ou no interior.

Implementar efetivamente o processo de titularização das terras indígenas e quilombolas do estado da Bahia, para garantir a produção cultural das comunidades rurais;

Fazer com que seja estabelecida, através dos conselhos municipais, territoriais e estadual de cultura, critérios de representação que envolvam as entidades do campo, em iguais condições em todos os territórios de identidade.

CULTURA e CIDADES

Fortalecer a cultura afro-baiana nos carnavais das cidades e resgate dos grupos de afoxés nos interiores através de editais específicos;

Construir, manter e/ou restaurar espaços culturais em cada município, bem como estruturar os já existentes;

Elaborar um projeto de lei que obrigue que os recursos destinados aos municípios para cultura sejam aplicados exclusivamente em cultura;

Estabelecer políticas de valorização e requalificação das feiras livres e mercados municipais como espaços de preservação da identidade cultural, garantindo que as intervenções nesses espaços não promovam a destruição dos elementos de identidade;

Desenvolver as políticas públicas transversais nas quais os habitantes das aldeias, quilombos, assentamentos, campo e cidade, nos territórios, sejam atendidos indistintamente, tomando como premissa a quebra do mito da superioridade da cidade sobre o campo, e conseqüentemente, das metrópoles e cidades-pólos em relação às pequenas cidades, vilas e povoados.

CULTURA e ECONOMIA

Estabelecer parcerias com secretarias diversas para ações transversais no sentido de divulgar e afirmar a economia solidária na área cultural;

Apoiar as ações jurídicas nos processos legislativos para legalizar arranjos produtivos na área de cultura, considerando novos formatos de organização da economia solidária a exemplo de consórcios e condomínios, associações e cooperativas;

Estabelecer, para os territórios, um plano de informação e formação para a divulgação de conceitos de economia solidária na área cultural em parceria com organizações da sociedade civil e do Estado que lidam com o assunto, em especial a Superintendência de Economia Solidária;

Buscar formas de apoios estruturantes aos arranjos produtivos locais e territoriais contemplando as áreas de arte e cultura.

CULTURA e EDUCAÇÃO

Aplicação da Lei n. 10.639

Proporcionar a interação entre as Organizações não-governamentais (afoxés, fóruns, movimentos sociais e culturais afro-descendentes, religiões de matriz africana) e as redes de ensino, com vistas a viabilizar a aplicabilidade prática da Lei n. 10.639\03;

Investir na formação de educadores fundamentada no conhecimento dos afro-descendentes devidamente experientes nas diversas áreas concernentes a matérias da Lei n. 10.639\03;

Dar ampla divulgação à Lei n. 10.639\03, por meio de seminários, fóruns, debates, etc., entre os corpos docentes e discentes, garantindo a sua aplicabilidade nas redes pública e privada na Bahia, nos ensinos fundamental e médio, com a participação de intelectuais negros e organizações de cultura afro-descendente.

Arte - Educação

Realizar concurso público para arte educador com perfil específico nas áreas artísticas;

Conveniar as secretarias de educação e cultura para aparelhar com recursos técnicos os auditórios das escolas públicas de todo o Estado;

Implementar cursos presenciais e semi-presenciais de licenciatura plena em arte-educação nas universidades públicas da Bahia.

Cultura/educação no Campo

Realizar censo estadual mapeando os projetos existentes destinados à educação do campo que desenvolvem trabalhos de valorização e resgate cultural para que possam ser ampliados e reconhecidos como políticas públicas estatais;

Criar uma comissão de trabalho composta por representantes dos órgãos afins sob regência da Secult e o Serviço de Coletivos de Educadores e Mestres que tenham experiências exitosas de valorização da cultura camponesa em processos educacionais com inclusão de jovens e adultos, para o cultivo de terras e mentes numa visão agroecológica considerando a compensação proporcional dos impactos culturais causados pelo agronegócio e suas várias monoculturas;

Garantir apoio na elaboração de material didático para facilitar os trabalhos culturais das escolas do Campo baseado nas experiências existentes, como por exemplo, o *Ponto Cultura Expressão Sertaneja* no território do Sisal.

Papel da escola/ensino/educador

Criar um programa de incentivo cultural para os professores que contemple: censo de professores-artistas, edição da produção cultural dos professores, mostra de trabalhos que estejam contextualizados no binômio educação – cultura;

Assegurar a inclusão sistemática e processual de atividades culturais em todo o período escolar perpassando por todas as matérias curriculares, com impressão e adoção de livro didático e/ou guia cultural da Bahia e distribuição dos materiais audiovisuais do IRDEB para a rede pública;

Possibilitar oficinas com mestres populares e grupos culturais de todo o Estado em escolas e instituições, promovendo e possibilitando o intercâmbio da cultura popular em todo o Estado.

CULTURA e GÊNERO

Garantir sistema educacional que não reproduza estereótipos de gênero, raça e etnia nos espaços culturais nas três esferas;

Incluir e garantir nas três esferas um plano para GLBTT, bem como um plano de mídia e conscientização feminino, GLBTT, afro-descendente e indígena;

Promover a igualdade e equidade entre os gêneros na diversidade cultural nas três esferas com a participação do projeto *Brasil sem homofobia*.

CULTURA e JUVENTUDE

Criar, dentro do calendário anual de cultura da Bahia, o festival cultural da juventude. Que este seja resultado de encontros territoriais onde ocorram mostras artístico-culturais das mais variadas expressões oriundas da juventude, incentivando a produção cultural dos jovens da Bahia, assim como a integração dos produtores das mais variadas regiões através de uma rede permanente de intercâmbio cultural vindo a implementar processos de economia solidária e desenvolvimento social sustentável;

Fazer com que o estado mantenha e amplie o quadro de mobilizadores de cultura nos territórios para dar continuidade na articulação, bem como realizar mapeamentos, orientação na elaboração de projetos e formação da juventude produtora de cultura incluindo estudantes do ensino público;

Criar conselho ou departamento estadual de juventude, com o intuito de inserir os jovens nas atividades que formulem estratégias de geração de emprego e renda através das iniciativas ligadas à cultura, disseminando a formação dos conselhos municipais de juventude por toda Bahia;

Solicitar um espaço na mídia (TVE) facilitando assim o meio de comunicação entre os jovens com programação semanal, destacando as atividades culturais por território;

Lançar editais ligados à produção cultural direcionados aos jovens que desenvolvem atividades em benefício de suas comunidades, viabilizando recursos financeiros para o fomento das artes, assim como a capacitação e profissionalização desses jovens e sua inserção no mercado de trabalho.

CULTURA e MEIO AMBIENTE

Articulação: meio ambiente e cultura em projetos

Requerer do governo a introdução nos currículos escolares do Estado, a disciplina de educação ambiental e cultura popular para que se possa apoiar e desenvolver ações que aliem cultura e meio ambiente nas escolas com professores capacitados na área;

Desenvolver ações que promovam o intercâmbio ambiental e cultural para comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadoras, marisqueiras, assentamentos etc.;

Criar espaços culturais em parques ecológicos existentes, no intuito de promover a preservação ambiental desenvolvendo oficinas, caravanas e palestras com o intuito de conscientizar a comunidade.

Cultura como meio de sensibilização para preservar

Promover a sensibilização do artista de sua missão pedagógica de formação e informação relacionada à preservação e conservação do meio ambiente;

Criar políticas públicas que incentivem e potencializem a execução de atividades culturais que sensibilizem a população quanto à preservação e conservação do meio ambiente;

Usar efetivamente os meios de comunicação (audiovisuais) de todo o Estado na divulgação da preservação ambiental em todos os setores da nossa sociedade.

CULTURA e POLÍTICA

Modificar a lei que institui o Conselho Estadual de Cultura, garantindo a representação de todos os territórios de identidade e a paridade governo (25% servidores públicos e 25% gestores) e sociedade civil, que será escolhida através de voto direto;

Criar editais para cada território, onde os municípios disputem entre si. A disputa seria através de projetos que seriam analisados com participação de representantes de cada território;

Criar mecanismos para que toda política pública implantada no Estado seja inclusiva, de forma a garantir a participação dos agentes culturais de comunidades de baixa renda em suas mais diversas expressões;

Condicionar a participação do município no sistema estadual de cultura à existência e funcionamento de: conselho municipal, fundo de cultura e órgão específico de cultura;

Solicitar ao Estado a criação de uma campanha publicitária, em todos os territórios de identidade, que esclareça a importância da cultura, bem como a necessidade da manutenção e existência do conselho municipal e do fundo municipal de cultura, através das mídias locais.

CULTURA e TECNOLOGIA

Formação de redes de produção cultural

Garantir que os editais para a produção cultural e tecnológica contemplem pelo menos um projeto por território de identidade;

Incentivar a formação e interação de redes de cultura entre os territórios em forma de núcleos capacitados e habilitados à produção e fruição cultural;

Disponibilizar recursos e incentivar a criação de TVs e rádios comunitárias abertas e através da Internet, em todos os territórios, contando com o suporte de capacitação técnica, centros tecnológicos, com a interação entre as diversas secretarias do governo.

Políticas para culturas digitais para o Estado

Criar site oficial divulgando-o em vários meios de comunicação com manutenção pelo governo, onde os artistas possam divulgar seus trabalhos através de *links* para inserção e *downloads* dos diversos materiais produzidos;

Capacitar multiplicadores em nível avançado para o uso do *software* livre e ferramentas digitais, bem como para a realização de uma campanha de divulgação e fomento para seu uso;

Promover o reconhecimento da cultura digital através da criação de cotas de investimentos específicos para a área, no que engloba abertura de editais e outras formas de incentivo à criação e produção digital.

CULTURA e TURISMO

Cooperação e intercâmbio em cultura e turismo

Realizar feiras culturais ou mostra de arte do Estado, a ser realizada anualmente nos municípios onde estará representado seu território, através da Secretaria de Cultura em parceria com as prefeituras, visando o desenvolvimento e o fortalecimento do turismo desses municípios;

Descentralizar (para o interior) os cursos de capacitação profissional em serviços turísticos e correlatos para empreendedores formais e informais de pequeno, médio e grande porte.

Política cultural e turismo

Criar portal virtual colaborativo de divulgação, memória histórica, informação e agenda cultural dos territórios da Bahia expressando toda sua diversidade;

Promover o turismo sustentável nos municípios observando seus espaços geográficos como forma de fortalecer a cultura local através da potencialização dos movimentos culturais de suas respectivas comunidades;

Realizar mapeamento, tombamento e reconhecimento das manifestações culturais tradicionais do patrimônio imaterial, material – contemplando os sítios arqueológicos – visando potencializar o turismo nos territórios.

6. Propostas da Etapa Territorial por Território de Identidade

6.1. PRIORIDADES TEMÁTICAS

Durante os Encontros Territoriais foi solicitado que cada participante se colocasse no papel de planejador e encolhesse 3 temas prioritários para o território, classificando-os em primeiro, segundo e terceiro lugar. A temática Culturas Populares foi escolhida como prioridade 01 por 12 dos 26 territórios e como prioridade 02 e 03 por mais 07 territórios. Teatro foi apontado nos três níveis em 15 territórios, seguido de Sistemas de Cultura (11), Bibliotecas (6), Formação Cultural (6) e Música (6).

Quadro 3 - Prioridades Temáticas por Território de Identidade

Território de Identidade	Prioridade 01	Prioridade 02	Prioridade 03
Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte	Formação Cultural	Cooperação e Intercâmbio Cultural	Culturas Populares
Bacia do Jacuípe	Culturas Populares	Formação Cultural / Sistemas Culturais / Teatro	Bibliotecas
Bacia do Paramirim	Música	Bens Culturais	Teatro
Bacia do Rio Corrente	Teatro	Cinema	Música
Baixo Sul	Dança	Afro-descendentes / Culturas Populares / Sistemas Culturais	Planos de Cultura
Chapada Diamantina	Culturas Populares	Educação Patrimonial	Teatro
Extremo Sul	Bens Culturais	Cooperação e Intercâmbio Cultural	Afro-descendentes
Irecê	Culturas Populares / Museus	Planos de Cultura	Bibliotecas / Culturas Digitais
Itaperica	Teatro	Culturas Populares	Música
Itapetinga	Culturas Populares	Museus	Afro-descendentes
Litoral Sul	Teatro	Sistemas Culturais	Bens Culturais
Médio Rio de Contas	Culturas Populares	Sistemas Culturais	Artes visuais
Metropolitana de Salvador	Planos de Cultura	Formação Cultural	Sistemas Culturais
Oeste Baiano	Teatro	Bibliotecas	Bens Culturais
Piemonte da Diamantina	Culturas Populares	Sistemas Culturais	Música
Piemonte do Paraguaçu	Teatro	Culturas Populares	Sistemas Culturais
Piemonte Norte do Itapicuru	Teatro	Sistemas Culturais	Culturas Populares
Portal do Sertão	Culturas Populares	Bibliotecas	Cooperação e Intercâmbio Cultural
Recôncavo	Culturas Populares	Teatro	Planos de Cultura
Semi-Árido Nordeste II	Culturas Populares	Teatro	Afro-descendentes/ Música
Sertão do São Francisco	Sistemas Culturais	Teatro	Culturas Populares
Sertão Produtivo	Teatro / Bibliotecas	Culturas Populares	Sistemas Culturais
Sisal	Culturas Populares	Formação Cultural	Teatro
Vale do Jiquiriçá	Culturas Populares	Afro-descendentes	Culturas Digitais
Velho Chico	Culturas Populares	Biblioteca	Formação Cultural / Sistemas Culturais
Vitória da Conquista	Música	Formação Cultural / Rádio Pública/ Comunitária	Teatro

FONTE: Siscult

6.2. PROPOSTAS DE POLÍTICAS SETORIAIS POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE

Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Audiovisual

Construir um centro de comunicação territorial de rádio, TV, internet e cinema, a ser gestado pelo conselho territorial de comunicação. Criar emissoras de rádio e TV comunitárias nos municípios para produção de artes integradas, diversidades culturais e informação.

TV Pública/Comunitária

Revisar e desburocratizar as concessões públicas de rádios comunitárias e reavaliar os critérios para a concessão de rádios e TVs comerciais.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Artes visuais

Promover oficinas de capacitação continuada em parceria com as unidades de ensino superior e o Sistema S (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR e outros);

Garantir a aplicabilidade, nos currículos escolares, das oficinas artísticas apoiando com infra-estrutura e remuneração à arte-educadores e artistas;

Promover mostra das expressões artísticas no Estado, filtradas por etapas municipais e territoriais.

Circo

Promover oficinas de capacitação continuada aos artistas em parceria com as unidades de ensino superior e Sistemas S;

Garantir a aplicabilidade, nos currículos escolares, das oficinas artísticas apoiando com infra-estrutura formação e remuneração à arte-educadores e artistas.

Dança

Promover oficinas de capacitação continuada em parceria com as unidades de ensino superior e o Sistema S;

Garantir a aplicabilidade, nos currículos escolares, das oficinas artísticas apoiando com infra-estrutura e remuneração à arte-educadores e artistas;

Promover mostra das expressões artísticas no Estado filtradas por etapas municipais e territoriais.

Literatura

Promover oficinas de capacitação continuada em parceria com as unidades de ensino superior e o Sistema S;

Garantir a aplicabilidade, nos currículos escolares, das oficinas artísticas apoiando com infra-estrutura e remuneração à arte-educadores e artistas;

Promover mostra das expressões artísticas no Estado filtradas por etapas municipais e territoriais.

Música

Garantir a aplicabilidade, nos currículos escolares, das oficinas artísticas apoiando com infra-estrutura e remuneração à arte-educadores e artistas;

Promover mostra das expressões artísticas no Estado, filtradas por etapas municipais e territoriais.

Teatro

Promover oficinas de capacitação continuada em parceria com as unidades de ensino superior e o Sistema S;

Garantir a aplicabilidade, nos currículos escolares, das oficinas artísticas apoiando com infra-estrutura e remuneração à arte-educadores e artistas;

Promover mostra das expressões artísticas no Estado, filtradas por etapas municipais e territoriais.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Repassar verbas da secretaria de educação municipal para ações pedagógicas afro-descendentes (terreiros legalizados) tipo: CNPJ, FENACAB;

Criar museus afro-culturais;

Criar cursos de graduação voltados para a cultura afro-brasileira visando preparar os profissionais de educação com ênfase na língua, ética, gastronomia, arquitetura, memória e religião, solidificando a lei nº 10.639/03.

Culturas populares

Fortalecer a integração entre as secretarias de educação e cultura, incluindo nos planos educacionais a participação dos artistas locais nas diversas disciplinas;

Criar centros culturais que possibilitem aos artistas da terra (artistas locais) apresentar sua arte;

Promoção de festivais artísticos, em nível municipal, para proporcionar a oportunidade de descoberta e valorização dos artistas locais.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Criar um museu territorial em Alagoinhas com representação cultural de todos os municípios do Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, e por extensão, criar e implantar centros de memória e cultura em cada município do território.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Criar centros de referência de cultura territoriais (CRC), que apoiem os conselhos municipais de cultura;

Criar fóruns territoriais e estaduais de cultura que agreguem feiras e manifestações espetaculares;

Propor política pública de criação e implementação, em cada município, de espaço multimídia que atenda a quaisquer manifestações culturais do município, aptos a receberem manifestações culturais de outros municípios.

Formação cultural

Criar cursos técnicos profissionalizantes e tecnológicos de cenografia, cenotecnia, indumentária, maquiagem cênica, iluminação, sonoplastia, produção de moda, saberes e fazeres populares, programação visual e produção cultural;

Criar oficinas territoriais de teatro, dança, circo, música, artes plásticas e audiovisual para capacitação profissional viabilizando uma rede de multiplicadores municipais;

Ampliar as modalidades artísticas oferecidas na educação básica conforme orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Planos de cultura

Estimular a indicação de gestores, para a secretaria de cultura, que sejam comprometidas e que tenham talentos para as atividades culturais;

Criar espaços para resgatar a cultura regional;

Estimular nos municípios a criação de conselhos para fiscalizar a utilização do fundo, através da sociedade civil.

Sistemas de cultura

Estabelecer, quando da criação de conselhos municipais, territoriais e estadual de cultura, o seu caráter deliberativo; que na sua composição a sociedade civil ocupe 60% das vagas e o poder público 40%; e que os representantes da sociedade civil sejam escolhidos;

Elaborar e executar, em parceria com a iniciativa privada, um circuito de palestras para informar e propor ao segmento empresarial parcerias com o segmento cultural, no sentido de financiar projetos, sensibilizando-o quanto às vantagens publicitárias;

Criar a Lei estadual para criação do Fundo Territorial da Cultura.

Redes culturais

Criar Fundos de Cultura nos municípios do Estado;

Criar e atualizar um banco de dados digital base para abrigar informações de censos culturais municipais e/ou territoriais.

Bacia do Jacuípe

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Audiovisual

Criar um portal territorial na Internet para a divulgação das informações dos municípios;

Formar e capacitar para utilização das novas tecnologias nos municípios;

Criar um fundo de recurso para viabilizar os custeios de formação de agentes comunicadores ligados à produção audiovisual e apoio nos custos de manutenção das atividades.

Cinema

Criar um fundo de recursos para viabilizar o custeio de formação de agentes comunicadores do território para produção audiovisual e apoio nos custos de manutenção das produções.

Rádio pública/comunitária

Recomendar ao poder legislativo a revisão da lei geral das comunicações;

Formar um núcleo de comunicação para discutir aspectos da legislação, programação e conteúdo, dando suporte aos municípios;

Criar um fundo de recurso para viabilizar o custeio de formação de agentes comunicadores do território que ajude na manutenção das rádios comunitárias.

TV pública/comunitária

Criar um fundo de recurso para viabilizar o custeio de formação dos agentes comunicadores do território e ajude na manutenção das TVs comunitárias territoriais;

Instalar uma TV comunitária territorial;

Criar núcleos regionais dentro da mesma outorga da TV estadual para troca de conteúdos dentro do novo formato que o Estado está construindo.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Artes visuais

Aproveitar o potencial de artistas locais para fortalecer os processos de arte e educação;

Fomentar a capacitação em ferramentas técnicas (acesso livre) e metodologias para fortalecer o trabalho com cultura;

Criar intercâmbio entre a região do Vale do Jacuípe e a Secretaria de Cultura da Bahia nas trocas de conteúdos, programas e exposições de artistas, facilitando a leitura no aprendizado das artes visuais.

Circo

Realizar intercâmbio com escolas circenses como, por exemplo, a de Capão, em Lençóis, para orientar e capacitar pessoas que queiram desenvolver tais atividades, formando, conseqüentemente, um grupo que leve a despertar o interesse da comunidade;

Dar suporte material para o desenvolvimento das atividades desse projeto cultural;

Desenvolver atividades nas escolas e nos projetos sociais em apoio à criança e ao adolescente, despertando assim, o interesse e o talento para tais atividades.

Dança

Capacitar profissionais da dança, para geração de oficinas que venham abranger todas as gerações;

Criar espaço físico cultural municipal equipado para o desenvolvimento contínuo das expressões artísticas, viabilizando as necessidades na dança;

Buscar valorização da dança, através da formação de eventos que reúnam toda a região com a parceria do poder público.

Literatura

Realizar oficinas de trabalho nas escolas abrangendo diversos seguimentos literários tais como: verso, prosa, conto, crônica e cordel, visando incentivar os alunos a um dia tornarem-se escritores;

Editar e publicar anualmente títulos com textos, contos, crônicas e poesias selecionadas de diversos autores da região, visando a divulgação da produção literária local;

Realizar fóruns e congressos regionais para escritores a fim de capacitá-los, reciclá-los e ampliar seus limites de conhecimentos e inspiração.

Música

Criar escolas de música com estruturação instrumental e material didático, bem como, profissionais capacitados e remunerados, visando o aperfeiçoamento daqueles que possuem uma predisposição musical com perspectiva de concentrar as atenções.

Criar uma fundação de apoio a grupos musicais como fanfarras e filarmônicas e à formação de maestros e regentes nos municípios do território;

Promover festivais de música no território a fim e conhecer melhor a música regional.

Teatro

Construir um centro de cultura para atender ao território da Bacia do Jacuípe, com estrutura de hospedagem, teatro, espaço de formação e palco móvel para circulação das artes no território;

Criar um núcleo territorial com programa para formação nas artes (teatro, dança, música, circo e outros);

Mapear e legalizar grupos teatrais existentes e promover a formação em gestão dos mesmos (prestação de contas, elaboração de projetos, documentação).

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Criar cursos de extensão e pós-graduação na área de afro-descendentes com o objeto de capacitar os educadores dos municípios do território da Bacia do Jacuípe;

Identificar (através de pesquisa) e mapear todas as manifestações culturais existentes na Bacia do Jacuípe;

Inserir no currículo escolar o ensino dos valores afro-descendentes.

Culturas populares

Criar um calendário cultural com eventos periódicos sob a coordenação do pólo cultural regional com o objetivo de divulgar e profissionalizar os produtos culturais;

Identificar todas as manifestações culturais do território da Bacia do Jacuípe como samba de roda, bumba meu boi reisado e outros e promover encontros territoriais para divulgação e intercâmbio dos profissionais;

Incentivar os conhecimentos e saberes populares introduzindo-os no currículo escolar, como a culinária da região, visando utilizar e comercializar os produtos locais; divulgando a diversidade lingüística e artística aproveitando o potencial de artistas.

Festas e ritos

Criar cursos de extensão e pós-graduação na área de festas e ritos com o objetivo de capacitar os educadores dos municípios do território da Bacia do Jacuípe;

Criar a disciplina Estudo Sociocultural e Identidade Municipal, no ensino fundamental, e a disciplina Estudo Sociocultural e Identidade Baiana, no ensino médio;

Criar um projeto que resgate e valorize todo patrimônio imaterial do território que contemple a democratização da diversidade cultural da Bacia do Jacuípe.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Realizar levantamento de talentos no âmbito artístico e arquitetônico;

Fortalecer políticas de revitalização do patrimônio cultural (material e imaterial).

Educação patrimonial

Resgatar o valor do patrimônio público nos municípios e criar uma política efetiva de valorização dos artistas locais.

Museus

Criar centro cultural dando ênfase ao arquivo público municipal;

Incentivar o mapeamento do patrimônio histórico nos municípios;

Tombamento do patrimônio público dos municípios.

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Arquivos

Criar fundos para a aquisição de materiais para centro de memórias;

Promover cursos de capacitação para pessoas envolvidas no centro de memórias, e palestras de conscientização e sensibilização da sociedade.

Criar um centro de memórias em cada município do território.

Bibliotecas

Reformar, construir e ampliar as bibliotecas municipais em todo o território;

Divulgar a biblioteca enquanto equipamento cultural e incentivar a sociedade para dela fazer uso através da criação de meios de acesso para isso, tais como: biblioteca itinerante, transporte para as comunidades distantes e outros;

Criar um programa de capacitação de bibliotecários para a manutenção das bibliotecas.

Leitura

Promover campeonato territorial de leitura, envolvendo todos os municípios do território;

Criar e fortalecer os projetos de leitura existentes através de investimentos e sensibilização envolvendo todos os municípios do território;

Transformar o projeto baú de leitura em política pública de educação que possa ser implementada em todos os municípios do território.

Livro

Incentivar a produção, a distribuição e a utilização de livros de autores regionais para as escolas e bibliotecas da região;

Incentivar a produção, a distribuição e a utilização de um livro de história de cada município (memorial) para as atividades pedagógicas;

Incentivar o patrocínio e investimento em autores regionais para fomentar a produção escrita literária destes.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Criar redes de circulação de informações e produtos regionais;

Realizar festival anual de cultura em nível municipal e regional

Realizar censo cultural no território.

Formação cultural

Capacitar em nível regional gestores e produtores;

Criar curso de nível superior de gestores e produtores culturais;

Contratar agentes multiplicadores pertencentes aos territórios.

Planos de cultura

Criar planos municipais de cultura em consonância com os planos territoriais e vice-versa;
Construir plano de desenvolvimento territorial sustentável da cultura da Bacia do Jacuípe;

Buscar assessoria técnica para criação e/ou acompanhamento dos planos.

Redes culturais

Construir e/ou implementar centros culturais em cada município do território.

Fortalecer o GT de cultura da Bacia do Jacuípe;

Contratar um agente mobilizador para o território com vínculo empregatício com o governo do Estado.

Sistemas de cultura

Criar uma secretaria municipal de cultura em cada município do território;

Repassar recursos da Secretaria de Cultura do Estado para projetos aprovados pelo CODES (Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social), fortalecendo a parceria estado-território;

Promover o fortalecimento institucional dos gestores e produtores culturais do território.

Bacia do Paramirim

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Audiovisual

Adquirir e produzir acervo com mídias audiovisuais para servir como ferramenta para as escolas e ONGs;

Implantar estúdio para gravação de áudio e vídeo culturais para o desenvolvimento no território Bacia do Paramirim.

Cinema

Construir uma Casa de Cultura com espaço apropriado para teatro, cinema, exposições e atividades culturais gerais em todos os municípios do território.

Rádio pública/comunitária

Criar, em regime de urgência, rádios comunitárias nos municípios que não possuem e capacitar os colaboradores das já existentes.

TV pública/comunitária

Implantar retransmissão da TV pública educativa em todos os municípios do território.

CULTURAS DIGITAIS

Implantar info-centros em todos os municípios do território e comunidades rurais com mais de 300 habitantes;

Incentivar a criação de um portal cultural na Internet para exposição da produção cultural de todos os municípios do território.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Dança

Buscar incentivo financeiro e possibilidades de intercâmbio cultural para todo grupo de dança dos municípios do território. Ex: grupo terceira idade, jovens, etc.

Construir um espaço cultural onde os grupos possam se apresentar em todos os municípios do território;

Promover curso de capacitação de dança para todos os municípios e território.

Música

Promover curso de formação musical em todos os municípios do território;

Incentivar festivais de músicas no território;

Criar filarmônicas e fanfarras em todos os municípios do território.

Teatro

Implantar um curso de formação de atores e diretores da Bacia de Paramirim;

Realizar um festival de intercâmbio artístico anual com todos os municípios da Bacia do Paramirim;

Criar um centro de cultura com anfiteatro nos municípios da região da Bacia de Paramirim (exceto Paramirim)

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Promover o reconhecimento, pela Fundação Palmares, das comunidades quilombolas do território, situadas nos municípios de Caturama, Boquira, Botuporã, Ibipitanga, Rio do Pires, Macaúbas, Érico Cardoso, Paramirim e Tanque Novo.

Culturas Indígenas

Catalogar áreas indígenas do território, visando reconhecimento dos órgãos estaduais e federais;

Repassar recursos do fundo de cultura, do governo estadual para as comunidades indígenas;

Capacitar em arqueologia jovens da comunidade para atuar profissionalmente.

Culturas populares

Buscar apoio econômico dos órgãos governamentais para resgatar o reisado e outras manifestações culturais do território;

Criar um espaço destinado à comercialização de produtos artesanais nos municípios e territórios;

Repasses de recursos para criação de fanfarras no território.

Festas e ritos

Repassar recursos para fortalecer as festas populares e religiosas do Vale do Paramirim.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Realizar um levantamento para tombamento histórico de casarões, igrejas de grande valor histórico e arquitetônico;

Construir e recuperar prédios das sedes das filarmônicas do território;

Obter reconhecimento pelo IPAC e IPHAN dos sítios arqueológicos da região.

Educação Patrimonial

Incluir a disciplina Educação Patrimonial nas escolas municipais do território.

Museus

Criar um arquivo memorial e museus para a conservação e catalogação de registros históricos dos municípios do território.

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Arquivos

Criar e reestruturar os arquivos públicos municipais;

Conseguir apoio para informatização dos arquivos públicos municipais do território.

Bibliotecas

Criar, revitalizar e ampliar as bibliotecas públicas do território;

Criar bibliotecas itinerantes no território.

Leitura

Proporcionar a leitura dos fatos históricos municipais nas escolas;

Implantar a leitura ilustrada nas escolas municipais;

Incentivar as secretarias municipais a fazerem feiras culturais de leitura.

Livro

Incentivar a produção literária nos municípios da Bacia do Paramirim;

Apoiar a produção de livros sobre a história dos municípios do território;

Criar uma espécie de fundo para a produção de livros e pesquisas.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Realizar levantamento, por parte da Secretaria de Cultura do Estado, de todas as manifestações culturais existentes no território;

Criar um convênio entre os municípios do território e a rede de TV pública do Estado para divulgação das manifestações culturais;

Incentivar o intercâmbio das manifestações culturais entre os municípios do território.

Formação cultural

Criar cursos para a área cultural;

Estimular a criação de cooperativas para a realização de oficinas de arte e cultura;

Criar oficinas para a formação de guias culturais do território.

Planos de cultura

Criar um calendário anual com todas as manifestações culturais do território;

Implantar feiras culturais;

Implantar política pública para incentivar a criação e manutenção de museus no território.

Redes culturais

Criar parcerias com órgãos governamentais para a formação de cooperativas de produção cultural;

Elaborar programas de sustentabilidade para as comunidades quilombolas do território.

Criar secretarias específicas para a gestão da cultura nos municípios do território.

Sistemas de cultura

Implantar e manter centros culturais nos municípios do território;

Criar fundos municipais de cultura;

Criar comissão territorial de cultura com representantes de todas as áreas para articulação junto ao poder público das demandas de cultura.

Bacia do Rio Corrente

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Cinema

Criar Centro Cultural que contemple teatro, cinema, exposições de obras de arte e que viabilize o lado educacional e o lado social nas suas determinadas coordenadas.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Dança

Solicitar apoio às gestões municipal e estadual para fomentar a dança;

Criar um espaço físico para escolas de dança contratando professores qualificados e dispostos a dar aulas, bem como cursos técnicos de dança;

Realizar eventos de dança para fomentar o intercâmbio entre os municípios do território do Rio Corrente.

Música

Inserir, na grade curricular, disciplina que trabalhe a música e a cultura popular regional;

Disponibilizar verbas para aquisição de instrumentos, uniformes e para valorização dos músicos;

Fazer com que o governo possa conhecer e reconhecer a cultura popular, nas elaborações materiais se comprometendo em enviar-nos recursos na sustentação dos reisados, chulas, encomendadeiras e benzedadeiras.

Teatro

Construir um teatro pólo com salas culturais, dando suporte aos centros culturais dos municípios do território, com transportes para teatro móvel, onde possamos levar a arte às comunidades mais carentes, com formadores capacitados nas diversas áreas artísticas;

Implantar o teatro na grade curricular;

Criar centros culturais nos municípios do território Bacia do Rio Corrente.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Realizar trabalho de recolhimento dos remanescentes dos quilombos das comunidades do território Bacia do Rio Corrente;

Fornecer às escolas materiais sobre a cultura afro-descendentes para que possam tornar conhecidas as riquezas culturais do povo negro no território;

Trabalhar e conscientizar as comunidades sobre a negritude e no dia 2 de novembro realizar o encontro territorial.

Culturas indígenas

Realizar o levantamento dos povos indígenas nos municípios do território, para revitalizar a cultura indígena.

Culturas populares

Promover festival de shows de calouros como incentivo aos alunos com premiação nas escolas públicas dos territórios;

Revitalizar o festival de reisado todos os anos - final de dezembro e início de janeiro - estendendo o convite a todos os municípios do território Bacia do Rio Corrente;

Incentivar as manifestações das culturas populares do território Bacia do Rio Corrente, disponibilizando verbas para aula de música, dança, compra de instrumentos musicais, uniformes para as fanfarras, aula de violão, piano, teclado e etc.

Festas e ritos

Construir centros culturais no território para apoio às festas e ritos como reisados, festa do divino, carnaval, artesanato, chula e cantigas de rodas em geral.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Criar centro cultural nos municípios;

Revitalizar riachos e rios nos municípios dos territórios resgatando a cultura local;

Salvaguardar o patrimônio arqueológico territorial.

Educação patrimonial

Construir projetos educacionais voltados para o resgate da cultura local;

Produzir documentários sobre a cultura dos territórios para educar toda a comunidade.

Museus

Construir e manter museus em todos os municípios do território.

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Arquivos

Criar arquivos públicos;

Informatiza os arquivos;

Levantar documentários socioculturais de cada município.

Bibliotecas

Construir, ampliar e informatizar as bibliotecas públicas;

Implantar bibliotecas itinerantes para atender às escolas rurais de cada município.

Captar recursos financeiros para a formação e a manutenção das bibliotecas públicas e comunitárias.

Leitura

Realizar festivais para a divulgação de livros, em incentivo à leitura;

Valorizar o modelo de escrever poesia, cordel, contos e etc.;

Formar contadores de história para estimular a leitura.

Livro

Criar uma linha de crédito para escritores;

Adquirir e restaurar acervos;

Adquirir livros de autores regionais para escolas públicas.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Criar um calendário de eventos culturais dos municípios, território e além território;

Garantir recursos para intercâmbio cultural;

Realizar festivais de culturas regionais contemplando todos os municípios do território.

Formação cultural

Capacitar agentes culturais em todos segmentos.

Capacitar pessoas para elaboração de projetos, captação de recursos e gerenciamento de todas as atividades culturais;

Promover a transmissão de saberes dos mestres de diferentes segmentos culturais.

Planos de cultura

Buscar apoio técnico da secretaria de cultura para a elaboração de planos municipais e estaduais;

Criar um conselho territorial;

Realizar fórum anual para discutir e re-planejar as políticas culturais territoriais.

Redes culturais

Criar e legalizar rádios comunitárias em redes culturais;

Criar sites para divulgação dos eventos culturais do território;

Criar premiação para as melhores iniciativas culturais do território.

Sistemas de cultura

Criar secretarias municipais de cultura com fundos e conselho municipais de cultura;

Definir critérios mais justos para distribuição dos recursos do fundo de cultura estadual;

Criar e recuperar espaços culturais para atender todas as áreas culturais.

Baixo Sul

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Dança

Investir na aquisição de materiais específicos para as diversas modalidades de dança praticadas pelos grupos vinculados a projetos sociais.

Implementar curso técnico profissionalizante em dança tendo como ponto de apoio em todo o território o Centro de Cultura de Valença.

Descentralizar o curso de dança da FUNCEB.

Incluir a dança como disciplina extracurricular nas escolas públicas. Nos concursos públicos para as escolas estaduais incluir vagas para os profissionais das artes - dança, teatro, música, etc.

Música

Criar cursos profissionalizantes com instrumentos musicais alternativos para a área de percussão (tambores, latas, túneis, etc.);

Criar centros de apoio para realização dos trabalhos musicais;

Incluir aulas de música na grade curricular, oferecendo instrumentos musicais para os alunos.

Teatro

Criar espaços físicos para apresentações e implantar biblioteca específica de teatro;

Promover oficinas de elaboração de projetos e produção cultural;

Realizar cursos de capacitação em teatro, com carga horária de 200hs, visando a profissionalização e sindicalização dos profissionais da área.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Incentivar as práticas da cultura afro-descendente no território do Baixo Sul;

Capacitar agentes das tradições e da língua yorubá no território.

Culturas populares

Revitalizar as olarias, engenhos e casas de farinha;

Revitalizar grupos tradicionais da cultura do Baixo Sul;

Valorizar e capacitar mestres, produtores e agentes da cultura popular.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Realizar diagnósticos patrimoniais, culturais e materiais do território;

Criar, revitalizar e manter as filarmônicas e fanfarras;

Restaurar templos católicos construídos pelos jesuítas no Baixo Sul.

Educação patrimonial

Capacitar educadores e a comunidade geral (sindicatos, associações, terreiros, etc.).

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Levar as manifestações artísticas das diversas linguagens do território do Baixo Sul para a capital do Estado para um dia de apresentações em local com potencial turístico, a ser escolhido, e com apoio da mídia, especialmente da emissora TVE;

Promover encontros semestrais de todas as linguagens artísticas no território do baixo sul;

Promover encontro anual para receber, no território baixo sul, as manifestações culturais de outros territórios.

Formação cultural

Capacitar artesãos para a formação de cooperativas regionais para apoio à produção, distribuição e comercialização de produtos;

Capacitar conselheiros para poderem atuar nos conselhos municipais de cultura para o pleno exercício da sua função;

Capacitar gestores, agentes culturais e membros de associações e entidades culturais para elaboração e execução de projetos e para captação de recursos.

Planos de cultura

Criar planos municipais de cultura com gestão participativa;

Destinar percentual básico específico no orçamento municipal para apoio à cultura;

Criar fundo de desenvolvimento e manutenção da cultura, com gestão do conselho municipal de cultura, formado de maneira participativa, democrática e transparente.

Redes culturais

Elaborar uma cartilha de procedimentos que fomente o desenvolvimento de políticas públicas nos municípios - com decretos, portarias, leis que tratem das questões de fundos de cultura e outros tipos de recursos destinados para a cultura;

Identificar um agente cultural em cada comunidade, rural ou urbana, que será capacitado e remunerado para desenvolver a cultura na comunidade e fazer parte da rede cultural;

Criar centros culturais ou identificar e consolidar espaços, em cada comunidade rural e/ou urbana, que se tornem centros culturais da comunidade, aproveitando escolas nos fins de semana e outros espaços ociosos no município para serem transformados em centro de cultura.

Sistemas de cultura

Criar associações com fins culturais, recebendo apoio ou assessoramento técnico para a sua implantação, manutenção e continuidade;

Criar diretoria regional de cultura para gestão e distribuição dos recursos territoriais;

Apoiar a criação das secretarias municipais de cultura autônomas e dar autonomia as já existentes.

Chapada Diamantina

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Audiovisual

A partir dos telecentros, fomentar a produção de audiovisual e capacitar gestores e técnicos para a criação de uma TV comunitária.

Apoiar a formação de telecentros e meios de comunicação, oferecendo estruturas para a formação de centros culturais.

Cinema

Levar o cinema a todos os pontos isolados ou não dos municípios e desenvolver o gosto pelo mesmo, promovendo a inclusão sócio-digital;

Revitalizar os cinemas existentes e criar novas salas de exibição;

Criar salas de cinema, cineclube, cinema itinerante, cinema na escola.

Rádio pública/comunitária

Apoiar a secretaria estadual de cultura e as lideranças do território da Chapada Diamantina no acompanhamento dos processos junto ao Ministério das Comunicações;

Elaborar programas de incentivo e fomento para a implantação de rádios comunitárias;

Capacitar e qualificar profissionais para o trabalho nas rádios comunitárias.

TV pública/comunitária

Ter uma TV de baixa potência nas cidades da Chapada;

Ter uma TV na Chapada para mostrar as diferenças e culturas dos municípios.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Artes visuais

Criar centro de artesanato nos municípios da Chapada Diamantina para desenvolvimento da comunidade e renda familiar, trazendo capacitação e vendas dos produtos;

Promover eventos que divulguem a cultura dos municípios da Chapada Diamantina e fortalecer a antiga Feira dos Municípios, hoje festival do interior (divulgação e mobilização);

Criar concursos de artes, fotografias e poesias incentivando a comunidade com premiação de bolsas (da área), financeiro e material.

Circo

Formar multiplicadores de artes circenses mesclados com outras linguagens artísticas em áreas com pouco acesso a arte, cultura e lazer do território;

Realizar circuito das artes e da cultura regional, anualmente, dando visibilidade às expressões artísticas e às culturas populares do território;

Promover intercâmbio cultural com o circo do Capão para identificação de talentos e ampliações de artistas e monitores, no território.

Dança

Construir um espaço para formação, criação e prática de artes cênicas, funcionando como centro de referência municipal, disponibilizando espaço e estrutura para ensaios e apresentações (auditório) e equipe mínima de profissionais das artes corporais;

Incluir, no conteúdo programático das escolas públicas, pelo menos quatro disciplinas na área de artes (dança, teatro, artes plásticas, circense) a escolha dos alunos para incentivo às artes, estímulo a expressão cultural e ampliação do referencial pessoal;

Promover festival de artes cênicas anual em cada município, para exibição do resultado de trabalho de grupos amadores, escolas etc.

Literatura

Melhorar a capacitação dos professores de língua portuguesa, para que eles possam despertar nas crianças o gosto pela leitura;

Promover a publicação de obras literárias de escritores locais e apresentação dos repentistas, cordelistas e outras, incentivando a produção e valorização dos escritores;

Articular a entrega de projetos de edição de livro nos municípios do interior nas secretarias de cultura dos municípios, evitando o deslocamento dos autores até a capital.

Música

Capacitar profissionais na área musical, através de ações, tais como: oficinas, workshops, palestras, curso, etc.;

Introduzir a disciplina música nas escolas públicas dos territórios;

Fomentar a aquisição de instrumentos musicais para grupos culturais do território.

Teatro

Desenvolver o teatro de forma pedagógica. Utilizar a estrutura predial e institucional escolar para fomentar as práticas teatrais, com alocação de recursos no PDE para a área específica.

Desenvolver políticas alocando recursos para a capacitação de multiplicadores voltados para artistas do interior;

Construir centros culturais nos municípios, assegurando o investimento em pessoal capacitado, bem como recursos para a sua manutenção e o incentivo das expressões culturais.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Possibilitar a comercialização, em larga escala, de produtos da cultura afro-descendente, como culinária e artesanato - criação de cooperativas;

Promover o intercâmbio artístico cultural: festivais, encontros e bienais;

Promover o tombamento dos centros de Jarê localizados na área do parque nacional da Chapada Diamantina, por exemplo, do terreiro Palácio de Ogun e Caboclo Sete Serras nas Capivaras - município de Lençóis - impedindo o seu remanejamento do espaço original.

Culturas populares

Transformar em projeto de lei as propostas para revitalização das culturas populares.

Resgatar e registrar as manifestações populares existentes no território da Chapada Diamantina com o objetivo de não perder sua identidade. Inclusive, realizando o registro da memória "tradição oral";

Buscar incentivo financeiro para os grupos de culturas populares do território da chapada diamantina.

Festas e ritos

Assegurar a livre manifestação das culturas populares principalmente quando das festas públicas.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Restaurar os centros, sítios e monumentos históricos considerados relevantes a exemplo de: Lençóis, Mucugê, Igatú, Andaraí, Rio de Contas, Palmeiras, Cochó do Malheiro e Campestre, Gado Bravo em Seabra, Remédio, Chorado e Macaco, Ventura em Morro do Chapéu;

Fomentar e dar apoio técnico aos municípios do território para realização do cadastramento dos seus sítios e monumentos históricos e arqueológicos;

Formar mão-de-obra qualificada para atendimento das demandas de conservação de patrimônio arquitetônico e artístico e valorização dos detentores das técnicas tradicionais de construção: mestres, pedreiros, carpinteiro, marceneiro, pintor, ceramista, etc.

Educação patrimonial

Desenvolver programa de educação patrimonial para o território com implantação de grupos multiplicadores em cada município e projetos permanentes nas escolas.

Museus

Fortalecer museus, memoriais, arquivos e bibliotecas públicas existentes e criar novos museus e memoriais para as cidades do território que possuem acervos;

Criar de memorial afro-baiano da Chapada no Casarão do Barão do Gramogol em Palmeiras, único da Chapada com senzala.

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Arquivos

Mapear, registrar, preservar e difundir a memória de personalidades que contribuem e/ou contribuíram produzindo legados para a cultura do território da Chapada Diamantina;

Restaurar e digitalizar os acervos dos arquivos municipais permitindo a preservação e melhor difusão destes conteúdos.

Bibliotecas

Implantar e modernizar bibliotecas públicas e arquivos em todos os municípios do território, com pessoal capacitado, equipamento e instalações adequadas;

Implantar telecentros em todas as bibliotecas possibilitando o acesso a outras bibliotecas e acervos digitais.

Leitura

Formar agentes comunitários para dinamização dos pontos de leitura;

Implantar pontos de leitura em espaços de convívio comunitário como associações rurais, presídios, fábricas, comunidades quilombolas e indígenas.

Livro

Criar selos editoriais que possibilitem a publicação de obras literárias e históricas de autores locais, garantindo a inclusão dessas obras no currículo escolar;

Incluir no calendário anual dos municípios a realização de feira de livros e festivais literários.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Mapear, sob a responsabilidade da Secretaria de Cultura do Estado, todas as manifestações culturais e antropológicas do território;

Facilitar o acesso das instituições não governamentais do território aos programas de fomento da secretaria de cultura do estado.

Formação cultural

Incentivar a criação de cooperativas que trabalhem com a cultura do território.

Planos de Cultura

Investir na capacitação e profissionalização de pessoas que trabalham com cultura no território;

Criar programas de apoio e manutenção das filarmônicas e fanfarras do território;

Criar oficinas de arte e cultura no território sob responsabilidade da Secretaria de Cultura do Estado.

Redes culturais

Criar um calendário das manifestações culturais do território da Chapada Diamantina;

Aumentar a verba orçamentária dos programas Fazcultura e fundo de cultura do governo do Estado;

Criar conselho territorial de cultura para gerir recursos destinados ao território.

Sistemas de Cultura

Destinar obrigatoriamente uma porcentagem do recurso orçamentário dos municípios para a cultura;

Estimular a criação de fundos de cultura municipais geridos por um conselho territorial de cultura.

Extremo Sul

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Audiovisual

Formar mão-de-obra técnica (operadores);

Criar uma rede audiovisual do Extremo Sul;

Firmar parcerias com as escolas públicas no sentido de estimular a produção audiovisual e a formação de público.

TV Pública/Comunitária

Retransmitir a TVE para o Extremo Sul;

Criar rádios e TVs comunitárias.

CULTURAS DIGITAIS

Capacitar professores da rede pública na área de informática;

Implementar Portal digital territorial;

Implementar programa de inclusão digital nas escolas da rede pública.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Artes Visuais

Realizar a bienal de literatura no Extremo Sul;

Criar obrigatoriamente, em cada município, um espaço cultural para absorver toda a demanda artística e cultural, (incluindo uma biblioteca, mas não necessariamente a construção);

Realizar o salão de artes plásticas do Extremo Sul da Bahia (sugestão bienal).

Dança

Realizar conferência anual de dança, acompanhada de festival no território do Extremo Sul;

Capacitar os professores de artes da rede pública estadual;

Oferecer aos professores e/ou coreógrafos cursos de novas técnicas, na linguagem da dança.

Música

Promover aberturas nos veículos de comunicação da rede pública para que os artistas regionais divulguem o seu trabalho;

Criar centros de cultura em cada município, com gestão popular, a partir da criação de um conselho gestor do centro cultural;

Criar um portal cultural como fonte de informação a nível territorial.

Teatro

Capacitar os grupos de teatro existentes no Extremo Sul com oficinas de teatro (teoria e prática), formação de atores e diretores, na parte técnica e artística;

Promover a realização de um festival anual de teatro circulante para o território do Extremo Sul;

Recuperar e/ou criar um espaço físico em cada município para acolher os artistas dando-os suporte e apoio nas atividades artísticas.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Cumprir a lei n. 10.639/03, subsidiando o processo de implantação, criando conselhos de promoção da igualdade racial e apoiando a capacitação de educadores;

Inventariar as memórias do Extremo Sul, através de um programa de pesquisa, registro, resgate, afirmação e revitalização das manifestações culturais populares, tradicionais, festas, ritos, culinária, idiomas e dialetos, destacando o perfil identitário local;

Apoiar as instituições, que realizam trabalho com a cultura afro-descendente para que tenham acesso aos programas governamentais, incluindo as leis de incentivo, aumentando sua produção cultural e fortalecendo as redes existentes – Rede Bahia ao Extremo.

Culturas indígenas

Criar uma lei objetivando a implantação da história e cultura dos povos indígenas da Bahia com obrigatoriedade nas instituições de ensino, na perspectiva do reconhecimento e conhecimento dos saberes, práticas e valores;

Apoiar técnica e financeiramente as instituições indígenas, para que tenham acesso aos programas governamentais, incluindo as leis de incentivo, aumentando sua produção cultural e fortalecendo as redes existentes – Rede Bahia ao Extremo; Rede Turismo Cultural;

Apoiar o desenvolvimento do etnoturismo pataxó – roteiro das aldeias indígenas, pólo de turismo cultural e artesanato, contribuindo com o processo de afirmação e revitalização étnico-cultural da nação pataxó e fortalecendo a unidade da cultura desta etnia.

Culturas populares

Potencializar centros de cultura como áreas de criação e apoio de agentes mobilizadores e produtores culturais, valorizando e garantindo o acesso de grupos tradicionais, étnico-raciais e contemporâneos;

Inventariar as memórias do Extremo Sul, através de um programa de pesquisa, registro, resgate, afirmação e revitalização das manifestações culturais populares, tradicionais, festas, ritos, culinária, idiomas e dialetos, destacando o perfil identitário do local;

Apoiar técnica e financeiramente as comunidades e instituições que realizam trabalho com a cultura popular, na implantação e implementação de atividades culturais e recreativas em áreas de risco, com ênfase na diversidade étnico-racial.

Festas e ritos

Inventariar memórias do Extremo Sul, através de um programa de pesquisa, registro, resgate, afirmação e revitalização das manifestações culturais populares, tradicionais, festas, ritos, culinária, idiomas e dialetos, destacando o perfil identitário do local;

Elaborar e confeccionar o calendário anual do território do Extremo Sul, valorizando as festas tradicionais populares, folclóricas e religiosas, incluindo as de matrizes africanas e eventos culturais; com divulgação em campanha institucional;

Revitalizar as festas e os grupos afro-descendentes, indígenas e de culturas populares e religiosas (nagô, netos de Gandhi, marujada de são benedito, terno de reis, cordão de caboclos, escolas de samba, os marinheiros, negros e negras africanas, os rompe-mato, etc).

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Criar equipamentos culturais nos municípios, aldeias e quilombos do Extremo Sul;

Criar um calendário e roteiro cultural para o Extremo Sul;

Melhorar as políticas públicas estaduais e incentivar a criação de políticas públicas municipais de salvaguarda/proteção dos bens culturais.

Educação patrimonial

Criar facilitadores para implementação da lei n. 10.639 na grade curricular das escolas públicas, que obriga o ensino a incluir temas afro-brasileiros e diversidade;

Criar políticas para capacitar os educadores e líderes comunitários em educação patrimonial – patrimônio material e imaterial;

Criar um programa de restauração dos bens culturais incluindo cursos de capacitação de restauradores.

Museus

Criar museus em todos os municípios do Extremo Sul;

Disponibilizar recursos para levantar, adquirir e restaurar o acervo museológico dos municípios do território Extremo Sul com ênfase nas culturas afro-ameríndias;

Criar um programa de intercâmbio de acervo entre os museus.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Criar uma feira de cultura anual do Extremo Sul com as demonstrações das manifestações culturais e folclóricas de cada localidade, além de palestras e oficinas;

Promover a cooperação entre os municípios e o Estado para fortalecer a criação e a implementação de centros culturais;

Realizar encontro territorial anual para troca de experiências e integração com participação dos segmentos tais como grupos artísticos e culturais, comunidades indígenas, afro-descendentes, quilombolas e manifestações populares.

Formação cultural

Criar cursos técnicos e de graduação em belas artes e em gestão cultural nas universidades públicas estaduais e federais no território do Extremo Sul da Bahia;

Realizar cursos e oficinas itinerantes em diversas áreas culturais nos municípios do Extremo Sul da Bahia, formando núcleos em cidades estratégicas do território;

Realizar curso para formar gestores culturais tendo como exemplo o programa do SEBRAE, realizado na Costa do Descobrimento.

Planos de cultura

Promover encontros para traçar planos territoriais de cultura baseados nos planos municipais;

Resgatar a cultura local e a manutenção da identidade;

Criar secretarias, conselhos e fundos de cultura nos municípios.

Redes culturais

Atualizar o censo cultural periodicamente;

Criar uma rede virtual para troca de informações, conhecimentos e propagação das atividades culturais realizadas nos municípios do território do Extremo Sul;

Criar uma sub-diretoria da secretaria estadual de cultura no Extremo Sul com a finalidade de dar suporte aos gestores locais e a sociedade civil organizada.

Sistemas de cultura

Fortalecer o fórum de dirigentes municipais de cultura no território do Extremo Sul;

Reunir, a cada bimestre, os gestores de cultura do território, realizando rodízio entre os municípios. Os custos serão de responsabilidade de cada município;

Formular uma proposta para que o governo do Estado cobre aos municípios a criação de secretarias de cultura com conselhos e fundos respectivos.

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Cinema

Criar espaços com tecnologia avançada para projeção e produção de filmes e documentários, sendo o espaço fixo ou itinerante;

Financiar a aquisição de equipamentos audiovisuais;

Promover cursos para formação de profissionais na produção de roteiro e realizações de documentários da cultura regional.

Rádio pública/comunitária

Facilitar concessões para criação de rádios comunitárias nos municípios dos territórios que ainda não tem. Ex: América Dourada, Uibaí, etc.;

Investir na formação, através de cursos profissionalizantes, de locutores e técnicos da área;

Criar um fundo para viabilizar compras de equipamentos para a radiodifusão comunitária.

TV pública/comunitária

Incentivar a criação de TV comunitária para o território, com a produção local;

Investir na formação de técnicos na área específica;

Ampliar o sinal da TV educativa para todos os municípios dos territórios.

CULTURAS DIGITAIS

Criar um portal colaborativo para a divulgação da cultura do território com servidor de Internet e de radioweb próprio baseado em software livre;

Ampliar e disseminar o uso do software livre para sair da monopolização e da pirataria. Implantar Internet (velox) de forma gratuita nas escolas, nos centros de inclusão digital e centros de cultura do território de Irecê;

Criar e ampliar centros de cidadania digital (CCD) antigos infocentros, nas sedes e nos interiores dos municípios, e laboratórios de informática em software livre nas escolas, para desenvolver o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na educação.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Artes visuais

Promover cursos de capacitação de professores e interessados na área de artes, buscando desenvolver atividades culturais com os educandos;

Implantar cursos de formação acadêmica na área das artes buscando fortalecer as expressões artísticas do território, criando parcerias com as universidades atuantes;

Criar centros culturais para que os artistas locais possam expor trabalhos de forma permanente, sendo elas manifestações culturais e feira de artesanato.

Dança

Incluir, no currículo escolar do território, as danças populares e adequar os espaços físicos das escolas para aulas e apresentações;

Realizar levantamento histórico e estudar as danças que existem ou existiram no território, produzindo materiais para o acervo histórico, identificando assim as origens étnicas;

Criar cursos de formação na área de danças populares em parceria com universidades públicas para a formação de professores e da comunidade em geral.

Literatura

Realizar um concurso/festival anual de poesias no território. Esta proposta inclui emoldurar e expor os poemas vencedores em locais públicos e abertos.

Promover a instalação de uma gráfica ou a implantação de uma editora, para permanente publicação da produção literária do território;

Criar espaço permanente de exposição e comercialização de obras literárias produzidas no território.

Música

Incentivar o intercâmbio cultural, visando descobrir novos talentos, conhecer a produção musical do território, trocar experiências e fortalecer a produção e a identidade cultural do território

Mobilizar os artistas locais de destaque para serem identificados, saber quem são e o que produzem;

Tirar carteiras das ordens dos músicos, normatizar e legalizar a profissão, registrar produções musicais e incentivar a criação de associações municipais no território.

Teatro

Inserir no currículo escolar artes cênicas, em todos os municípios do território;

Construir centro cultural, em todos os municípios do território;

Promover cursos de formação para profissionais e oficinas itinerantes de teatro para a comunidade.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Proteger as terras quilombolas do território.

Realizar e publicar pesquisas no território para identificação, história e os saberes culturais das comunidades quilombolas;

Desenvolver projeto de formação política e de afirmação da identidade para professores e lideranças das comunidades quilombolas do território em parceria com as universidades públicas.

Culturas indígenas

Pesquisar, registrar e publicar dados referentes à descendência indígenas do território em questão – quais povos devam origem a esses municípios e qual a influência na cultura dessas localidades;

Criar uma lei que torne obrigatório o ensino dos conteúdos das culturas indígenas nas escolas do território.

Culturas populares

Fazer diagnóstico e criar bancos de dados das culturas populares do território de Irecê, com a finalidade de facilitar o acesso às informações;

Criar uma lei que torne obrigatório o ensino dos saberes populares e tradicionais no currículo das escolas do território;

Aumentar os recursos destinados às culturas populares, nos três níveis de governo, com verba carimbada e distribuída equitativamente; ou seja, criar dotação específica para essa modalidade cultural.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Revitalizar e preservar açudes históricos do território;

Realizar levantamento do patrimônio arqueológico, cultural, natural e tombamento de locais que estejam em posse de particulares do território.

Educação patrimonial

Implantar um curso para capacitação de jovens como guias culturais do território (aproveitar o vídeo existente no campus avançado da UEFS em Lençóis).

Implantar curso técnico para capacitação de pessoal para trabalhar na implementação e manutenção de museus no território;

Introduzir nos currículos escolares a história do território.

Museus

Construir museus para abrigar os achados arqueológicos, como também as relíquias que estão na posse dos moradores dos municípios do território.

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Arquivos

Fazer levantamento na sociedade para doação de objetos históricos e acervo documental;

Fazer levantamento de acervo documental e criar arquivos municipais no território de Irecê;

Incentivar a pesquisa de dados históricos e também projetos de elaboração de livros relatando a história do município, para o enriquecimento do acervo documental do mesmo.

Bibliotecas

Investir na ampliação de espaço e acervo das bibliotecas municipais nas cidades do território de Irecê que já possuem bibliotecas;

Criar e implementar bibliotecas ou salas de leitura, nas escolas da zona rural dos municípios do território de Irecê;

Criar e implementar bibliotecas com sede própria, devidamente projetadas e estruturadas, nos municípios que ainda não possuem.

Leitura

Adquirir material produzido por poetas e escritores locais;

Promover concurso literário com participação de poetas e escritores do território;

Criar uma bienal territorial aberta com calendário específico.

Livro

Incentivar a publicação dos livros e contos orais de poetas cordelistas territoriais;

Criar um dicionário do dialeto territorial;

Incluir contos, causos, cordéis, poesias, crônicas e mitos em currículos escolares publicados por autores territoriais.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Garantir a criação de uma comissão territorial permanente para a cultura, devendo ser respeitadas todas as suas decisões e seus saberes;

Buscar apoio do governo estadual, com base nas leis municipais que dispõem sobre incentivo fiscal para realização de projetos culturais, criando uma contrapartida para cada real investido pelos municípios na cultura;

Estabelecer parcerias entre o conselho territorial e empresas privadas e instituições de educação e cultura no âmbito estadual e federal para promoção de eventos culturais territoriais.

Formação cultural

Estimular a capacitação dos profissionais da cultura com verba do governo estadual.

Planos de cultura

Implantar pólo cultural territorial com ênfase na indústria criativa (música, artesanato, artes plásticas, cultura popular, fábrica de instrumentos musicais, entre outros);

Criar e manter um conselho territorial de cultura como um órgão consultivo junto ao governo do Estado.

Redes culturais

Estimular a criação de cooperativas de diferentes profissionais ligados à produção cultural;

Estimular a criação de fundações municipais de cultura em todas as cidades do território.

Sistemas de cultura

Estimular a criação de secretarias de cultura em todos os municípios do território;

Estimular a criação de centros de cultura, bem como a dinamização dos espaços culturais já existentes no território;

Criar fundos municipais de cultura em todos os municípios do território.

Itaparica

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Audiovisual

Criar um centro de formação profissional em audiovisual, em parceria com escolas, entidades, empresas, associações e ONGs, com os objetivos de qualificação profissional, bem como apoio a preservação e valorização às culturas locais;

Elaborar plano de formação em educomunicação para a convivência com o semi-árido, em espaços de educação formal e não-formal, que estimulem a produção de conteúdos interativos em mídias alternativas (fanzine, murais, produtos audiovisuais, vídeos, radio novelas, etc).

Cinema

Implantar cineclubes – sala de exibição e itinerante – nas cidades do território;

Criar pólo de cinema em Paulo Afonso com cursos de roteiro, direção, edição, cenografia, efeitos e figurino, incentivando o registro da cultura local e territorial, através de documentários e ficções.

Rádio pública/comunitária

Viabilizar a implantação das rádios comunitárias e/ou educativas nas cidades do território.

TV pública/comunitária

Implantar e/ou reativar o sinal da TVE-BA nos municípios do território de Itaparica.

CULTURAS DIGITAIS

Implantar infocentros e/ou núcleos de produção audiovisuais a serem geridos pelas comunidades nas áreas rurais e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, fundo de pasto, etc.).

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Artes visuais

Desenvolver cursos profissionalizantes na área de artes plásticas;

Promover o intercâmbio entre os artistas do território de Itaparica;

Realizar festival de artes no território de Itaparica.

Circo

Promover cursos profissionalizantes voltados para as artes circenses com a criação de uma escola na região.

Dança

Organizar cadastro dos artistas do território de Itaparica;

Promover o intercâmbio dos artistas do território de Itaparica.

Literatura

Produzir eventos voltados à literatura.

Música

Resgatar, incentivar e estruturar as bandas marciais e musicais das escolas estaduais;

Priorizar músicos locais, em todos os eventos do Município, Estado e Federação que acontecerem na região, contemplando na seleção a diversidade musical disponível;

Criar meios no Estado de produção e distribuição de discos independentes.

Teatro

Implantar cursos profissionalizantes de teatro e programas de capacitação permanentes;

Abrir e assegurar espaço de caráter público para apresentações teatrais, inclusive em bairros periféricos e área rural das cidades;

Criar programas de incentivo para o teatro estimulando a formação de grupos teatrais, fornecendo assistência necessária para a sua legalização e institucionalização para possibilitar participações em leis e editais de incentivo.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Realizar ações permanentes de valorização e conscientização por parte de toda a comunidade, voltadas para o dia nacional da consciência negra, com a inclusão desses conteúdos na grade curricular das escolas municipais;

Criar associações de identidade e manutenção dos direitos e da cultura afro;

Criar fórum permanente para identificação de novos quilombos e acompanhamento no processo de reconhecimento dos seus direitos.

Culturas indígenas

Criar fórum permanente territorial de valorização e reconhecimento da cultura indígena para tribos recém ou a serem identificadas;

Buscar financiamento dos entes federativos para a manutenção e resgate da cultura indígena;

Construir um centro cultural indígena em cada aldeia.

Culturas populares

Apoiar e incentivar, com recursos públicos, grupos de cultura popular existentes, com a realização de eventos, oficinas, construção de sede, bem como apoiar associações que realizam trabalhos culturais;

Apoiar a realização de vaquejadas, missas de vaqueiros, e pegadas de bois no mato;

Desenvolver e apoiar projetos de pesquisa e mapeamento da cultura popular tais como: pastoris, grupos quilombolas, penitentes, vaqueiros, banda de pífanos e danças.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Criar museus nas cidades do território para preservar a memória destas cidades, observando a dimensão populacional destas;

Elaborar um projeto para o reconhecimento, pela Unesco, do Raso da Catarina como patrimônio natural da humanidade;

Criar o memorial do rio São Francisco.

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Arquivos

Realizar campanhas para encontrar documentos históricos e solicitar a doação de cópias ou originais desses documentos para os arquivos municipais, se existirem, ou ao IGH do território (a ser criado);

Criar arquivos públicos municipais no território;

Recuperar a antiga câmara municipal de Paulo Afonso para instalação de um arquivo público, da academia de letras e do IGH do território.

Bibliotecas

Criar bibliotecas públicas nas cidades do território com capacidade para um amplo acervo;

Realizar campanhas para aumentar o acervo nas bibliotecas públicas dos municípios do território.

Livro

Criar um acervo com obras relacionadas ao rio São Francisco;

Incentivar a produção independente de livros;

Incentivar a literatura de cordel com a publicação de obras deste gênero.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Planos de cultura

Criar um departamento territorial mantido pelo Estado, tendo como sede uma cidade territorial;

Reformular a lei de incentivo à cultura (Fazcultura), suprimindo o artigo onde define que a empresa deve antes aprovar o projeto, para que, posteriormente seja aprovado pela secretaria de cultura.

Redes culturais

Criar consórcio para viabilizar e validar projetos e programas.

Itapetinga

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Rádio pública/comunitária

Implantar rádio pública territorial com alcance a todo território com abertura a participação produtiva de todos os municípios.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Artes visuais

Proporcionar cursos de capacitação para credenciar o artista para que possa ensinar a sua arte e valorizar o seu trabalho;

Construir uma oficina de arte para recuperação de adolescentes, envolvidos com drogas e comunidades carentes, equipados com todo material necessário, com remuneração para os instrutores;

Buscar verba destinada à compra de material utilizado pelos artesões e escultores, para que sejam realizadas exposições.

Dança

Criar uma semana cultural envolvendo grupos de dança, teatro, música e manifestações populares nos 14 municípios do território de Itapetinga, com encontros trimestrais;

Investir na capacitação continuada do profissional de dança que repassará o conhecimento adquirido;

Criar uma associação com aulas de dança em seus diversos estilos – ballet, axé, hip hop, dentre outros – abrangendo a uma população de baixa renda, nos municípios do território de Itapetinga.

Literatura

Criar núcleos administrativos territoriais de cultura como interlocutores entre agentes culturais dos territórios e secretaria estadual de cultura para garantir apoio aos artistas, independentemente das influências político-partidárias municipais;

Promover a presença de autores/obras/trabalhos literários nas escolas públicas e outros espaços, com o objetivo de formar leitores, inclusive com ações literárias itinerantes e realização de bienais do livro em âmbito territorial ou inter-territorial;

Incentivar a produção, divulgação e distribuição de obras literárias, inclusive subsidiando a produção na gráfica do Estado e possibilitando maior participação/acesso dos autores do interior aos diversos programas de patrocínio à literatura existentes.

Música

Promover oficinas de música para os estudantes da rede pública de ensino, assim como para os profissionais atuantes;

Implantação, nas escolas e espaços públicos, do projeto *Música para todos* (manifestações culturais musicais);

Criar uma escola pública municipal de música.

Teatro

Inserir a cultura na educação, com disciplinas monitoradas por artistas que tenham seus trabalhos reconhecidos e que sejam remunerados; partindo-se das aptidões de cada aluno, despertando no mesmo o interesse pela arte, objetivando que o próprio aluno seja um elemento transformador da sociedade;

Viabilizar projetos de circulação com técnicos para oficinas de teatro, música, dança, artes visuais, circo e cinema nos municípios;

Reduzir os altos investimentos que são realizados em festas juninas e no carnaval, eventos que não geram desenvolvimento. Concentrar na necessária descentralização da cultura, valorizando grupos culturais e a arte em geral, através da realização de oficinas de teatro, música, etc.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Realizar cursos, fóruns e palestras semestrais sobre a cultura afro;

Promover encontro regional da cultura afro (capoeira, dança afro, maculelê, puxada de rede e samba de roda);

Aplicar e fiscalizar a implantação da lei n. 10.639/03, que obriga o ensino da cultura afro nas escolas públicas e privadas.

Culturas populares

Incluir nos conteúdos das redes municipais de ensino, como instrumento de desenvolvimento lúdico-cultural: cantigas de roda, histórias infantis, reisado, história oral e outras vertentes folclóricas dos municípios do território, valorizando a oralidade;

Criar centros de cultura em cada município do território com estúdio público para a gravação e filmagem, com o objetivo de criar um acervo audiovisual com registros das manifestações folclóricas locais, com espaço de apresentação de atividades culturais;

Criar oficinas de artesanato em cada município do território, com incentivo financeiro permanente e apoio técnico.

Festas e ritos

Buscar incentivo financeiro concreto para os festivais de música, dança, artes, literatura, quadrilhas juninas, entre outras, nos municípios do território de Itapetinga;

Buscar incentivo financeiro concreto para a realização digna de festejos tradicionais dos municípios do território, a exemplo: Vaquejada de Potiraguá, o São João de Itapetinga e Itambé, da Micareta de Firmino Alves, São Pedro de Macarani, o Micarejão de Potiraguá, entre outros;

Criar um calendário territorial, contendo os festejos tradicionais dos municípios do território de Itapetinga, a exemplo das vaquejadas, dos ternos de reis, micaretas, festas religiosas, festas juninas, encontros de cultura afro, etc.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Resgatar e restaurar peças de valor cultural que devem ser destinadas ao museu;

Construir, imediatamente, um centro de cultura regional, que tenha instalações apropriadas para abrigar instituições culturais. Construir um espaço adequado para manifestações culturais, tais como: dança, capoeira, artes, artesanato, terno de reis.

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Bibliotecas

Capacitar bibliotecários. Revitalizar acervos (atualizados). Adquirir novas edições. Promover programas de incentivo à leitura.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Realizar eventos dentro de um calendário periódico e rotativo, em todas as localidades (municípios do território), visando a integração dos diversos agentes culturais (gestores, produtores, artistas) em espaços como fóruns deliberativos, feiras culturais;

Integrar diversos segmentos do meio artístico-cultural em torno de cooperativas e associações locais, as quais deverão dialogar em instância territorial, a fim de trocar experiências, informações e fortalecer a organização do território de identidade.

Formação cultural

Dinamizar e valorizar o ensino das diversas linguagens artísticas nas escolas, privilegiando, na grade curricular, o ensino transversal dessas disciplinas, como instrumento facilitador do aprendizado do conteúdo das demais, abrindo aqueles espaços aos fins-de-semana;

Realizar cursos periódicos, em parceria do poder público e organizações sociais, para capacitação e reciclagem de gestores culturais;

Criar cursos profissionalizantes em diversos ofícios artísticos, a fim de lapidar talentos e viabilizar a sobrevivência pela própria arte, tanto de professores quanto de alunos, se utilizando das instituições de ensino, pesquisa e extensão sediadas no território.

Planos de cultura

"Contemplar" a cultura como aspecto de viabilidade econômica para o município e, por conseguinte, de inclusão social, além de seu caráter integrador do território (por exemplo, pensá-la conjuntamente com o turismo);

Integrar todos os departamentos e núcleos institucionais (secretarias municipais e outros órgãos) em torno de um plano de cultura abrangente e interdisciplinar, articulado conjuntamente entre poder público, iniciativa privada e organizações sociais;

Canalizar recursos mediante projetos na área cultural ligados à economia solidária, dentre outros que possibilitem ao mesmo tempo geração de emprego e renda e produção cultural ativa e diversificada, dinamizando a ocorrência de entretenimento cultural.

Redes culturais

Criar rede de comunicação e democratização das informações, a partir das ferramentas tecnológicas digitais ou não (internet, rádio e TV), em nível territorial, isto é, com abrangência em todo território de identidade cultural.

Sistemas de cultura

Criar um fundo municipal de cultura, visando apoiar e fomentar o setor;

Criar secretarias municipais de cultura e, se preciso, fundações e autarquias, dentre outros órgãos que venham a contribuir com o desenvolvimento da cultura, dentro de uma ótica sistêmica;

Criar, ativar e fortalecer os conselhos municipais de cultura, tornando isso uma exigência obrigatória para que o município venha a se inserir no sistema estadual de cultura.

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Audiovisual

Financiar vídeos documentários culturais e históricos sobre as questões do território;

Criar uma produtora de audiovisual no território, que atue a serviço das produções culturais (produtora de vídeo cultural), tendo como objetivo também ministrar oficinas de criação e produção de vídeo.

Cinema

Descentralizar os festivais de vídeo e cinema da capital para o interior;

Criar cineclubes populares – pequenas salas de exibição com projetores multimídia –, em cada município do território, incluindo territórios quilombolas, indígenas e assentamentos.

Rádio pública/comunitária

Criar editais através do fundo de cultura para as associações adquirirem equipamentos para as montagens de rádios comunitárias e capacitação de pessoal;

Popularizar o acesso à informação dos processos para a criação de rádios comunitárias.

CULTURAS DIGITAIS

Criar Pontos de cultura em todas as cidades do território Litoral Sul. Capacitar pessoas da área de cultura para a produção de projetos culturais a serem apresentados nos editais da secretaria.

Criar um portal cultural para o território Litoral Sul, aberto a todos os artistas e produtores de cultura, onde todos possam incluir seus materiais, servindo para divulgação, interação, integração e intercâmbio artísticos;

Criar cursos de inclusão digital para a comunidade cultural.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Artes Visuais

Divulgar e capacitar sobre as formas de utilização dos recursos públicos na área da cultura. Assegurar reserva de verbas para as artes plásticas e a manutenção de professores;

Promover cursos técnicos e de graduação em artes plásticas nos municípios e universidades, a exemplo da UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz (Ilhéus – Itabuna);

Construir centros culturais estruturados nos municípios.

Dança

Construir espaços culturais nos municípios do território para espetáculos de dança;

Custear o registro dos grupos de dança existentes nos municípios do território;

Criar cursos para a dança, bem como, de danças afro-descendentes que levem em conta a história afro.

Música

Implantar aulas de música nas escolas estaduais;

Criar, nos centros de cultura, um programa de incentivo à música com: oficinas, aulas técnicas de teoria, prática de canto e instrumental, e fabricação de instrumentos;

Apoiar e incentivar mais as culturas populares na área da música: folclóricas, populares e tradicionais.

Teatro

Criar, reformar e manter espaços para apresentações de espetáculos teatrais;

Criar e divulgar editais de teatro específicos para o território, que contemplem montagem e circulação dos espetáculos;

Criar cursos técnicos e de graduação em artes cênicas nos municípios e na UESC.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Produzir material audiovisual, literatura (etc.) possibilitando um enfoque mais regionalizado da cultura afro no Litoral Sul;

Identificar e valorizar os grupos artísticos afro-descendentes como: hip hop, reggae, samba-de-roda e outros do gênero como forma de expressão;

Capacitar os professores educadores populares aptos para trabalharem com a cultura afro-brasileira.

Culturas indígenas

Incentivar e promover o intercâmbio cultural entre manifestações das várias etnias existentes no território do Litoral Sul;

Identificar, no território Litoral Sul, grupos indígenas como espaços de cultura;

Mapear e registrar a cultura indígena no Litoral Sul.

Culturas populares

Criar cursos de capacitação para que a própria comunidade tenha acesso às verbas e projetos que auxiliam no registro da memória;

Identificar os focos de resistência da cultura popular nas áreas periféricas e campo dos municípios do Litoral Sul;

Resgatar, reconstruir a identidade cultural popular do território Litoral Sul.

Festas e ritos

Criar um calendário anual de festas e manifestações populares no território do litoral sul e que o apoio para a divulgação seja amplo.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Restaurar e tomba os bens culturais dos municípios do território como casarões, praças, ruas e coretos;

Instalar equipamentos culturais sob a responsabilidade do poder municipal, estadual e federal para proporcionar apresentações teatrais, convenções, etc.(espaço multifuncional);

Educação patrimonial

Preservar o patrimônio arquitetônico de expressões históricas como forma de perpetua o bem material;

Propor ações efetivas públicas no sentido de celebrar convênios para implementar cursos de capacitação e preservação patrimonial.

Museus

Construir um museu em cada município do território para preservação da história local, devendo o museu conter local tecnicamente adequado para instalar o arquivo público municipal.

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Arquivos

Criar um espaço de arquivos e memória para a produção do território.

Bibliotecas

Construir uma rede de bibliotecas com equipamentos - como projetor multimídia, computador, arquivo, móveis - formação de pessoal e acervos atualizados.

Livro

Criar fundos específicos para custear projetos lítero-culturais.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Estimular e fortalecer o intercâmbio cultural entre os municípios com apoio técnico e financeiro dos governos federal, estadual e municipal.

Formação cultural

Desenvolver programas permanentes de formação de gestores culturais e artistas nas diversas linguagens e expressões - de oficinas a cursos de graduação e especialização;
Garantir financiamento para a formação artística e cultural;

Formar e atualizar educadores culturais.

Planos de cultura

Criar um consórcio de dirigentes culturais do território, visando a captação de verbas para projetos coletivos.

Redes culturais

Incentivar a realização de censo cultural em cada município e a sua atualização permanente;

Criar portal cultural gerenciado pelo consórcio de dirigentes municipais do Litoral Sul.

Sistemas de cultura

Incentivar a criação de planos de cultura, conselhos e fundo cultural nos municípios, através de lei e com participação da comunidade;

Constituir um departamento de assessoria técnico-jurídica de arte e cultura permanente no território.

Médio Rio de Contas

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Artes visuais

Criar centros culturais nos municípios do Médio Rio de Contas;

Criar uma política de formação de público;

Criar cursos técnicos em artes visuais.

Dança

Incentivar a dança, através de oficinas nos municípios do território do Médio Rio de Contas;

Promover projetos onde as atividades da dança sejam diversificadas nos ritmos e possam transmitir os valores culturais oferecidos pela dança.

Música

Requerer que o governo tenha uma visão mais direcionada para as bandas e fanfarras da região, por serem ainda minoria e dependentes de recursos para manter esse sonho vivo e atuante. Fanfarras são cultura, escola, casa e muito mais.

Incluir o curso de música na UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no campus de Jequié, pois o único curso de música na Bahia é em Salvador. Jequié caracteriza-se como uma cidade pólo da região, o que beneficiaria diversos municípios;

Incentivar a criação de uma associação dos músicos do território Médio Rio de Contas para unir a classe dos músicos para debater e criar projetos que contribuam para o fortalecimento da divulgação de cada artista.

Teatro

Propor o incentivo à formação continuada para interessados em artes cênicas, através de cursos, oficinas, workshops, vídeo conferência e outros, promovidos pela Fundação Cultural do Estado da Bahia, Universidades Estaduais e outras organizações;

Realizar um festival de teatro territorial, anual e itinerante;

Incentivar e fomentar a criação de fóruns municipais e territorial de teatro.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Tombar os grupos de capoeira, os terreiros da religião africana e afro-brasileira, como patrimônio imaterial da humanidade;

Efetivar e ampliar o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no ensino básico e reservar vagas no ensino superior para a população afro-descendente e quilombos.

Criar um centro cultural de valorização, referência e resgate da religião, história e cultura africana e afro-brasileira.

Culturas populares

Registrar a memória coletiva dos saberes e fazeres populares de cada município do território, sua publicação e divulgação através de meios impressos e eletrônicos;

Realizar parcerias entre as diversas esferas governamentais (Federal, Estadual e Municipal) e a iniciativa privada no sentido de garantir a manutenção de grupos na cultura popular;

Promover oficinas culturais itinerantes de transmissão dos saberes e fazeres populares.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Resgatar a cultura popular, incluindo acervo literário;

Capacitar e promover a sustentabilidade dos grupos e associações culturais;

Criar e implementar casas de cultura e centros culturais.

Museus

Disponibilizar recursos destinados à apresentação do acervo e restauração de peças e objetos de arte do território.

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Bibliotecas

Criar e implementar bibliotecas em todo o território do Médio Rio de Contas;

Disponibilizar historiadores para pesquisa da história dos municípios do território;

Capacitar profissionais para atuarem na biblioteca.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Planos de cultura

Estabelecer, no plano estadual, a realização de encontros anuais, buscando as discussões culturais através da coordenação do território do Médio Rio de Contas.

Sistemas de cultura

Criar Secretarias Municipais de Cultura, assim como os seus conselhos e fundos municipais, fomentados pelo Governo do Estado, através de sua Secretaria de Cultura;

Sugerir que os Governos Estadual e Federal estabeleçam mecanismos de liberação de recursos apenas para os municípios que implantarem suas secretarias de cultura bem como seus conselhos e fundos municipais.

Oeste Baiano

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Audiovisual

Realizar oficinas com professores da área para incentivo à produção audiovisual no território do Oeste Baiano;

Adquirir materiais e equipamentos para a produção audiovisual;

Implantar um centro de produção e edição áudio-visual.

Cinema

Criar um cinema itinerante para as cidades do território;

Criar salas de cinema nos municípios do Oeste Baiano;

Incentivar a produção de filmes regionais.

Rádio pública/comunitária

Realizar cursos de formação de locutores;

Buscar assessoria técnica da secretaria de cultura para a criação de rádios comunitárias.

TV pública/comunitária

Buscar abertura da grade de programação da TV educativa para programas da cultura regional;

Ampliar o sinal da TVE;

Possibilitar o acesso a outros canais de TV.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Circo

Criar oficinas de capacitação e valorização dos profissionais da arte circense em parceria com os Governos Federal, Estadual e Municipal;

Ampliar espaços para difundir a arte circense garantindo o máximo de segurança para o aluno e profissionais da área;

Criar políticas de incentivo a cultura da arte circense, estimulando no aluno o gosto pela cultura desta arte, promovendo o senso de responsabilidade, instrumentalizando a escola e os segmentos sociais para a valorização dessa cultura.

Dança

Criar oficinas de dança para a valorização e aperfeiçoamento dos profissionais envolvidos na área;

Promover festivais de dança para que haja intercâmbio entre os municípios, ampliando a diversidade de experiências culturais na área de dança em parceria com os Governos Federal, Estadual e Municipal, através da criação de pontos de cultura;

Criar projetos sócio-culturais que despertem o gosto pela dança nas escolas, levando o alunado a valorização da diversidade cultural.

Literatura

Criar centro de difusão radiofônica da literatura (audioteca);

Criar uma cartilha contendo as lendas da região oeste;

Promover curso de educação estética literária para professores de educação básica.

Música

Criar no território um curso de nível superior de música, em parceria com a Ufba – Universidade Federal da Bahia;

Incentivar e realizar um festival de música inserido no calendário baiano, a exemplo de outros festivais: Festival de Lençóis, Festival de Cinema em Gramado no Rio Grande do Sul. Promover intercâmbios culturais, como sugestão: Festival da Primavera do Oeste Baiano.

Criar centros culturais (casa da cultura) "estatal" para cursos e apresentações artísticas com estrutura física e de pessoal-maestros, instrutores, técnicos e multiplicadores.

Teatro

Incentivar e apoiar financeiramente a realização de projetos teatrais nos municípios da região oeste da Bahia;

Construir adequadamente e equipar espaços físicos para teatro: sala de apresentação, salas de ensaios, salas de dança, teatro e coro;

Capacitar os artistas locais com o intuito de serem multiplicadores para desenvolver um trabalho específico com os jovens em parceria com secretarias de educação e cultura, com o objetivo de inserir os jovens no mercado de trabalho bem como despertar o interesse.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Descobrir e registrar as comunidades quilombolas do território Oeste Baiano.

Culturas indígenas

Resgatar a cultura indígena dos quais habitaram a região tais como: Aimorés, Xerém, Mocoazes e Tapuias.

Culturas populares

Criar uma casa cultural em todos os municípios para a valorização das culturas populares do território Oeste Baiano;

Buscar apoio financeiro as manifestações culturais tais como: capoeira, dança, teatro e outras expressões culturais do território Oeste Baiano;

Formar agentes sociais para o gerenciamento de recursos para a cultura popular.

Festas e ritos

Criar oportunidades de valorização das figuras folclóricas de cada município do território Oeste Baiano.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Construir casas de cultura nos municípios do Oeste Baiano;

Utilizar prédios históricos como espaços culturais;

Tombar e restaurar patrimônios históricos.

Museus

Construir museus nos municípios do Oeste;

Restaurar e manter espaços para sediar museus;

Incentivar a pesquisa para o resgate de peças para museus.

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Arquivos

Implantar e manter arquivos históricos municipais;

Buscar qualificação técnica para arquivistas;

Incentivar a pesquisa na área de arquivos.

Bibliotecas

Divulgar a literatura através de bibliotecas itinerantes;

Revitalizar e ampliar as bibliotecas dos municípios do Oeste Baiano, com informatização e compra de acervo da literatura regional;

Construir bibliotecas nos municípios do Oeste Baiano e aquisição de acervo.

Leitura

Criar o agente comunitário de leitura.

Livro

Buscar subsídios para a produção de livros visando à diminuição de seu custo;

Distribuir gratuitamente livros para comunidades carentes;

Conseguir apoio para edição, impressão e distribuição de livros.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Organizar grupos sociais para controle da elaboração de políticas públicas e aplicação de verbas destinadas à cultura;

Adaptar ônibus e caminhão itinerante de cultura para levar cursos e oficinas aos diversos municípios deste e dos demais territórios;

Criar e manter um banco de dados de cultura com distribuição obrigatória através dos diversos meios (DVD, CD, digital e imprensa).

Formação cultural

Realizar campanha de conscientização de massa, tornando obrigatória a sua veiculação em todos os meios de comunicação, com ênfase em: *cultura é o quê? Onde está a cultura do meu município?*;

Criar e assegurar em legislação o reconhecimento dos mestres populares como educadores de arte nas escolas de ensino público (Municipal e Estadual).

Promover cursos de capacitação para conselheiros, mobilizadores e delegados culturais.

Planos de cultura

Realizar pré-encontro com os grupos específicos de expressões artísticas para proposições ao plano cultural de cada município;

Elaborar e executar planos de cultura nos municípios com participação do poder público e da sociedade civil organizada, de forma paritária;

Alterar a denominação do Fórum de Dirigentes Municipais para Fórum de Dirigentes Municipais e Organizações Cívicas de Cultura, com alteração na representatividade: 3 representantes dos dirigentes municipais e 3 representantes da organização civil de cada território.

Redes culturais

Criar sites municipais para a divulgação da cultura;

Realizar festivais municipais de cultura com a culminância anual no *Festival Territorial de Cultura*;

Criar agenda territorial de cultura.

Sistemas de cultura

Destinar verbas para aquisição de espaços físicos, restauração, ampliação e equipamentos para instituições de cultura não contempladas pelos centros culturais;

Criar conselhos municipais de cultura e respectivos fundos municipais de cultura concomitante, com presidência reservada a representante da sociedade civil;

Construir e implantar centros culturais nos municípios do território Oeste Baiano e de um teatro em Barreiras.

Piemonte da Diamantina

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Audiovisual

Realizar intercâmbio cultural para divulgar a produção local;

Buscar incentivo fiscal e financiamento para a compra de equipamentos de audiovisual e radiodifusão.

Cinema

Criar um fundo municipal de apoio à cultura audiovisual incentivando a produção e exibição local de cinema e vídeo;

Buscar financiamento para projetos de filme de curta metragem e documentários;

Incentivar a criação de cineclubes.

Rádio pública/comunitária

Criar um programa de formação e capacitação contínua de comunicadores;

Legalizar e fomentar a criação e reabrir rádios comunitárias em bairros, pequenas cidades e povoados do território;

Definir parcela específica do fundo de cultura para a manutenção das rádios comunitárias do território.

TV pública/comunitária

Liberar a criação e desenvolvimento da TV local para expor e discutir problemas sócio-econômicos relacionados à região do Piemonte.

CULTURAS DIGITAIS

Implantar um sistema *on-line* do território para divulgação dos eventos culturais dos municípios envolvidos.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Dança

Implantar cursos de dança e teatro na Universidade do Estado da Bahia (Uneb) no campus IV;

Trabalhar com crianças carentes: escolas, comunidades, zonas rurais e municípios. Que a criança tenha oportunidade de expressão cultural e a aceitação de sua classe. Ver quais são os espaços existentes. Ter uma ajuda de custo e material específico para crianças.

Literatura

Implantar uma gráfica para editoração dos trabalhos dos artistas populares sediada em Jacobina para toda região - 10% da tiragem impressa deve ser destinada para escolas públicas;

Implantar oficinas de poesia para crianças e jovens carentes, nas cidades do território;

Disponibilizar uma unidade móvel equipada com prateleiras, serviço de alto-falante, pra divulgação e comercialização dos trabalhos literários e demais expressões artísticas "literaturas itinerantes" para o território".

Música

Fortalecer as escolas de música das filarmônicas e fanfarras existentes e criar novas escolas na região;

Implantar conservatório de música com sede em Jacobina com extensão para todo o território;

Viabilizar recursos para os projetos de autores, compositores, músicos e interpretes para gravação de CDs do território.

Teatro

Apoiar os grupos teatrais já existentes nas montagens de espetáculos com o objetivo de organizar festivais envolvendo não só o território, mas possibilitando intercâmbios;

Construir um teatro que satisfaça todo o território do Piemonte da Diamantina, fortalecendo não só a arte do teatro em si, mas sim abranger todas as artes no geral;

Implantar oficinas para formação artística de profissionais na área de artes cênicas tendo características de atrair recursos financeiros e humanos e formar novos artistas neste setor de artes colaborando para criar agentes multiplicadores.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Criar uma entidade de apoio às culturas afro-brasileiras voltadas as comunidades afro-descendentes de quilombos no território de Piemonte da Diamantina;

Culturas indígenas

Fazer um diagnóstico das culturas populares – culturas indígenas – quilombolas já conhecidas no território Piemonte da Diamantina e resgatar as que deixaram de existir (censo cultural).

Culturas populares

Buscar incentivo financeiro para a implementação, em todos os municípios, de projetos de valorização das culturas locais, objetivando eternizá-las para as novas gerações e divulgá-las no âmbito regional, estadual e nacional;

Ampliar o Projeto Baú da Leitura (pet moc) para todo o território da região Piemonte, focando principalmente a implantação do mesmo na escola regular;

Criar um centro de amostra das manifestações culturais do território do Piemonte, com realização de uma feira específica para comercialização da produção da cultura regional.

Festas e ritos

Criar e divulgar um calendário cultural territorial das festas e ritos populares.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Tombar e reformar a igreja de São Miguel das Figuras, marco divisório dos municípios: Jacobina, Caém, Mirangaba e Saúde;

Criar um centro de cultura;

Realizar oficinas permanentes na área de artesanato, artes cênicas e música.

Educação patrimonial

Criar e capacitar pessoal para gerir o centro de cultura.

Museus

Capacitar pessoal para gerir o museu;

Canalizar um meio de criação de um museu itinerante a partir da abertura do museu;

Criar o museu territorial.

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Arquivos

Implantar arquivos públicos municipais, cujos objetivos incluam desde a produção e incentivo à memória e à pesquisa das histórias locais e regional, até a tomada de consciência da população e valorização das diferentes identidades.;

Incentivar a preservação das memórias – documental e patrimonial – locais e regional a partir de coletas e digitalizações de documentos judiciais, legislativos e particulares, gravações de vídeos e fitas cassetes das memórias e histórias dos mais velhos;

Formar grupos de pesquisas da história regional. Incentivar, a partir de convênios entre estado, municípios e Uneb (campus IV), a formação de grupos de pesquisas sobre a história local e regional, possibilitando as (re)construções da identidade territorial.

Bibliotecas

Criar salas de leituras nas associações;

Implantar biblioteca móvel para incentivar a juventude nos bairros e povoados distantes;

Implantar bibliotecas nos municípios que não tem.

Leitura

Criar um grupo permanente de leitura dramática, priorizando os escritores locais de todo território do Piemonte da Diamantina;

Criar saraus de poesia para crianças em centros culturais, praças, escolas e etc.;

Criar oficinas permanentes de contação de histórias, permitindo que as pessoas mais velhas convivam com contadores mais jovens, privilegiando os contos regionais e promovendo cursos de formação de contadores para que as pessoas da comunidade desenvolvam essa aptidão.

Livro

Incentivar pequenos escritores a escreverem livros, recebendo subsídios para lançamentos. Esta é a proposta de se produzir escritores, principalmente para o registro da história do seu município.

Oferecer espaço e subsídios para divulgação e venda das obras literárias, no caso: bienal territorial.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Formação cultural

Promover via território capacitações temáticas, de acordo com cada área de interesse. Preparar as pessoas das cidades pertencentes ao território para desenvolver suas funções, em suas devidas áreas.

Planos de cultura

Instituir a semana cultural em cada município, considerando que os aniversários das cidades devem ser uma data onde a memória histórica do seu povo torna-se marco das tradições e valores, que deverá ser comemorada nas mais diversas expressões artísticas;

Apoiar a divulgação das atividades culturais dos municípios do território, através da secretaria estadual da cultura;

Identificar e catalogar os mais diversos segmentos culturais do território.

Redes culturais

Criar e fortalecer rede territorial de cultura, visando o intercâmbio de experiências, com investimento público (municipal, estadual e federal);

Implantar um programa de formação de agentes culturais nos territórios de identidade, identificando e valorizando as iniciativas culturais locais e territoriais;

Realizar o intercâmbio entre as cidades do território assim como entre os territórios, para promover e explorar todo o marketing cultural e turístico de cada cidade e evidentemente do território como um todo.

Sistemas de cultura

Estabelecer um percentual de 5% da arrecadação mensal do município, que deve ser obrigatoriamente repassado para o fundo de cultura municipal;

Criar conselhos municipais de cultura que sejam paritários (sociedade civil e poder público) e que tenham representação da zona urbana e da zona rural, com ênfase em cultura popular;

Criar mecanismos no sentido de facilitar o acesso dos artistas e gestores culturais aos seus direitos profissionais.

Piemonte do Paraguaçu

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Audiovisual

Formar produtores do território para o setor de audiovisual em cinema, TV comunitária e infocentros;

Criar estúdio de gravação e produção cultural e territorial com parceria público privado;

Viabilizar, junto aos governos estadual e federal, a construção de um centro cultural, para atendimento à região, contendo: galerias de arte, fotografia, cinematografias, anfiteatro, cultural oral e etc.

Cinema

Aquisição de filmes pelo poder público estadual e federal para cinema itinerante no território abrangendo a zona urbana e rural;

Criar uma mostra permanente de cinema regional para formação de novas platéias e divulgação da produção territorial.

Rádio Pública/Comunitária

Propor mudança na lei n. 9.612/98 para permitir transmissão em rede das rádios comunitárias;

Elaborar projeto de lei para aumento de potência das rádios comunitárias.

TV pública/comunitária

Liberar os transmissores da TVE para o território com abertura para produção regional.

CULTURAS DIGITAIS

Implantar infocentros, com monitores capacitados, considerando-os como centros de produção cultural em todo território;

Ampliar a abrangência de sinal da TVE para todos os municípios do Estado, implantando antenas retransmissoras e melhorando o equipamento já existente.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Artes visuais

Criar um centro para exposição, comercialização e oficinas de capacitação na área;

Realizar anualmente um festival de cultura territorial itinerante.

Circo

Criar projetos de capacitação periódica de arte circense, com um espaço específico na cidade pólo, reunindo artistas de todos os municípios do território.

Dança

Efetivar um núcleo profissionalizante móvel setorial de dança, que promova seminários mensais com o intuito da multiculturalização do currículo;

Criar uma estrutura física de especialidade da dança com disseminação regional/setorial que funcione de modo a promover oficinas e mini-cursos, fomentando a educação e o lazer a massa populacional;

Realizar um festival estudantil regional de dança para estimular o pré-âmbito e o pós-âmbito escolar a uma supervalorização e reestruturação do objetivo conceito da cultura dançada.

Literatura

Realizar mostra literária territorial e regional itinerante;

Publicar uma coletânea de cordel envolvendo participantes de municípios do território, sendo estes selecionados pelos mesmos;

Capacitar escritores para serem multiplicadores e ministrarem eventos nos municípios do território, devendo ser este um processo permanente e contínuo.

Música

Promover um festival de música com artistas regionais para incentivar a produção musical a partir de um calendário anual (copa);

Criar escola de música para filarmônicas, fanfarras e corais com capacitação e formação para os regentes;

Manter e adquirir instrumentos e materiais para instituições musicais.

Teatro

Organizar uma mostra de artes cênicas itinerante;

Implantar, no território Piemonte Paraguaçu, cursos de extensão profissionalizante nas artes cênicas em parceria com as universidades estadual e federal;

Incentivar intercâmbio cultural com oficinas de curso de teatro.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Fomentar projetos governamentais para a realização de seminários, fóruns, conferências, simpósios, etc., que tenham como público alvo educadores e a comunidade em geral, visando à desconstrução da intolerância religiosa, através da valorização da diversidade;

Implantar disciplina optativa sobre as relações afro-descendentes, nas escolas públicas e particulares, como projetos de capoeira e outras manifestações, resgatando a cultura afro em geral, com base na lei n. 10.639.

Assegurar a inclusão cultural, através da criação de projetos, de oficinas culturais descentralizadas, com base na lei n. 10.639.

Culturas indígenas

Projeto de incentivo ao trabalho nas escolas das culturas indígenas como matriz cultural presente em nossa cultura territorial e estadual

Culturas populares

Criar festival regional, anual e itinerante de culturas populares, incluindo, simultaneamente uma feira artesanal;

Resgatar, nos territórios, festas e folguedos populares, tais como: reisado, cortejo de baianas, bumba meu boi, lamentação das almas, São João, vaquejadas, cavalgadas, etc.;

Criar um calendário e sites culturais que possam abranger todas as manifestações dos municípios territoriais.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Promover a restauração e a revitalização dos monumentos existentes nos municípios do território, através de projetos com parceria públicas e privadas;

Buscar, junto ao governo estadual uma equipe com pesquisadores – paleontólogos , arqueólogos , geólogos e museólogos, arquitetos e historiadores – de órgãos competentes a fim de que os bens naturais como grutas, sítios paleontológicos, fósseis, pinturas rupestres, entre outros, sejam preservados.

Museus

Incentivar a criação de museus nos municípios do território.

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Arquivos

Criar arquivos públicos municipais, restaurar e digitalizar os acervos;

Recolher documentos de famílias, personalidades e cidadãos que tiveram atuação de destaque na história.

Bibliotecas

Implantar telecentros nas bibliotecas para possibilitar o acesso a outras bibliotecas e também à acervos digitais;

Criar bibliotecas, inclusive biblioteca móvel; treinar pessoal e informatizar;

Dotar as bibliotecas de acervos digitais: cdteca, videoteca, mapoteca, discos etc.

Leitura

Incentivar a leitura através da capacitação de agentes comunitários para dinamizar os pontos de leitura;

Implantar pontos de leitura em zonas urbanas, rurais, comunidades quilombolas e indígenas.

Livro

Criar feira de livros e festivais literários em nível regional;

Buscar incentivo fiscal ou financiamento público para publicação de literatura.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Estimular a criação de cooperativas para trabalhadores na área de cultura nas suas diversas linguagens;

Estabelecer um convênio com o canal público de TV do Estado (TVE) para divulgar as manifestações culturais do território.

Formação cultural

Criar oficinas de projetos culturais nos municípios do território;

Criar um prêmio territorial de cultura promovido pelo próprio território.

Planos de cultura

Elaborar um calendário cultural do território, com divulgação na Internet e na TVE;

Criar centro de cultura territorial para divulgação das artes nas suas diversas linguagens;

Aperfeiçoar a legislação já existente (Fazcultura) de incentivo a empresas privadas que queiram patrocinar projetos culturais no território.

Redes culturais

Criar uma gerência territorial para auxiliar na viabilização de projetos culturais;

Criar um fórum permanente de cultura territorial.

Sistemas de cultura

Estimular a criação de secretarias de cultura em todos os municípios do território;

Criar fundos municipais de cultura;

Criar um conselho territorial de cultura.

Piemonte Norte do Itapicuru

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

TV pública/comunitária

Implantar programa de capacitação para profissionais na área de rádio e TV;

Criar TV pública/comunitária onde o território ou bairro tenha seu espaço garantido para divulgação de cultura e orientação educacional multidisciplinar.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Circo

Manter uma escola especificamente de circo com professores específicos nesta área em todas as cidades do território;

Buscar investimentos governamentais para a compra de materiais de circo. Estes materiais podem ficar nos centros culturais das cidades e serem disponibilizados para os interessados;

Propor gincanas beneficentes de circo entre escolas e instituições.

Dança

Criar oficinas específicas para qualificação dos oficineiros que trabalham com aprendizes em todo território;

Criar uma área apropriada (espaço físico) para dança, onde todos tenham acesso e recursos disponíveis que possam ser investidos especificamente nessa área em cada município do território;

Criar uma escola de dança técnica e superior que atenda a região.

Música

Promover oficinas de músicas nas escolas do território;

Criar um curso profissionalizante de música nas cidades;

Criar escolas de música nas cidades do território onde não existe.

Teatro

Implantar curso superior em artes cênicas na Uneb (campus VII);

Construir centros culturais nas cidades onde ainda não existam e reformar e manter nas demais cidades;

Promover oficinas permanentes de teatro nos municípios, ministradas pelos artistas locais capacitados.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Criar programa estadual de pontos de cultura para incluir as instituições socioculturais dos territórios-comunidades quilombolas, indígenas e outros espaços socioculturais localizados nos centros urbanos e na zona rural para preservação da memória, revitalização;

Tombar e reconhecer as manifestações culturais do território: banda de pífanos, samba-de-lata, reisado, artesanato, gastronomia, capoeira, quadrilhas, penitentes, terreiros de candomblé e outras manifestações como rezadeiras e parteiras etc.;

Criar redes culturais que articulem os centros de referência, grupos culturais, escolas, faculdades e outras instituições para fortalecer a memória, as manifestações culturais do território, divulgar e disseminar informações, sobretudo no interior.

Culturas indígenas

Mapear e registrar plano de conservação e divulgação dos sítios arqueológicos, cavernas, cachoeiras e outros bens naturais e culturais do território;

Atualizar e divulgar censo cultural do Estado para que ele seja mais transparente e atenda às comunidades.

Culturas populares

Destinar 40% da verba do fundo de cultura, repassada aos municípios, para investir nas políticas públicas de cultura nos municípios do Estado especificamente para as culturas populares e afro-descendentes;

Realizar programa de capacitação e divulgação das culturas populares e afro-descendentes implementada pela comunidade atingindo o poder público, organizações sociais (associações, escolas e outras representações da sociedade civil), além das lideranças comunitárias;

Criar um centro de referência da cultura local que articule as organizações socioculturais em cada município do território.

Festas e ritos

Incentivar o registro da memória das culturas locais como forma de preservar essa memória e utilizar o material produzido como apoio nas escolas;

Fomentar o intercâmbio cultural no território para disseminar os saberes culturais.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Criar leis municipais e estaduais para preservação de bens e patrimônios culturais do território.

Educação patrimonial

Criar programa de capacitação técnica para museólogos e arqueólogos.

Museus

Criar um museu regional que conte a história do território.

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Arquivos

Treinar e capacitar de forma contínua os funcionários dos arquivos públicos;

Criar centro de referência do Piemonte Norte do Itapicuru, que agregue informações da memória e cultura de todo território.

Bibliotecas

Criar um acervo especializado na cultura de todo território;

Treinar continuamente os profissionais que atuam nas bibliotecas;

Promover melhoria de infra-estrutura (espaços físicos, equipamentos mobiliários, iluminação).

Leitura

Agente comunitário de leitura;

Implementar projetos que descentralizem a leitura, levando lugares de difícil acesso;

Requerer legislação que fomente a leitura nas escolas do território.

Livro

Criar políticas de acesso ao livro (livraria do povo);

Editar, publicar e divulgar os autores territoriais;

Organizar feira de venda e trocas de livros novos e usados (fixas e itinerantes).

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Realizar festivais de artes integradas de caráter itinerante com periodicidade e encaixar no calendário territorial;

Realizar feira cultural e regional com data fixa;

Criar um projeto de circulação de manifestação e apresentação de espetáculos nas regiões com objetivo de estimular a produção.

Formação cultural

Criar cursos de graduação em artes em diversas unidades da Uneb;

Celebrar convênio entre prefeitura e estado para profissionais em nível superior para arte - educadores. Ex: (Uneb 2000).

Criar um curso de formação para gestores/artistas produtores onde será trabalhado desde a elaboração até a captação de recursos junto aos programas de fomento do Estado.

Redes culturais

Dispor de recursos para estimulação/estruturação de ações da sociedade civil ou governo que favoreça o surgimento de redes culturais;

Criar sistemas de intercâmbio para integração e divulgação. Todos sabendo de tudo.

Sistemas de cultura

Criar um dispositivo legal que force os municípios a intervirem em cultura (Fundeb).

Implantar espaços culturais nos municípios;

Criar um centro de cultura do estado no território para servir de extensão da Secult.

Portal do Sertão

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Audiovisual

Reservar recursos no fundo de cultura para a produção audiovisual no interior da Bahia, com garantia de veiculação e distribuição dos produtos (obras);

Criar centro de formação em audiovisual, qualificação e requalificação, no espaço do centro de cultura Amélio Amorim para atender ao território do Portal do Sertão, inclusive com o desenvolvimento de programa de empréstimo de equipamentos para a produção.

TV pública/comunitária

Incentivar a criação e a manutenção de TVs e rádios comunitárias, como pólos da veiculação da produção audiovisual.

CULTURAS DIGITAIS

Utilizar os infocentros existentes nos municípios para a difusão da cultura digital com aulas dadas por monitores capacitados nos centros de excelência e realização de fóruns entre os infocentros através de vídeos-conferência;

Criar editais com recursos do fundo de cultura para a cultura digital com reservas para o interior do Estado e principalmente para municípios de 50 mil habitantes.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Artes visuais

Criar escolas de nível técnico nas diversas linguagens artísticas nos municípios do Portal do Sertão;

Organizar feira de atividades artísticas itinerantes nas escolas públicas de cada município do Portal do Sertão;

Criar e divulgar calendário do Portal do Sertão com eventos culturais de todos os municípios do portal.

Literatura

Criar museus culturais onde serão cadastrados todos os artistas, produtores culturais, agentes culturais, manifestações culturais nos municípios, com exposições permanentes;

Criar conselho municipal de cultura que intervenham nas expressões artísticas, desde a verba até a aplicação dos respectivos recursos;

Criar projetos voltados para a literatura nas escolas, onde serão estudadas temáticas propostas pelos escritores regionais.

Música

Mapear e cadastrar todos os artistas, produtores culturais e agentes para a criação de um banco de dados. Difusão de apoio através da criação do museu de música onde se tenha a memória dos artistas na defesa do seu estio musical, sua obra, sua história.

Revitalizar os espaços culturais já existentes e a criação de novos espaços para apresentações culturais musicais, com artistas locais, com 2 anos de contribuição, ficando estabelecido que a cada contrato nacional cada artista local se apresentará.

Buscar maior divulgação e incentivo aos profissionais da música, nos fóruns de diversão, conferências regionais, estaduais e nacionais de cultura e eleição direta para o conselho de cultura, bem como, o Estado deve apresentar um calendário festivo.

Teatro

Descentralizar as atividades e projetos da Fundação Cultural do Estado da Bahia democratizando o acesso do interior do Estado:

Criar espaços teatrais onde não existirem e otimizar os existentes – associações comunitárias, sindicatos, escolas, clubes, bibliotecas, igrejas, etc. –, para a promoção de associações culturais;

Criar e implementar cursos na área de teatro, especificamente interpretação teatral, iluminação, figurino, cenografia, sonoplastia, voz, dicção e técnica vocal, expressão corporal, maquiagem, produção cultural, criação de textos, direção e teatro.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Apoiar o movimento cultural afro descendente – movimentos quilombolas, centro de umbanda, samba de roda – onde esses centros se transformem em mobilizadores culturais para visitação e estudo dessas culturas;

Realizar oficinas para crianças e adolescentes nas escolas como maculelê, puxada de rede, dança afro-brasileira, grupos de percussão, capoeira, construção de instrumentos (atabaque, berimbau e caxixi), entre outros, com os mestres e pessoas capacitadas.

Culturas populares

Resgatar os movimentos da cultura tradicional popular em extinção: lapinha, queima de Judas, quebra pote, brincadeira de roda, lindro amor, entre outros;

Estabelecer políticas públicas de incentivo aos pequenos grupos culturais como apoio no figurino, instrumentos musicais, deslocamentos para grupos folclóricos, fanfarras, filarmônicas, quadrilhas, maculelê e puxada de rede;

Descongestionar o FazCultura e socializar as verbas com a criação de banco comunitário cultural territorial, com fundos oriundos do estado e empresas privadas, onde a sociedade civil, mediante a apresentação de um projeto consiga verba para a execução.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Fornecer equipamentos para filmagem, micro-filmagem e registro fotográfico dos bens culturais do território;

Solicitar ao órgãos públicos a vistoria técnica de imóveis públicos e particulares, visando à preservação de bens de culturais;

Inventariar bens culturais patrimoniais do território com vistas ao reconhecimento e preservação.

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Arquivos

Elaborar programa de criação de arquivos públicos municipais onde não existirem e organizar os acervos dos arquivos já existentes para a geração de dados que irão alimentar um banco geral;

Mapear, registrar (áudio e vídeo) e arquivar (CDs, DVDs, cartilhas, folhetos, sites etc.) documentos dos acervos orais dos municípios, para sua divulgação e releitura nas escolas dos municípios e do território, visando a preservação e a identificação territorial;

Elaborar programa de capacitação e formação para arquivista através de cursos especializados e campanhas de preservação dos arquivos.

Bibliotecas

Elaborar programa de criação e manutenção de bibliotecas públicas em todos os municípios do território e atualização/ampliação dos acervos das existentes (DVDs, CDS, periódicos especializados);

Criar biblioteca itinerante para o intercâmbio entre os municípios;

Implantar curso de capacitação para bibliotecários.

Leitura

Criar programa de incentivo à leitura, com núcleo de ação nas escolas, objetivando a valorização de escritores locais, regionais, nacionais para promoção cultural em oficinas interdisciplinares de leitura;

Promover e realizar periodicamente feiras de leitura;

Realizar encontros periódicos de leitura na sede de todos os municípios do Portal do Sertão oportunizando o conhecimento e o intercâmbio entre as comunidades leitoras e os escritores locais e regionais.

Livro

Elaborar programa de incentivo de oficinas de criação e recriação dos diversos gêneros literários para desenvolver habilidades na escrita;

Criar uma linha de publicação específica dentro da Empresa Gráfica da Bahia (EGBA) para publicação de livros sobre a memória dos municípios do Portal do Sertão e um periódico para a área cultural;

Criar premiações para incentivar a escrita e a publicação de livros sobre a memória dos municípios.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Promover maior divulgação e incentivo à participação nos fóruns de discussão, eventos regionais, estaduais e nacionais de cultura;

Realizar periodicamente festivais de cultura;

Realizar feira de cultura periodicamente para intercâmbio entre os agentes culturais dos 17 municípios do território portal do sertão.

Formação cultural

Incluir a disciplina da cultura territorial na matriz curricular nas escolas públicas e privadas;

Formar agentes culturais para o planejamento e execução de ações na área cultural;

Garantir presença constante do mobilizador cultural da Secretaria de Cultura no território.

Planos de cultura

Elaborar política cultural associada à implementação do turismo rural, religioso, histórico e cultural.

Redes culturais

Mapear e cadastrar todos os artistas, produtores culturais, gestores, agentes culturais, manifestações e ações culturais no território, para a criação de bancos de dados, difusão e apoio, com atenção às matrizes africanas e manifestações populares e artística;

Criar e divulgar do calendário de cultura do território;

Incentivar a participação de todos os dirigentes municipais do portal do sertão no fórum de dirigentes municipais de cultura.

Sistemas de cultura

Criar legislação específica para a cultura e do fundo municipal de cultura nos municípios;

Criar conselhos municipais e territoriais de cultura, com eleição direta para a escolha dos membros;

Estimular a criação da Secretaria de Cultura ou órgãos de cultura.

Recôncavo

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Audiovisual

Produzir documentários sobre cada município do Recôncavo;

Criar curso de capacitação em produção audiovisual;

Criar Casa de imagem e som, com estúdio e ilha de edição.

Cinema

Promover festival de cinema;

Criar cinema itinerante;

Criar salas multiuso e utilização e adaptações de espaços culturais.

Rádio pública/comunitária

Criar rádio do Recôncavo com programação de difusão cultural dos seus municípios.

TV pública/comunitária

Regionalizar a programação;

Fortalecer a TV pública (UFRB) como TV aberta territorial.

CULTURAS DIGITAIS

Promover inclusão digital para periferia, zona rural, terceira idade, comunidade indígenas, quilombola e MST.

Criar portal do Recôncavo como porta de entrada para sites institucionais do município e inclusão de visita virtual a museus;

Implantar Internet banda-larga gratuita.

EXPRESSIONES ARTÍSTICAS

Música

Criar emissora de rádio FM pública no Recôncavo com a política de abertura e valorização das expressões artísticas regionais;

Realizar festival anual de cultura regional sendo escolhida a cidade que o sediará através de sorteio com apoio de poderes públicos incluindo festival de músicas inéditas com premiação e divulgação da música vencedora e do festival em rádio, jornal e TV;

Criar cadastro (mapeamento) dos agentes fazedores das áreas das diversas expressões artísticas, em especial música.

Teatro

Promover o intercâmbio cultural entre os grupos artísticos no âmbito do Recôncavo;

Lançar editais para a produção teatral no Recôncavo visando a viabilização de recursos financeiros, bem como a capacitação de profissionais da área (amadores, profissionais, e arte-educadores) a médio e a longo prazo.

Criar e manter espaços culturais para apresentações artísticas, ensaios, oficinas que ofereçam instalações adequadas específicas para atender a comunidade de teatro, dentre outras áreas.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Fortalecer as culturas de matriz africana e seus saberes dentro do território;

Criar editais específicos para terreiros de candomblé, samba de roda e reisados;

Incentivar o reconhecimento das comunidades quilombolas no Recôncavo, além da efetivação dos registros.

Culturas indígenas

Incentivar a realização de pesquisas sobre índios que habitavam o Recôncavo.

Culturas populares

Fomentar a pesquisa e o registro da memória dos saberes populares;

Criar um circuito territorial de cultura no Recôncavo;

Fomentar e incentivar a criação de fóruns municipais de cultura no Recôncavo.

Festas e ritos

Incentivar e fortalecer as festas e ritos populares do Recôncavo.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Realizar mapeamento cultural – registro de todas as manifestações culturais dos municípios de sede e meio rural e elaborar agenda cultural trimestral;

Implantar arquivos públicos de acordo com as normas de catalogação e conservação de documentos e digitalização dos acervos já existentes;

Manter e restaurar prédios e sítios históricos; tomba imóveis de relevância histórica e ocupar de imóveis públicos desativados para atividades culturais.

Educação patrimonial

Difundir as manifestações culturais, saberes e fazeres do território por meio dos veículos de comunicação da rede pública (Irdeb e TVE) e rádios comunitárias;

Promover intercâmbio cultural - fortalecer as relações entre os municípios promovendo encontro anual de cultura e outros eventos;

Promover oficinas de educação patrimonial para escolas e diversos segmentos da sociedade, oficina de capacitação de mão-de-obra para conservação, restauro e a elaboração de uma cartilha de educação patrimonial como ferramenta de trabalho.

Museus

Implantar museus e memoriais.

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Arquivos

Criar Casa de memória (etnológica);

Criar linha de pesquisa (UFRB);

Criar arquivo público do Recôncavo. Solicitar ao Estado a entrega do espaço equipado, climatizado e com reserva técnica.

Bibliotecas

Implantar bibliotecas em rede e capacitar o corpo técnico;

Informatizar e ampliar as bibliotecas públicas;

Criar bibliotecas itinerantes e comunitárias.

Leitura

Promover leitura para deficientes audiovisuais;

Criar sala de leituras itinerantes (repartições públicas e comunidades);

Implantar programa de contadores de histórias.

Livro

Criar fundo para produção de livros da memória dos municípios;

Organizar bienal itinerante do livro do Recôncavo;

Manter o espaço do autor baiano (centro brasileiro de difusão do livro e da leitura) nas bibliotecas do Recôncavo.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Buscar recursos junto a instituições e organizações de fomento nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais;

Realizar uma feira cultural do Recôncavo mostrando a potencialidade da região.

Formação cultural

Ampliar o quadro funcional da Secretaria Estadual de Cultura para suporte ao interior, destacando a importância da permanência do mobilizador cultural;

Criar cursos de capacitação com carga horária mínima de 120 horas para elaboração e execução de projetos, sendo os capacitados os agentes multiplicadores em seus municípios.

Planos de cultura

Criar uma página na rede mundial de computadores como uma forma de interação entre todos os municípios do território (www.territorioculturaldoreconcavo.org.br);

Realizar fóruns promovidos pela Secretaria de Cultura reunindo prefeitos e empresariado, com apoio da UPB, Sebrae e órgãos de governo, para demonstrar a importância da cultura como fator de desenvolvimento sócio-econômico das comunidades.

Redes culturais

Manter um banco de dados com empresas interessadas em investir na cultura;

Atualizar permanentemente, com transparência e modernização o censo cultural.

Sistemas de Cultura

Tornar obrigatória a criação de secretarias de cultura "independentes", desvinculando-as das Secretarias de Educação, Turismo, Esportes ou de quaisquer outras;

Criar leis de incentivo municipais, bem como um fundo municipal de cultura;

Criar conselhos municipais e territorial de cultura.

Região Metropolitana de Salvador

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Audiovisual

Adotar documento final do III fórum audiovisual da Bahia, realizado em maio de 2007 e que representa os interesses da classe audiovisual baiana, na pauta de propostas desta conferência.

Rádio pública/comunitária

Criar um espaço de diálogo para uma parceria entre o Instituto de Radiodifusão da Bahia (Irdeb) e as rádios comunitárias;

Incentivar a criação de um fórum permanente para acompanhar todo o trabalho em relação as rádios comunitárias. Estabelecer uma periodicidade para a realização de fórum das rádios comunitárias, por ser este campo muito complexo;

Apoiar as associações de rádios comunitárias e gestão para a modificação das leis n. 9.612/98 e n. 4.117 referentes as rádios comunitárias.

TV pública/comunitária

Fortalecer a TV pública e a regionalização da programação, apoiando a lei Jandira Feghalli e criando meios para o financiamento da produção regional e independente;

Incentivar a criação de um fórum de debates para esclarecer com a comunidade o que é TV comunitária e seus objetivos, elaborando estratégias de ação para a sua divulgação.

CULTURAS DIGITAIS

Realizar ação conjunta das secretarias de ciência, tecnologia, educação e cultura para a promoção de acesso e desenvolvimento de softwares livres;

Criar portal colaborativo de divulgação, memória, história, informação e agenda da cultura na Bahia, expressando toda sua diversidade;

Criar programas para registro e memória das culturas populares e história oral em meios digitais, disponibilizando-os ao público em geral (ex: bibliotecas, escolas, universidades, secretarias de cultura, educação e meio ambiente, centros comunitários).

Artes visuais

Criar centros de referência da cultura artesanal popular, nos municípios, possibilitando a valorização do artesanato local e a atividade regular da mesma. Essa medida é importante para o resgate do artesanato local e valorização das tradições;

Criar políticas de incentivo para o artesanato baiano, como editais específicos, que atendam às necessidades da área, promoção de feiras estaduais e participação do artesanato baiano nas feiras nacionais/internacionais, e nos intercâmbios;

Criar bienal de arte popular, como incentivo as criações e tradições populares do Estado.

Circo

Lançar editais para artes circenses envolvendo propostas de formação, circulação, montagem e aquisição de equipamentos;

Incentivar a realização de oficinas para jovens e crianças em comunidades carentes e cidades do interior e valorização do circo social e de rua;

Mapear os circos e trupes em atividade na Bahia, gerando material de comunicação e divulgação dos circenses.

Dança

Garantir a implementação do ensino da dança na educação básica com ações emergenciais, conforme LDB, potencializando os espaços e estruturas já existentes – de forma integrada e colaborativa entre as esferas de poder – além de incentivar a articulação;

Promover democratização e acessibilidade da dança através de: programas de formação de platéia; apoio a projetos artístico-educacionais realizados por entidades da sociedade civil e elaboração de mapeamento no Estado que identifique grupos, profissionais;

Fomentar a produção e pesquisa artística em dança ampliando a profissionalização e estimulando o mercado de trabalho na área através da difusão (circulação, festivais, intercâmbios culturais, inserção da dança em diferentes mídias); apoio a grupos.

Literatura

Criar medidas para valorização da cultura regional nas escolas, incluindo as expressões artísticas locais no currículo escolar dos colégios estaduais e municipais, valorizando a união da educação e da cultura em nosso Estado.

Organizar feira de artes – clínicas e oficinas de arte e literatura no subúrbio e periferia com apoio dos organismos públicos – com logística e fomento à cultura para seus participantes. Vamos levar a arte e a cultura aos bairros carentes.

Música

Promover e realizar encontros e festivais de música dos diversos estilos para articulação e intercâmbio entre os municípios e em nível nacional e internacional;

Criar produtora pública com estúdio de gravação fonográfica em nível territorial e selo público de distribuição;

Fazer a distribuição justa dos recursos destinados a programas e editais em alíquota proporcionalmente a demanda da categoria, fixada através de mapeamento realizado com participação de entidades organizadas e sociedade civil. Entende-se por categorias estilos.

Teatro

Promover uma ampla discussão sobre a lei que impede a participação de funcionários públicos estaduais nos editais da Funceb, no Fundo de cultura e no Fazcultura;

Promover uma ampla discussão pública com vistas à implantação, sobre a criação de uma lei estadual de fomento ao teatro baiano. Para tanto, levar em conta a lei de fomento ao teatro do município de São Paulo e observar o já existente projeto de lei;

Fazer o levantamento dos espaços possíveis de ocupação cênica, sejam eles públicos ou privados, e construir junto com os grupos propostas de gestão e ocupação de tais locais. Para o levantamento de tais propostas, realizar um seminário estadual.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Valorizar as associações e organizações de pequeno porte afro-descendentes na preservação do patrimônio imaterial;

Buscar reconhecimento e registro das comunidades de tradição afro como patrimônio imaterial (quilombos, povo de santo, capoeira, etc.) e assegurar política para essas comunidades, que incluam editais, prêmios e financiamento de atividades de mestres e grupos;

Garantir a participação efetiva do Governo Estadual no processo de tombamento da feira de São Joaquim como bem imaterial e na requalificação desse espaço e dos espaços de feiras livres, mercados populares municipais, como espaço de expressão de identidade.

Culturas indígenas

Agilizar a construção das escolas indígenas com tecnologias que não prejudiquem os traçados culturais destas etnias;

Agilizar na justiça o reconhecimento dos povos indígenas ressurgidos do território;

Garantir urgentemente a saúde indígena com ênfase na infância e na mulher.

Culturas Populares

Criar superintendência ou equivalente à cultura popular dentro da Secult e também nas esferas municipais, implementando as políticas para o segmento e garantindo a transversalidade da administração dos recursos públicos;

Reconhecer o valor dos mestres(as) de culturas populares, através da elevação da qualidade de vida; do apoio financeiro; de criação de centros de perpetuação da memória da cultura popular e da documentação e registro pelos meios adequados e disponíveis;

Realizar mapeamento sócio-cultural do patrimônio imaterial, (manifestações e dos artistas) do território RMS que fundamentará os programas culturais, o registro e difusão do patrimônio imaterial.

Festas e ritos

Priorizar e garantir a publicação remunerada dos grupos depositários do patrimônio imaterial, social nos elementos sócio-culturais do território;

Resgatar a tradição e preservar as expressões culturais e populares das barracas de festas de largo, devolvendo a propriedade a quem a explora e fortalecendo a participação de artistas plásticos populares e locais;

Criar um fórum permanente para discussão, construção e gestão das festas populares e de largo com a já participação dos produtores do patrimônio imaterial.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Atualizar e ampliar o inventário de bens culturais relevantes para a identidade de cada município do território: bens móveis, bens imóveis e imateriais;

Contemplar cada município do território com uma casa de cultura que contenha teatro, cinema, museu, arquivo e biblioteca, além de abranger formação de mão-de-obra para os diversos segmentos da cultura;

Equipar espaços públicos adequando-os a atividades culturais multidisciplinares.

Educação patrimonial

Desenvolver projetos pedagógicos específicos de educação patrimonial em parceria com as secretarias de educação estadual e municipais, com ênfase na contextualização do tema para uma efetiva apreensão;

Desenvolver um programa educativo para o território com formação de grupos de multiplicadores – professores, servidores municipais, estudantes, líderes comunitários e religiosos, clubes de serviços e organizações culturais – em cada município;

Instituir, através da Secretaria de Cultura, diretrizes e normas determinando as instituições, grupos e comunidades que formem e criem, através de suas atividades, registros de acervos-patrimônio cultural, para que sejam catalogados e identificados.

Museus

Implantar e implementar museus municipais com a devida aplicação da legislação e normas técnicas para gestão de acervos musicológicos;

Implantar e implementar o sistema estadual de museus na Bahia;

Criar e ampliar o quadro técnico dos museus visando o pleno funcionamento e ampliação das atividades ofertadas ao público.

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Arquivos

Implementar ações para inventariar e publicar os acervos documentais (impressos, audiovisuais e fotográficos) da Bahia;

Criar fundo estadual para arquivos públicos e privados de interesse público;

Realizar concurso público para a área de preservação do patrimônio e implementação de um plano de cargos e salários.

Bibliotecas

Implantar bibliotecas públicas em bairros, distritos e localidades distantes dos centros e/ou densidade demográfica expressiva, apoiando as existentes: públicas e comunitárias;

Estabelecer dotação orçamentária para aquisição de acervos e manutenção das bibliotecas públicas, destinando-se 25% para aquisição do acervo a ser doado às bibliotecas comunitárias;

Criar uma lei de incentivo à leitura, ao livro e às bibliotecas.

Leitura

Viabilizar a realização de feiras do livro e leitura em espaços públicos e de livre acesso;

Criar centros de memória nos municípios com centros de pesquisa e documentação (CPDOCs) com bolsas de incentivo à pesquisa científica;

Realizar concursos literários para alunos das redes públicas de ensino, com oficinas de produção literária, premiação de estudantes-escritores, publicação de um livro com as produções e distribuição nas bibliotecas públicas, escolares e comunitárias.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Ampliar, atualizar e democratizar o censo cultural, visando o fortalecimento do intercâmbio e cooperação entre redes e agentes culturais;

Realizar festival de cultura que envolva todos os municípios e produtores culturais das diversas expressões com intuito de apresentar ao público o resultado do trabalho de integração entre os municípios da RMS;

Criar fóruns permanentes, com calendário anual, no intuito de promover a cooperação e intercâmbio entre profissionais dos diversos municípios, com objetivo de aproximação entre a academia, gestores, mestres e líderes culturais de Salvador e RMS.

Formação cultural

Criar e incentivar cursos, presenciais ou à distância, de formação nas expressões artístico-culturais: técnico, graduação e especialização, contemplando temas como: gestão cultural, formulação de políticas culturais, gestão de equipamentos culturais;

Estabelecer cotas nas leis de incentivo voltadas para a formação, capacitação, intercâmbio e cooperação, abrangendo todos os agentes da cadeia produtiva no âmbito da cultura;

Contemplar nos programas de inclusão digital conteúdos artístico-culturais para a formação e disseminação da informação entre os envolvidos, abrangendo todo território de identidade.

Planos de cultura

Criar políticas e programas de formação, valorização e capacitação de agentes culturais em todas as suas vertentes;

Articular calendário cultural de cada município que oportunize e fomente o intercâmbio cultural entre os territórios e municípios.

Redes culturais

Criar um cadastro geral de cultura do Estado através da rede mundial de computadores e mídia em geral, com a função de comunicação, convocação, consulta, deliberações e também para prestação de contas, de modo permanente, para tratar das ações culturais;

Implementar rede de produtores e agentes culturais no Estado.

Sistemas de cultura

Garantir 5% do orçamento para implantação das políticas públicas de cultura, criando leis orçamentárias; Instituir e implementar mecanismos que incentivem a criação e a manutenção de secretarias, conselhos, e fundos municipais de cultura;

Criar mecanismos de controle social e gestão participativa, condicionando a indicação dos gestores públicos a critérios técnicos e a consulta pública, garantindo a representação de gênero e etnias.

Semi-Árido Nordeste II

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Rádio pública/comunitária

Incentivar a capacitação profissional em rádio;

Diminuir a burocracia na concessão das rádios nas cidades pequenas;

Incentivar a produção e elaboração de documentários.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Artes visuais

Investir nas artes visuais no Semi-Árido Nordeste II, com a criação de um fundo de cultura para a expansão das artes visuais;

Organizar cooperativa para a produção, exposição, comercialização de trabalhos artísticos e remuneração pessoal (incentivo para valorizar a criação artística de cada participante);

Implantar centros culturais (museus, teatros, etc.) para melhor atender os artistas com as suas mais variadas expressões (plásticas, ciências, musicais e artesanais).

Dança

Elaborar proposta curricular onde sejam inseridas as danças folclóricas regionais na disciplina de arte, no ensino fundamental (séries iniciais);

Criar lei municipal de incentivo fiscal específica para desenvolvimento das expressões artísticas (dança);

Criar um centro cultural com profissionais específico para oficinas.

Música

Especificar uma data anual para eventos;

Incluir a música como matéria;

Construir de um centro cultural.

Teatro

Receber, da Secretaria de Cultura do Estado, formação continuada para profissionais da área, juntamente com oficinas do segmento.;

Diminuir a burocracia no atendimento aos grupos teatrais, repassando os recursos financeiros diretamente para os mesmos, atendendo aos critérios estabelecidos pela Secretaria de Cultura;

Criar um projeto para fornecimento de um palco móvel para as cidades do território, promovendo o intercâmbio cultural entre os mesmos.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Criar um centro de referência cultural;

Construir "escolas modelos" de ensino fundamental I e II nas comunidades renascentes de quilombos;

Aplicar a lei n. 10.639/03 na sala de aula.

Culturas indígenas

Criar um centro de divulgação e comercialização de artesanato indígena em Salvador;

Buscar patrocínio para a realização de feiras culturais nas aldeias, viabilizando a transmissão da cultura indígena entre índios e não índios;

Viabilizar um movimento de restauração e ampliação da medicina indígena.

Culturas populares

Elaborar um calendário cultural municipal que possa ser integrado à escola;

Garantir dotação orçamentária prevista na LDO - municipal, estadual e federal;

Resgatar e valorizar as culturas e conhecimentos populares locais e territoriais, através de projetos envolvendo saúde, educação e todos os segmentos da sociedade.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Reformar patrimônios históricos regionais para preservação da memória e a continuidade da nossa identidade;

Construir espaços de lazer para o desenvolvimento de eventos culturais;

Criar programa de investimento para revitalização, recuperação e manutenção do nosso patrimônio.

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Leitura

Implantar programas de atualização de livros, de acordo com a realidade de cada região;

Criar biblioteca móvel;

Fazer pontos estratégicos de leitura.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Organizar feiras culturais dos municípios que compõem o Semi-Árido Nordeste II; essas devem acontecer anualmente expondo as culturas evidenciadas em cada município. O local que sediará será escolhido 1 ano antes do evento e deverá receber incentivo;

Criar conselhos de cultura nos municípios, os quais devem realizar intercâmbios e defender a valorização e a difusão dos resquícios culturais junto aos conselhos dos outros municípios do o Semi-Árido Nordeste II e as instituições de educação formal;

Promover o intercâmbio da cultura, através de cursos e oficinas para um desenvolvimento e conhecimento das diversas culturas.

Formação cultural

Implantar cursos de aperfeiçoamento em culturas de raízes, conveniados com instituições superiores, para os professores, os quais devem trabalhar esse tema de maneira eficaz nas escolas;

Elaborar apostilas e/ou documentários contendo informações sobre as diversas culturas difundidas no o Semi-Árido Nordeste II, para serem distribuídas e estudadas nas escolas dos 18 municípios que compõem o território com o objetivo de renascer e valorizar;

Criar escolas de músicas, oportunizando ao aluno aprender tanto a música originária das camadas populares: banda de pífanos, música afro, etc., quanto a música erudita: filarmônica.

Planos de cultura

Elaborar um plano territorial de cultura.

Sistemas de cultura

Promover a inclusão da cultura no calendário escolar como uma proposta curricular e pedagógica com ênfase ao ensino fundamental;

Criar um conselho territorial de cultura;

Criar um órgão territorial da cultura com sede em um dos municípios.

Sertão do São Francisco

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Audiovisual

Criar estrutura de ilha de edição permanente nas cidades-pólos, com formação de equipes técnicas locais, que garantam o aperfeiçoamento da produção local e facilite o acesso a TV pública;

Desenvolver uma estrutura de servidor de Internet para hospedar / disponibilizar gratuitamente a produção audiovisual da Bahia (semelhante ao youtube);

Criar um edital específico para a realização de mostras de vídeo curta-metragem no interior do Estado, garantindo a possibilidade de escolas e universidades públicas concorrerem.

Cinema

Estender a programação da sala Walter da Silveira para os centros de cultura do interior que tenham estrutura para exibição, integrando escolas públicas e universidades nessa programação;

Criar circuitos de cinema itinerante que se utilize de espaços já existentes nas cidades para as exibições públicas e nas cidades onde não há esses espaços, com exibições ao ar livre e acesso gratuito;

Criar um festival nacional de cinema da Bahia, com premiação digna e espaço para discussão do tema, particularmente do cinema feito na Bahia.

Rádio pública/comunitária

Criar uma rede estadual de rádios comunitárias com programação estadual produzida pelas rádios comunitárias e retransmitida para todas elas, abordando temas que não sejam meramente locais, como a apresentação de artistas, debates de temas de interesse geral;

Criar uma estrutura de servidor de Internet para hospedar gratuitamente rádios Web comunitárias, criadas dentro de critérios previamente estabelecidos;

Criar um programa de capacitação permanente para os comunicadores das rádios comunitárias da Bahia, com a participação das universidades\cursos de comunicação e cursos a fins.

TV pública/comunitária

Criar na TV pública\TV cultura, um espaço de dedicação às produções do interior, instituindo pré-requisitos básicos e públicos para a seleção dessas produções;

Utilizar todos os meios possíveis para universalizar o acesso ao sinal da TV pública em todo o Estado, aumentando a potência da transmissão e concluindo o sinal em antenas parabólicas e pacotes a cabo por assinatura;

Realizar eventos regulares, como seminários, teleconferências, mesas redondas etc. para discussão com a sociedade com a TV pública e a TV digital.

CULTURAS DIGITAIS

Criar um portal para interagir com outras entidades culturais fora de estado.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Artes Visuais

Criar uma galeria permanente, onde possam acontecer exposições de artistas locais e nacionais. Também, espaço físico para oficinas artesanais;

Construir uma escola profissionalizante na área de artes visuais, como: escultura, grafite, toyarte, pinturas, expografia, designer, gráfico, ambientação e xilogravura;

Música

Realizar palestras em todas as escolas do território. No que diz respeito a fulleragem na música, que são executadas tanto na mídia como no carro de som;

Solicitar aprovação de lei em assembléia legislativa do Estado que se inclua em currículo a disciplina educação musical;

Implementar ou realizar festival de música nas escolas das esferas estadual, municipal e federal e ao mesmo tempo possibilitar essa mesma proposta nas universidades desse território.

Teatro

Destinar verba para compra ou encomenda de espetáculos teatrais e promoção de mostra trimestral de teatro, para apresentação nas ruas, dando condições e recursos via municípios ou estado para viabilização dos projetos;

Providenciar o envio para cada sede territorial, orientadores de projetos, ou capacitar pessoas do território que fiquem com a função de orientar. Essas pessoas ficariam contratadas pela Fundação Cultural para assessorar na elaboração de projetos;

Promover curso livre de teatro que dure dois semestres com transporte para os municípios circunvizinhos. Espera-se que, ao final do curso, haja profissionalização, através de DRTs expedidos.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Publicar material didático específico para trabalhar a cultura afro descendente nas escolas;

Desenvolver um programa que valorize a cultura afro-descendente, a ser realizado nas escolas, com ações como oficinas, seminários, publicações, etc.

Culturas populares

Tombar a carranca como patrimônio imaterial que identifica os territórios banhados pelo rio São Francisco;

Criar um fundo de fomento destinado à cultura popular;

Criar um instituto de cultura popular para organizar, apoiar e fomentar as diversas manifestações tradicionais da cultura popular do estado da Bahia.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Tombar todo patrimônio histórico do Sertão do São Francisco.

Educação patrimonial

Desenvolver programa de capacitação para musicólogo, no território do São Francisco;

Incluir no currículo escolar, conteúdos relacionados ao patrimônio histórico e cultural do território do Sertão São Francisco;

Elaborar programa de capacitação para restauradores, no território do São Francisco;

Museus

Criar parques arqueológicos nas cidades do território, respeitando as condições da população nativa;

Criar museu aberto das cidades banhadas pelo rio São Francisco e seus afluentes;

Criar um museu itinerante do Sertão do São Francisco;

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Arquivos

Ampliar e modernizar do "memorial de canudos";

Criar o centro de referência da história – cultura – sociedade do Vale do rio São Francisco e o memorial itinerante do Vale do São Francisco.

Bibliotecas

Ampliar espaço físico e acervo, informatizar, adquirir acervo específico sobre o território e treinar funcionários.

Implantar biblioteca pública estadual no município de Juazeiro abrangendo toda a região são franciscana. Sugestão: espaço na biblioteca para o acervo João Fernandes da Cunha;

Implantar bibliotecas nos distritos e bairros periféricos.

Leitura

Difundir a leitura através de programas de itinerantes, caixas-estantes, arca das letras, agentes de leitura etc.;

Elaborar plano territorial de incentivo à leitura em articulação com a família, escola, sociedade e o poder público, através da organização de congressos e seminários e criação de espaços adequados para estimular o hábito da leitura.

Livro

Criar programa de edição e publicação da produção literária territorial. Suportes como livro, DVD, CD-ROM e demais suportes eletrônicos.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Profissionalizar pessoas ligadas à cultura local;

Criar um espaço (alojamento) para viabilizar o intercâmbio de manifestações culturais entre os municípios;

Implantar um calendário fixo para promoção de oficinas e multiplicadores entre os municípios das culturas locais.

Formação cultural

Desenvolver uma cartilha informativa contendo: esclarecimento sobre as leis de incentivo à cultura e o calendário de eventos culturais do Estado, para que os municípios se preparem com antecedência, para a distribuição gratuita nas escolas e sindicatos;

Incentivar a formação de grêmios culturais de articulação e desenvolvimento da arte popular nas escolas municipais e estaduais;

Buscar formação continuada na área de políticas culturais para gestores, professores, coordenadores, secretários municipais e outras representações da sociedade civil.

Planos de cultura

Contratar agentes culturais e identificar agentes multiplicadores nas comunidades, fornecendo investimento e subsídio do Estado ou município, coordenado ou orientado por um conselho municipal e secretaria;

Construir espaços culturais (teatros) nos municípios, preferencialmente onde não existem;

Assegurar às comunidades indígenas e quilombolas o acesso à formação e ao intercâmbio, a revitalização e o apoio financeiro às manifestações artísticas e culturais.

Sistemas de cultura

Elaborar e aprovar leis que viabilizem verbas específicas através da Secretária de Cultura Municipal ou Funceb;

Implantar conselho de cultura territorial do Sertão do São Francisco de caráter deliberativo, executor e fiscalizador com 70% dos conselheiros da sociedade civil eleitos no fórum territorial de cultura.

Criar uma rede cultural, composta por fundações, e representações municipais de cultura e organizações da sociedade civil, no território.

Sertão Produtivo

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Artes visuais

Promover feiras culturais para exposição e comercialização de produtos, com festivais de várias modalidades artísticas;

Incentivar e financiar a criação de cooperativas de artesãos, priorizando matérias-primas da região;

Criar um espaço cultural, onde sejam ministrados cursos de todas as artes, com um espaço para a divulgação dos trabalhos.

Dança

Criar um centro de cultura em todas as cidades do Sertão Produtivo, com espaço para ensaios, apresentações e oficinas;

Desenvolver multiplicadores, através de cursos ministrados por profissionais da dança, interagindo com todas as comunidades, principalmente as carentes;

Buscar incentivos fiscais dos municípios para empresas que apóiam a cultura, em especial a dança.

Literatura

Promover intercâmbio literário – semestral ou anual – entre os municípios do Sertão Produtivo, para que cada município mostre suas artes literárias;

Apoiar publicações de livros de novos escritores: é necessário incentivo para essas publicações;

Realizar oficinas de arte (espaço físico), destinadas a receber artistas de diversas áreas para reuniões, recitais, declamações, saraus literários em local público acessível a todos, para demonstrações e apresentações menores.

Música

Realizar cursos de aperfeiçoamento e formação de educadores na área musical;

Criar um conselho municipal para fiscalização dos recursos destinados à cultura;

Criar, nos municípios, espaços apropriados para as manifestações artísticas (ensaios e apresentações).

Teatro

Criar escolas de teatro voltadas para a formação profissional de diretores, atores, cenógrafos, maquiadores, figurinistas, iluminadores e sonoplastas;

Destinar recursos financeiros, com a criação de editais específicos para atividades artísticas e culturais do Sertão Produtivo;

Identificar, revitalizar e equipar espaços adequados para apresentações artísticas.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Capacitar professores para trabalhar com a lei n. 10.639/03, que dá obrigatoriedade de ensino da África e cultura afro-descendente, além de disponibilizar recursos didáticos nas escolas;

Pesquisar e mapear as comunidades remanescentes de quilombos, proporcionando registro e reconhecimento dessas comunidades, assegurando os direitos sociais, territoriais e culturais;

Apoiar os grupos de capoeira, disponibilizando verbas públicas através de projetos específicos que viabilizem a construção de espaços e manutenção das atividades dos grupos.

Culturas indígenas

Proporcionar políticas públicas de preservação das manifestações culturais e lingüísticas indígenas.

Culturas populares

Fazer um mapeamento (pesquisa científica) da cultura popular do território Sertão Produtivo;

Instituir mecanismos de divulgação das riquezas culturais produzidas no território Sertão Produtivo (revistas, filmes, jornais, documentários, etc.);

Criar políticas públicas direcionadas a execução e incentivo às atividades culturais nos municípios, bem como a capacitação de gestores e agentes culturais. E se for o caso, criar ou revogar leis de forma que haja descentralização orçamentária.

Festas e ritos

Abrir espaço para apresentações de bandas filarmônicas em missas, leilões tradicionais nas vésperas de festas de padroeiros e para apresentações de retretas em praças públicas aos domingos;

Incentivar o resgate dos carnavais tradicionais através de parcerias comunidade-escola-poder público;

Estimular os festejos juninos nas comunidades rurais e urbanas através de investimentos específicos para cada município e as festas natalinas.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Buscar incentivo financeiro do governo estadual, destinado aos municípios do território para a preservação dos bens culturais.

Educação patrimonial

Encorajar atuação descentralizada do IPAC, para tombamento e incentivo à criação de leis municipais de tombamento com subsídios para a preservação.

Museus

Construir espaço cultural – centro cultural, museu, arquivo, biblioteca, etc. – em cada cidade, conforme a necessidade de cada localidade.

Culturas digitais

Implantar um portal cultural onde serão disponibilizados e catalogados os arquivos históricos e outras informações pertinentes aos diferentes municípios;

Promover oficinas de capacitação para locutores de rádios, cinema, vídeo, TV e Dj;

Adquirir um kit de cinema itinerante e criar comitê gestor, que será responsável pela programação, circulação, operacionalização e guarda dos equipamentos.

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Arquivos

Criar um arquivo territorial que contemple todos os municípios integrantes;

Registrar, em outros suportes, as gravações rupestres da serra de monte alto (Palmas de Monte Alto, Guanambi, Pindaí, Candiba e Sebastião Laranjeiras);

Identificar e catalogar as produções culturais do território.

Bibliotecas

Criar bibliotecas fixas em todos os municípios e móveis (com acesso a informática) e atuação na área rural.

Leitura

Criar projeto de incentivo à leitura;

Promover concurso e premiação prosa, verso e sarau.

Livro

Incentivar a publicação de livros de autores locais.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Criar vale cultural para facilitar a cooperação e o intercâmbio cultural entre os municípios e os territórios.

Formação cultural

Capacitar agentes para atuar em bibliotecas, arquivos e nas diversas linguagens artísticas de acordo com as vocações e interesses dos participantes;

Rever referenciais para o ensino de arte nas escolas e universidades, priorizando as produções (ex: literatura, música) e a cultura popular local e regional;

Capacitar gestores, produtores e agentes culturais para a captação e gerenciamento de recursos e programas culturais.

Planos de cultura

Receber da Secretaria de Cultura diretrizes e apoio para elaboração dos planos municipais de cultura;

Criar fórum anual/permanente de cultura para discutir as questões culturais do município, do território e do estado;

Mapear patrimônio cultural (material e imaterial) os equipamentos, artistas e artesões dos municípios e dos territórios.

Redes culturais

Garantir espaço na imprensa buscando a veiculação de atividades e produções culturais;

Veicular as produções culturais locais através do EGBA revista cultural da Bahia.

Sistemas de Cultura

Criar linhas de créditos com condições especiais junto aos bancos oficiais e privados para financiamento das produções culturais. Extensão Credbahia - Credcultura.

Estabelecer critérios de distribuição de recursos do fundo estadual de cultura que contemple todos os municípios de forma justa e que seja acompanhada pelos conselhos municipais e territoriais de cultura;

Criar fundo municipal de cultura e seus respectivos conselhos municipais.

Sisal

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Cinema

Criar sala de cinema para mostra de filmes, teatro, música e apresentações de artistas locais.

Rádio pública/comunitária

Legalizar as rádios comunitárias e sua utilização na promoção e divulgação dos movimentos artísticos e culturais.

CULTURAS DIGITAIS

Disponibilizar um banco de dados sobre os artistas, os grupos e as comunidades que promovem a arte e a cultura digital regional.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Artes visuais

Realizar feira cultural territorial, na capital e no território, no primeiro e segundo semestre.

Dança

Implantar campus territorial (universidade) de artes cênicas e expressões artísticas, com aulas de música, teatro, dança, etc.

Criar infra-estrutura (núcleo) na região sisaleira, com recursos humanos e tecnológicos (som, iluminação, palco) que promova e dê suporte aos eventos artísticos e culturais em nível municipal e regional;

Realizar feira cultural territorial, na capital e no território, no primeiro e segundo semestres.

Literatura

Implantar revistas e jornais regionais através das unidades públicas, para promover a divulgação da literatura local;

Criar espaços de leitura como bibliotecas públicas ou salas de leitura. Provocar o interesse comunitário pela leitura através de bibliotecas ambulantes como: baús de leitura, caminhões ou trailers moveis, que levem a leitura às praças e/ou comunidades;

Fornecer subsídios financeiros para o escritor carente editar seus trabalhos em editoras privadas e/ou abrir espaços nas editoras das Universidades públicas (através de editais que promovam a viabilidade da obra) para publicar os livros produzidos.

Música

Implantar campus territorial (universidade) de artes cênicas e expressões artísticas, com aulas de música, teatro, dança, etc.;

Desenvolver infra-estrutura (núcleo) na região sisaleira, com recursos humanos e tecnológicos (som, iluminação, palco) que promova e dê suporte aos eventos artísticos e culturais em nível municipal e regional;

Realizar feira cultural territorial, na capital e no território, no primeiro e segundo semestres.

Teatro

Desenvolver de infra-estrutura (núcleo) na região sisaleira, com recursos humanos e tecnológicos (som, iluminação, palco) que promova e dê suporte aos eventos artísticos e culturais em nível municipal e regional;

Realizar feira cultural territorial, na capital e no território, no primeiro e segundo semestres.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Criar um núcleo de formação territorial de cultura vinculado à Secretaria de Cultura com ação itinerante dentro do território para apoio as entidades e secretarias municipais;

Promover um festival anual itinerante de cultura regional e a cada dois anos, interterritorial e estadual a cada quatro anos.

Culturas populares

Criar a semana cultural anual municipal e territorial sisal, bianual;

Criar o fórum estadual das culturas populares.

Festas e ritos

Realizar censo cultural municipal e territorial.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Construção e implantação de um centro cultural em cada cidade do território do sisal.

Educação patrimonial

Criar e implantar o horto florestal/jardim botânico/reserva ecológica em cada município da região do sisal, caracterizando-se como museu ecológico;

Construir, implantar e revitalizar mercados de arte e culinária em cada cidade do território do Sisal.

Museus

Tombar, restaurar e preservar os patrimônios históricos e ambientais dos municípios do território do Sisal;

Criar e implantar museus em cada cidade do território do sisal.

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Arquivos

Realizar o mapeamento da cultura local.

Bibliotecas

Ampliar as bibliotecas (espaço, livros e computadores com acesso à Internet);

Implantar bibliotecas nas sedes dos municípios e nos povoados.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Criar um núcleo de formação territorial de cultura vinculado à Secretaria de Cultura, com ação itinerante dentro do território para apoio as entidades e secretarias municipais;

Promover um festival anual itinerante de cultura regional e a cada dois anos interterritorial e estadual a cada quatro anos.

Planos de cultura

Planejar ações de impacto que visem resgatar o potencial cultural da região sisaleira, a exemplo do jorro caminho do conselheiro e as vaquejadas;

Direcionar verbas para atender a formação, profissionalização e valorização dos atores da cultura.

Sistemas de cultura

Concretizar a sustentabilidade da cultura como atividade econômica e de sobrevivência;

Construir uma página virtual por território hospedando os registros culturais por cada secretaria de município.

Vale do Jiquiriçá

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Audiovisual

Capacitar pessoas para trabalhar com portadores de necessidades especiais;

Viabilizar a criação estadual garantido a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) nos programas televisivos.

Cinema

Disponer de profissionais capacitados para ministrar oficinas críticas cinematográficas no território;

Criar cinemas itinerantes para zona rural;

Criar e estruturar espaços para exibição de cinema áudio e vídeo;

Buscar incentivo financeiro, através de projetos e convênios, para a produção de documentários tendo como foco a cultura local.

Rádio pública/comunitária

Criar rádio comunitário do território;

Criar programa de rádio para divulgação da cultura local.

TV pública/comunitária

Expandir e melhorar o sinal da TV local ampliando para zona rural;

Criar TV comunitária do território;

Conseguir um espaço com um canal de televisão para mostrar a cultura do território do Vale do Jiquiriçá, onde os pequenos municípios terão seu espaço.

CULTURAS DIGITAIS

Expandir a cobertura das operadoras de celular para as sedes dos municípios e zona rural em todo território;

Propor políticas públicas para manutenção dos infocentros implantados e vindouros no território com capacitação de profissionais na área;

Expandir a inclusão digital com foco na zona rural em diversas comunidades do território.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Artes Visuais

Buscar incentivo financeiro do município/Estado aos artistas e artesões locais;

Certificar e credenciar os artesões;

Investir na reciclagem de materiais para a produção de artesanato – coleta seletiva de lixo.

Dança

Criar, em cada município, festivais de dança para que todos possam trocar experiências;

Incentivar a formação de grupos de dança em diversos estilos e levar as pessoas para participar de eventos culturais (intercâmbio);

Investir em cursos de capacitação e na divulgação das formas de fomento que existem no âmbito municipal e estadual.

Literatura

Formar grupo para a capacitação de leitura extensiva para todos os familiares;

Realizar eventos nas várias regiões com aproveitamento também dos artistas locais;

Criar oficinas ministradas por escritores credenciados junto à biblioteca nacional com participação em publicações a nível nacional.

Música

Criar usinas de música do Vale do Jiquiriçá, mantidas pelo fundo de cultura, parceiros e convênios, com aulas de música e canto, confecção de instrumentos musicais, respeitando a diversidade musical e que realize campanhas para a doação de instrumentos;

Incluir o curso de música nas universidades públicas do Vale do Jiquiriçá e nas escolas públicas municipais e estaduais, garantindo aulas de iniciação musical;

Realizar festival de música do Vale com apresentações de grupos musicais da região, com premiação e incentivo. Sugere-se a realização do evento em dezembro para haver a participação das escolas.

Teatro

Realizar oficinas continuadas (capacitação) para os grupos de teatro existentes no território, em parceria com as universidades estaduais, Funceb e outras organizações;

Fomentar e incentivar a criação de fóruns territoriais de teatro;

Divulgar e criar cursos de capacitação para a utilização das formas de fomento para a manutenção e excursão dos espetáculos teatrais.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Criar centro de cultura afro do Vale do Jiquiriçá, sendo um espaço de integração e troca de experiência entre os municípios, de fomento ao intercâmbio cultural afro-descendente no Vale do Jiquiriçá, em cidade a ser eleita;

Realizar festivais culturais em cada município que compõe o Vale do Jiquiriçá, anualmente, no mês da consciência negra, com atividades relacionadas à literatura, música, dança, ritos, artesanato, culinária, teatro, estética afro, ética, corpo e capoeira;

Criar o conselho territorial de cultura afro-descendente do Vale do Jiquiriçá – grupo técnico com as seguintes atribuições: elaboração e implementação de projetos culturais; acompanhamento da implementação da lei n. 10.639/03 na educação.

Culturas indígenas

Incluir a história da cultura indígena no currículo escolar;

Realizar seminários locais e territoriais (itinerantes) no mês de abril (dia do índio), tematizando a história e cultura indígena;

Realizar o estudo histórico e antropológico sobre os povos e as culturas indígenas (local e territorial) conhecendo e ressignificando seus valores, hábitos e costumes.

Culturas populares

Elaborar calendário de datas culturais de cada cidade que ocupa o Vale do Jequiriçá juntamente com o governo estadual para composição do mesmo;

Criar uma feira cultural itinerante do Vale do Jequiriçá: essa feira cultural deverá constar no calendário do governo do Estado, com a participação das cidades que compõem o território, sendo realizada anualmente;

Criar um museu no Vale do Jequiriçá, em cidade a ser eleita, aberto ao público, com espaços para a cultura afro-brasileira, indígena e popular, de modo geral, exposições e mostras artísticas e culturais.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Tombar prédios coloniais nos municípios;

Buscar incentivo por parte das esferas governamentais para restauração de prédios e bens já existentes nos municípios;

Implantar um programa de restauração e manutenção de estátuas, ruas, praças, etc.

Educação patrimonial

Conscientizar e incentivar a comunidade a trazer instrumentos e objetos antigos para catalogar;

Trabalhar projeto escolar sobre patrimônios históricos das cidades e conscientizar alunos, pais e comunidade, por dentro do âmbito de formação, para trazer recursos e instrumentos, buscando as autarquias governamentais e o comércio local com metas.

Museus

Adquirir espaço para casa da cultura em todos os municípios onde não exista;

Implantar um espaço para funcionamento de museus municipais;

Capacitar e contratar técnicos em museologia.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Realizar parcerias com outros municípios a fim de expandir a cultura local;

Realizar feiras temáticas de acordo com a cultura local, circulando nos municípios.

Formação cultural

Resgatar a cultura municipal e local através da inserção na grade curricular da rede de ensino;

Capacitar profissionais em diversas áreas da cultura;

Capacitar gestores dos órgãos públicos de cultura.

Planos de cultura

Agilizar os processos de tombamento dos patrimônios históricos municipal;

Desvincular as secretarias de cultura das secretarias de educação;

Implantar espaços culturais nos municípios que atendam à demanda dos aspectos culturais locais com infraestrutura adequada.

Redes culturais

Garantir a equidade no repasse dos recursos para os municípios;

Criar um boletim informativo local e territorial;

Desenvolver um mecanismo no site da Secretaria de Cultura do Estado para que os municípios possam apresentar diretamente os seus projetos para apoio técnico e viabilização para aprovação destes projetos, a exemplo dos sites da fns-pleitos/pré-projetos.

Sistemas de cultura

Formar o conselho territorial de cultura;

Criar uma lei que garanta a aplicabilidade dos recursos culturais nos municípios, com a possibilidade de seqüestro dos bens e destinação para as entidades culturais reconhecidamente registradas, caso a prefeitura não aplique os recursos em cultura;

Formar conselhos municipais de cultura.

Velho Chico

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Audiovisual

Criar um núcleo audiovisual para produção de filmes e vídeos amadores que atenda ao território do Velho Chico.

Cinema

Incentivar a criação e implementação de uma associação territorial do Velho Chico para a elaboração de projetos que atendam ao território na produção de filmes de curta e longa metragem, onde serão abordadas as manifestações culturais dos municípios;

Criar um cinema itinerante, que cubra todo território do Velho Chico e disponibilizar os acervos cinematográficos nacionais;

Incentivar a criação de cineclubes nos municípios do Velho Chico.

Rádio pública/comunitária

Fomentar a formação de associações culturais no território do Velho Chico para criar projetos de solicitação de alvará para o funcionamento da rádio comunitária, via Ministério das Comunicações;

Incentivar a criação de um fórum territorial de rádios comunitárias que fomente a troca de experiências e a discussão sobre o tema, principalmente reafirmando seu caráter comunitário e, ao mesmo tempo, legitimando o segmento para ter representatividade;

Disponibilizar uma assessoria técnica que oriente a implantação de rádios comunitárias no Velho Chico.

TV pública/comunitária

Ampliar o sinal da TV educativa no território Velho Chico;

Abrir a grade de programação da TV educativa para a programação regional do território Velho Chico, nas quais implicam as manifestações culturais.

CULTURAS DIGITAIS

Desenvolver um portal do território contemplando: cultura oral (pod cast), lendas, festas, etc., além de um espaço para um calendário cultural dos municípios do território do Velho Chico;

Criar ilhas culturais digitais para conhecimento da cultura local, territorial e global.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Artes visuais

Adquirir um espaço onde os artistas grafiteiros do território do Velho Chico venham expressar sua arte gráfica, assim como as demais artes do gênero (quadros, esculturas ,bordados de palha ,pinturas, dentre muitas outras).

Dança

Realizar oficinas e criar grupos de dança com estudantes das escolas públicas, e instituição de um evento anual de dança nos municípios do Velho Chico;

Literatura

Criar bibliotecas públicas no território do Velho Chico.

Música

Criar e estruturar escolas de músicas nos municípios do Velho Chico;

Promover festivais regionais e municipais de músicas, como premiação gravação de CD.

Teatro

Criar uma lei municipal ou territorial para a captação dos recursos já existentes para o desenvolvimento cultural dos territórios baianos;

Construir centros culturais nos municípios do Velho Chico, que agreguem as diversas áreas artísticas;

Criar cursos e oficinas de teatro, para incentivar a criação ou reestruturação de grupos existentes dando enfoque aos grupos periféricos do território do Velho Chico.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Afro-descendentes

Pesquisar e avaliar vestígios de remanescentes de comunidades afro-descendentes para o reconhecimento e legitimação;

Favorecer, através das escolas, visitas, trabalhos de campo e excursões a comunidades quilombolas;

Propiciar intercâmbio cultural entre comunidades quilombolas do território.

Culturas indígenas

Pesquisar e avaliar vestígios de remanescentes de comunidades indígenas para reconhecimento e legitimação;

Propiciar intercâmbio cultural entre as comunidades indígenas (idiomas e danças) do território;

Favorecer, através de escolas, visitas, trabalhos de campo e excursões a comunidades indígenas.

Culturas populares

Buscar assessoria técnica para formação de grupos populares e fomento dos mesmos. Ex. Aquisição de adereços, roupas, etc., com capacitação e formação de multiplicadores, oficinas territoriais e intercâmbio cultural;

Desenvolver produtos provenientes do mapeamento cultural: CD, DVD, catálogo;

Realizar mapeamento cultural territorial com apoio técnico, logístico e financeiro da secretaria estadual de cultura.

Festas e ritos

Fomentar festivais locais de música e poesia nos municípios do território do Velho Chico, culminando na participação de todos nos festivais de música e de poesia de Ibotirama (realizados há 31 anos - FEMPI e 21 anos - FEPI consecutivos), gerando a publicação dos trabalhos;

Criar um calendário cultural territorial das festas, ritos e mostras culturais com ampla divulgação no território e no Estado;

Realizar uma mostra cultural territorial semestral com um rodízio entre os municípios para sediar o evento.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Disponibilizar verbas para resgatar as manifestações folclóricas dos municípios do nosso território;

Construir centros culturais para os municípios do território Velho Chico;

Solicitar um ônibus que tenha palco móvel para teatro shows, infocentro e projetar filmes em todas as comunidades e cidades do território de todo Velho Chico.

Museus

Construir um museu arqueológico na comunidade de Piragiba, arquivo arqueológico existente e reconhecido pela Universidade Federal da Bahia para visitação das pessoas.

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Bibliotecas

Criar biblioteca itinerante com dois percursos básicos, fluvial e terrestre, privilegiando o acesso ao meio rural, com projetos de leitura.

Livro

Patrocinar concursos e festivais incentivando a leitura e escrita, além de produções audiovisuais do território do Velho Chico;

Realizar jornada de leituras e palestras para proporcionar às comunidades ribeirinhas acesso à leitura e informação, para que as comunidades sejam protagonistas de ações em defesa e vigilância do meio ambiente;

Qualificar pessoal para a edição eletrônica (escrita, ilustração, material e outros) e recursos para divulgação de livros e trabalhos audiovisuais no território do Velho Chico.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Implantar política de intercâmbio da cultura afro-descendente/quilombolas, indígenas, no território do Velho Chico;

Criar festivais e exposições estaduais como espaços para inserir os trabalhos artísticos e divulgá-los no cenário nacional.

Formação cultural

Organizar cursos para desenvolver a capacitação técnica e elaboração de projetos culturais;

Promover oficinas culturais nas áreas de artes cênicas, artesanato, literatura, artes visuais, etc.

Planos de cultura

Desenvolver mecanismos para resgate da cultura tradicional ribeirinha, como: lendas, danças, canoadas, procissões, culinária, etc.;

Realizar mapeamento da diversidade cultural local e territorial;

Criar calendário cultural para difusão e intercâmbio da cultura dentro do território.

Redes culturais

Criar espaços para divulgação de trabalhos culturais e incentivo ao intercâmbio cultural como: publicação em sites, jornais de circulação estadual, revistas, televisão e rádios;

Desenvolver o portal do território do Velho Chico no site da Secult.

Sistemas de cultura

Criar o conselho de cultura do território do Velho Chico com o objetivo de disseminar a cultura;

Criar fundo de incentivo á cultura regional para promoção da diversidade cultural dos municípios;

Descentralizar os recursos do fundo de cultura e do Fazcultura utilizando o critério de territorialidade (criar cota por território).

Vitória da Conquista

AUDIOVISUAL E RADIODIFUSÃO

Cinema

Produzir um edital para implantação de pontos de exibição itinerante audiovisual;

Criar um catálogo cinematográfico direcionado as escolas da rede pública de ensino;

Desenvolver oficinas e cursos para capacitação técnica para produção de audiovisual.

Rádio pública/comunitária

Criar uma assessoria técnica em uma secretaria de estado para orientar aos proponentes os procedimentos para instalação de rádio comunitária;

Desenvolver cursos de capacitação em radiodifusão;

Legalizar as rádios comunitárias e definir critérios e normas visando a democratização.

TV pública/comunitária

Regionalizar a produção da veiculação da TVE;

Ampliar o alcance da TVE no território.

CULTURAS DIGITAIS

Construir um portal digital do território de Vitória da Conquista com abertura para todos municípios.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Artes visuais

Incentivar a publicação de livros e catálogos para vernissage de artistas plásticos do território;

Criar espaços para galeria de artes gratuita para artistas emergentes do território com um regulamento específico que possa estabelecer critérios de rodízio entre artistas com o objetivo de descobrir novos talentos;

Desenvolver um cadastro, em bancos de dados, de artistas territoriais para contato e divulgação de eventos contendo inclusive sites com biografias endereços e fotos de cada artista emergente.

Dança

Criar curso de licenciatura em artes como: dança, teatro, artes plásticas e música. Este passo dará aos artistas de nossa região a oportunidade de não abandonarem suas cidades.

Literatura

Criar uma feira literária territorial itinerante para que os autores/escritores dos municípios afins possam expor suas obras;

Produzir um edital específico para publicação de obras literárias por cada cidade do território e de abrangência territorial em sua publicação e divulgação. O número de obras contempladas deverá ser de acordo a população de cada cidade;

Desenvolver mecanismos como patrocínio, por exemplo, para publicação de livros de escritores emergentes. O poder público municipal e a iniciativa privada darão suporte a essas publicações.

Música

Elaborar curso de música na instituição de ensino superior, (licenciatura e bacharelado), estadual e federal;

Realizar editais para eventos, como feiras e mostras de música, relacionados à música inédita;

Criar programa de fomento e preservação da memória das fanfarras e filarmônicas.

Teatro

Territorizar, proporcionalmente: o Fazcultura, fundo estadual de cultura e os editais da Funceb;

Buscar investimento territorial na capacitação de profissionais do próprio território através de editais para cursos livres de teatro e a criação do curso de teatro nos campi da Uesb;

Criar festivais territoriais de teatro.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Culturas populares

Criar conselhos municipais que integrem o conselho regional, com o objetivo de organizar e monitorar as manifestações culturais além de fiscalizar os repasses destinados para esse fim;

Realizar mapeamento cultural para criação de uma identificação territorial realizado por ONGs e sociedade civil, com recursos da Secretaria de Cultura do Estado;

Realizar anualmente uma feira territorial de cultura, que possibilite a divulgação das manifestações culturais e comercialização dos produtos artesanais de cada município, com a participação dos diversos segmentos da sociedade.

PATRIMÔNIO MATERIAL

Bens culturais

Criar conselhos territoriais de cultura para o patrimônio material e imaterial;

Tombar e reformar a igreja do povoado de S. Felipe no município de Tremedal, construída em 1787, transformando-a em centro cultural.

Educação patrimonial

Implantar curso de nível superior de arte no território de Vitória da Conquista.

Museus

Buscar liberação de recursos para implantação de museus nas cidades do território de Vitória da Conquista que ainda não os tem.

PENSAMENTO E MEMÓRIA

Arquivos

Possibilitar a manutenção dos arquivos públicos para que os pesquisadores tenham fácil acesso aos documentos;

Instalar arquivos públicos nos municípios com a finalidade de preservar documentos da memória local e territorial;

Contratar e capacitar profissionais para atuarem nos arquivos públicos.

Bibliotecas

Criar um fundo que disponibilize recursos diretamente para as bibliotecas, afim de que estas, como gestoras próprias de seus recursos, tenham condições de se manter e se reestruturar permanentemente;

Criar bibliotecas públicas em todos os municípios e implementar programas de incentivo à leitura;

Reestruturar bibliotecas públicas já existentes em alguns municípios e implementar programas de incentivo à leitura.

Leitura

Produzir revistas e jornais para socialização das culturas locais, fazendo intercâmbios culturais entre os territórios;

Criar biblioteca móvel regional (solicitar um ônibus adaptado para percorrer os municípios do território de Vitória da Conquista, promovendo oficinas de leitura);

Desenvolver projetos de incentivo à leitura por parte dos professores para que os alunos se sintam motivados a frequentar as bibliotecas não apenas como fonte de pesquisa no período escolar, mas também como espaço de lazer através de concursos, rodas de leitura.

Livro

Criar parcerias (estado, município e iniciativa privada) de incentivo financeiro à publicação de obras de autores regionais;

Adquirir, através do governo estadual, livros de autores regionais para a distribuição nas escolas públicas e nas bibliotecas;

Incentivar a formação de cooperativas entre os autores do território de Vitória da Conquista e dar apoio financeiro às cooperativas existentes para que possam publicar coletâneas e realizar eventos literários.

POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

Cooperação e intercâmbio cultural

Criar uma comissão permanente no território para intercâmbio cultural;

Reformar o espaço físico e equipar o centro de cultura do território de Vitória da Conquista com equipamentos para ações itinerantes nos municípios, estruturação de um ponto da secretaria estadual de cultura e a disponibilização do espaço para o desenvolvimento.

Formação cultural

Realizar curso de gestão cultural nos municípios do território para elaboração de projetos;

Criar cursos universitários (graduação), nas universidades públicas (UESB, UFBA e UNEB), nas áreas de artes plástica, artes cênicas e música.

Planos de cultura

Propor aos municípios a criação de secretaria ou departamento de cultura e desvincular das secretarias de educação onde for necessário;

Realizar inventários locais fazendo levantamento de todos os bens materiais e imateriais dos municípios. Viabilizar a utilização de espaços físicos em cada município para promover a cultura local e territorial.

Redes culturais

Descentralizar a Secretaria de Cultura do Estado com a implantação de núcleos regionais, manutenção dos mobilizadores culturais para atuarem como técnicos para a elaboração de projetos e ampliação dos técnicos das instituições vinculadas.

Realizar convênios da Secretaria de Cultura com os municípios que tenham órgãos de cultura instalados.

Sistemas de cultura

Criar conselhos municipais de cultura em todos os municípios do território;

Alterar a lei do fundo de cultura para que os recursos destinados a cada município sejam proporcionais ao número de habitantes e não em relação ao PIB, como está atualmente, e que a verba do fundo venha carimbada para a cultura;

Realizar editais regionalizados com recursos da secretaria de cultura do estado destinados a cada território, para que os municípios do território possam concorrer entre si e não com os municípios de outro território.

Jaques Wagner
Márcio Meirelles
Ângela Andrade
Paulo Henrique Almeida
Gisele Nussbaumer
Ubiratan Castro
Frederico Mendonça
Pola Ribeiro
Carlos Paiva
Rômulo Cravo

Governador do Estado da Bahia
Secretário de Cultura
Superintendente de Cultura e Coordenadora Executiva da II Conferência Estadual de Cultura
Superintendente de Promoção Cultural
Diretora da Fundação Cultural do Estado
Diretor da Fundação Pedro Calmon
Diretor do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
Diretor do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
Chefe de Gabinete
Diretor Geral da Secult

7. Agradecimentos

Superintendência de Cultura

Hirton Fernandes
Lúcia Carvalho
Neuza Britto
Adriana dos Santos
Aline Oliveira
Bruna Fair
Daniele Canedo
Denise Garcia
Jaci Lara Oliveira
Leandro Oliveira
Leda Oliveira
Luciene Diamantine
Luiza Prosérpio
Marcelo Barreto
Mariana Machado
Mônica Figueiredo
Norma Dias Rosa
Rita Clementina
Rose Muniz
Taiane Fernandes
Tânia Santos
Thayná Lima
Vanda Machado

Mobilizadores

Adriano Queiroz
Alex Teixeira
Alexsandro Santos
Alisson Lima
Alysson de Oliveira
Angélica de Oliveira
Antonia Brito
Augusto Roque
Egnaldo França
Elissandro Magalhães
Iana Domingues
Jarbas Silva Lima
Jorge Luis Santos
José Manoel de Farias
M^a Aparecida da Cruz
M^a do Socorro Ribeiro
Manoel de Souza
Márcia da Silva
Marcos Roberto Santos
Marilidia Manhães Reis
Natan Paes do Carmo
Poliana Bicalho
Raquel Galvão

Agradecimentos especiais:

Ao Reitor José Carlos Barreto de Santana e à toda equipe da Universidade Estadual de Feira de Santana, em especial a Selma Soares de Oliveira, Uilma Cristina Régis Cova, Celismara Gomes da Silva e Maria Conceição Moraes.

À Secretaria Estadual de Planejamento, em especial ao superintendente de Gestão e Avaliação, Edson Neves Valadares, ao diretor de Planejamento Territorial, Benito Juncal e aos servidores Sheila Araújo, Marcelo Guardia, Milena França, Fabiana Mattos, Aristeu Badaró e André Pomponet.

Análise de dados da II Conferência Estadual de Cultura – Maria Elisabeth Loiola e Sônia Gondim.

Romualdo dos Santos
Rubenalva de Souza
Rubens França
Tales Brito Santos
Vandick Coqueiro
Viviane de Oliveira
Wilson Sena Martins

Gabinete

Dalise Figueiredo
Gabriela Diniz
Iuri Rubim
Lorena Coelho
Maria de Fátima Caires
Monique Badaró
Shirley Pinheiro
Thiago Manoel Pereira

Diretoria Orçamentária

Dulce de Carvalho
João Carlos da Silva

Diretoria de Finanças

Ivonete Maria Campos
Adval Batista Júnior
Deise Maria Silveira

Diretoria Administrativa

Vanderlei Silva Lessa
Normélia Miranda
Jayme Augusto de Freitas
Olimpio Antônio da Cruz
Maria Carolina dos Santos

Procuradoria do Estado

Alzemer de Britto
Cléia Costa dos Santos
Isamar Rita Oliveira

Comissão Permanente de Licitação

Adalberto Pessoti
Afran Chilazi
Livia Maria Spínola

Coord. de Modernização

Patrícia Lima
Djalma Santos
Evandro da Nova Souza
Magno Barbosa

Superintendência de Promoção Cultural

Carmen Lúcia Lima
Carlota Gottshall
José Tadeu Félix
Luciano Damasceno

Fundação Pedro Calmon

Vera Sales
André Luis Santana
Andréa Montenegro
Jamile Menezes
Maria Cristina Santos
Rosane Rubim
Solange Mattos
Wlamyra Albuquerque

Fundação Cultural do Estado da Bahia

Dilzete de Carvalho
Celeste Maria Bezerra
Yvone Jucá
Ana Paula Vargas
Ayrson Eráclito
Elizabeth Ponte
Ernesto Valença
Gilberto Monte
Giuliana Kauark
Kátia Najara
Lúcia Matos
Mariana Albinati
Milena Raynal
Moacyr Gramacho
Paula Gomes
Plínio Rattes
Sophia Rocha

Espaços Culturais

Astro Barbosa Brayner
Esmeraldo Borges
Hamilton Vieira
Jocelita de Oliveira
Marcio Angelo Ribeiro
Marinalva Campos
Otávio Mota
Paulo César Mascena
Rosângela Pereira
Silvio Roberto Portugal
Sueli Seixas Nunes
Valdeck Fonseca

Virgínia Monteiro

Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural

Ana Cristina Coelho
Ednalva Queiroz
Eduarlina Amorim
Geraldo Moniz
Jorge Roque Bandeira
Khátia Berbet
M^a de Fátima dos Santos
Malva Clara Weinstein
Milena Tavares
Sandra Barreto Leandro

Instituto de Rádio Difusão Educativa da Bahia

Henrique de Andrade
Josias Pires Neto
Sofia Federico
Ailton Guimarães Santos
Amon Paiva Paraíso
Ajurimar de Souza
Antônio Carlos Santos
Antônio Marcos de Santana
Arturo Castro
Daniela Cristina Silva
Edilberto Paolilo
Ednilson Mota Dias
Itajubá Lobo
Jonnielsen Tores
José Antônio Andrade
Luci de Almeida Bruni
Manuela Magalhães
Nilton dos Santos
Nivaldo Reis
Oswaldo Augusto Costa
Rafael Alves Silva
Robson do Val
Rosalvo Gurgel Filho
Rubem Manoel Santos
Sérgio Borges
Sérgio José da Silva
Silvana Moura de Assis
Susana de Santana
Vinicius Cunha Santos
Verônica Macedo

RELAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

1	IRECÊ	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto Cafamaum, Canarana, Central, Genio do Ouro, Ibipecta, Ibititá, Ipuclara, Irecê, Itaguacô da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique.	14	PIEMONTE DO PARAGUAÇU	Boa Vista do Tupim, Iagu, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Miguel Calmon, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Teresinha e Tapramutã.
2	VELHO CHICO	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhonha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato.	15	BACIA DO JACUIPE	Baba Grande, Capela do Alto Alegre, Gavilão, Ipitã, Melipólis, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Riça e Várzea do Poço.
3	CHAPADA DIAMANTINA	Abaira, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito Ibiçara, Ibitara, Itaquara, Itaeté, Jussiapé, Lençóis, Marcolino Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Platã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utanga e Wagner.	16	PIEMONTE DA DIAMANTINA	Caem, Capim Grosso, Jacobina, Mirangaba, Ouralândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova.
4	SISAL	Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Collê, Ichu, Itáiba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingua, Retiroândia, Santa Luz, São Domingos, Seminha, Teofilândia, Tucano e Valente.	17	SEMI-ÁRIDO NORDESTE II	Ajustina, Antas, Barraão, Cicero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Hellópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto.
5	LITORAL SUL	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camaçoti, Canaveiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapê, Itapitanga, Jussara, Maracá, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Urupuca.	18	AGRESTE DE ALAGOINHAS/ LITORAL NORTE	Acajuíba, Alagoinhas, Apodi, Araçás, Aramarí, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Espinosa, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Clíndia, Ouriçangas, Pedro, Pojuca, Rio Real e Sítio Dias.
6	BAIXO SUL	Aratupe, Cairu, Camamu, Gandu, Igarapós, Ituberá, Jaguarpe, Nilo Peçanha, Piral do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperóá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães.	19	PORTAL DO SERTÃO	Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguzá, Antonio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetã, Itarã, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova.
7	EXTREMO SUL	Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuaçu, Itabela, Itagimirim, Itamarajó, Itanhém, Itapebi, Jucuruçu, Lajeado, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália, Teixeira de Freitas e Vereda.	20	VITÓRIA DA CONQUISTA	Aragá, Aracaju, Barra Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetano, Cândido Sales, Carilbas, Condeoba, Cordelinos, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Leônio de Almeida, Mastinga, Mirante, Mortagaba, Piritá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista.
8	ITAPETINGA	Castiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguaí, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Ilororó, Macarani, Malquinique, Nova Canaã, Podrúguá e Santa Cruz da Vitória.	21	RECÔNCAVO	Cabaçoelas do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, D. Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo.
9	VALE DO JIQUIRIÇÁ	Amargosa, Brejões, Granrolândia, Elísio Medrado, Inajuba, Inamaia, Itaquara, Itirucú, Jaguaruara, Jiquiriçá, Latastele Coutinho, Lagedo do Taboal, Laje, Maracá, Milagres, Mutupe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra.	22	MÉDIO RIO DAS CONTAS	Aiquara, Aquarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiá, Itagi, Itagiba, Itamarí, Jequié, Jitaína, Manoel Vitorino, Nova Itabé e Ubatá.
10	SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juscelino, Pilão Arcado, Remanso, Santo Sá, Sobradinho e Uauá.	23	BACIA DO RIO CORRENTE	Brejãoândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho.
11	OESTE BAIANO	Angical, Balanópolis, Barreiras, Burtirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley.	24	ITAPARICA (BA/PE)	Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas.
12	BACIA DO PARAMIRIM	Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibiapitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires e Tanque Novo.	25	PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	Andorinha, Antonio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Porto Novo e Senhor do Bonfim.
13	SERTÃO PRODUTIVO	Brunado, Caculé, Carriá, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibitassuaçu, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antonio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu e Urundi.	26	METROPOLITANA DE SALVADOR	Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salinas das Margaridas, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.